

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL –**  
**PPGHS**

**BRUNO APARECIDO DE PAULA PAIM**

**TRABALHADORES, MIGRAÇÕES E POBREZA: UMA ANÁLISE**  
**DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS DISTRITOS DE**  
**MARTINÉSIA E CRUZEIRO DOS PEIXOTOS/ UBERLÂNDIA -**  
**MG (2003 - 2013)**

**UBERLÂNDIA**  
**2017**

**BRUNO APARECIDO DE PAULA PAIM**

**TRABALHADORES, MIGRAÇÕES E POBREZA: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS DISTRITOS DE MARTINÉSIA E  
CRUZEIRO DOS PEIXOTOS/ UBERLÂNDIA - MG (2003 - 2013)**

Dissertação apresentada à banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

**UBERLÂNDIA  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

P143t  
2016      Paim, Bruno Aparecido de Paula, 1989-  
Trabalhadores, migrações e pobreza: uma análise do Programa Bolsa Família nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos / Uberlândia - MG (2003 - 2013) / Bruno Aparecido de Paula Paim. - 2016.  
134 f. : il.

Orientadora: Marta Emília Jacinto Barbosa.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Programa Bolsa Família (Brasil) - Teses. 3. Inclusão social - Teses. 4. Pobreza - Uberlândia (MG) - Teses. I. Barbosa, Marta Emília Jacinto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**

**BRUNO APARECIDO DE PAULA PAIM**

**TRABALHADORES, MIGRAÇÕES E POBREZA: UMA ANÁLISE  
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS DISTRITOS DE  
MARTINÉSIA E CRUZEIRO DOS PEIXOTOS/ UBERLÂNDIA -  
MG (2003 - 2013)**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marta Emisia Jacinto Barbosa – (Orientadora - UFU)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)

---

Prof. Dr. Nelson Ney Dantas Cruz (IFG)

**UBERLÂNDIA, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**RESULTADO:**

## AGRADECIMENTOS

A princípio, gostaria de agradecer a Deus por tudo!

À Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Marta Emisia Jacinto Barbosa por aceitar o trabalho de me orientar e caminhar comigo junto a este trabalho, tal como fizemos durante minha graduação. Agradeço pelas explicações e paciência nos momentos de dificuldade e nos ensinamentos dentro e fora da sala de aula.

À Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Regina Ilka Vieira Vasconcelos por aceitar o convite e participar da minha banca no exame de qualificação, trazendo observação que contribuíram para o crescimento desta pesquisa e por aceitar compor a banca presente na apresentação da versão final deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Nelson Ney Dantas Cruz por aceitar o convite e compor a minha banca no exame de qualificação, expondo importantes esclarecimentos capazes de engrandecer este trabalho, por aceitar compor a banca presente na apresentação da versão final deste trabalho. Gostaria de agradecê-lo também, junto aos seus alunos do Instituto Federal de Goiás, Campus Itumbiara, pela criação dos mapas presentes neste trabalho, com tamanha riqueza em detalhes.

À minha mãe Valéria, meu pai Adilson e minha irmã Amanda, pelo apoio e incentivo de todos os momentos. E aos meus familiares em geral que de alguma forma me acompanham.

À minha namorada Joelma, agradeço por todas as formas de ajudas durante o processo do mestrado, pelos momentos de carinho e descontração.

Ao meu amigo Durval pelas dicas sobre o curso de mestrado e pela colaboração para com a pesquisa, me ajudando a encontrar as famílias no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Agradeço também a todas as pessoas que aceitaram conversar comigo nos momentos das entrevistas e que me relataram um pouquinho de suas histórias e experiências. Obrigado ao senhor Antônio e a senhora Sebastiana, a senhora Valéria, senhora Adriana, senhora Ana Paula, senhora Marilene, senhora Nilza e senhora Ivone em Martinésia e a senhora Letícia, senhora Luzia, senhora Maria Abadia, senhora Marinalva, senhora Marlene, senhora Doralice, o senhor Lázaro e a senhora Cláudia em Cruzeiro dos Peixotos.

Agradeço aos diretores da E. M. Antonino Martins da Silva e da E. M. José Marra da Fonseca, respectivamente Noêmia e Matheus e ao demais funcionários de ambas as escolas, por me receberem sempre bem e permitirem minha pesquisa nos arquivos das escolas.

Á todos vocês o meu muito obrigado!

## **RESUMO**

O presente trabalho pretende refletir sobre as consequências do Programa Bolsa Família (PBF) no combate a pobreza e a exclusão social nos distritos uberlandenses de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos. Entre 2003 e 2013 as famílias dessas regiões retiravam seu sustento por meio de atividades agrícolas, contudo, várias mudanças aconteceram neste período, levando ao encerramento dessas atividades e a necessidade de se criar novas estratégias de vida. Assim, procuro compreender neste trabalho como essas famílias se organizaram, quais mudanças sofreram e como o Programa Bolsa Família é compreendido por esses moradores em um período histórico que se constituiu um projeto político diferente dos anteriores.

**PALAVRAS CHAVES:** História; História Social; Cultura; Programa Bolsa Família; Pobreza; Inclusão Social; Classe trabalhadora.

## **ABSTRATC**

This paper aims to reflect on the consequences of the Bolsa Família Program (PBF ) in combating poverty and social exclusion in uberlandenses districts Martinésia and Cruzeiro of Peixotos . Between 2003 and 2013 families of these regions derived their livelihood through agricultural activities , however, several changes occurred in this period, leading to the closure of these activities and the need to create new life strategies . So, I try to understand this work how these families have organized, what changes have suffered and how the Bolsa Família Program is comprised of these residents in a historical period that was a different political project of the above.

**KEYWORDS:** History; Social History; Culture; Bolsa Família Program; Poverty; Social Inclusion; Working Class.

## **LISTA DE SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada.

BSM – Plano Brasil Sem Miséria.

CadÚnico – Cadastro Único.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CPS – Centro de Políticas Sociais.

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MG – Minas Gerais.

NIS – Número de Identificação Social

PBF – Programa Bolsa Família.

PIB – Produto Interno Bruto.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia.

PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RS – Rio Grande do Sul.

SME – Secretaria Municipal de Educação.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Município de Uberlândia.....	13
Mapa 2 – Mapa de localização do distrito de Martinésia. ....	38
Mapa 3 – Mapa de localização do distrito de Cruzeiro dos Peixotos.....	633

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Empresas instaladas nas proximidades dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos - Uberlândia/MG (Décadas de 1990 - 2000).....	31
Tabela 2 - Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (2003-2014) .....	844
Tabela 3 - Escolaridade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família entrevistadas nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos – Uberlândia/MG	1099
Tabela 4 - Tabela de motivos apresentada pelas escolas à Secretaria Municipal de educação pela baixa frequência dos alunos participantes do PBF de 2010 (corrigido e atualizado em 2013).....	1122
Tabela 5 - Número de alunos beneficiários do PBF matriculados na Escola Municipal Antonino Martins da Silva e Escola Municipal José Marra da Fonseca 2007 – 2013 .....	12020

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MARTINÉSIA E CRUZEIRO DOS PEIXOTOS: HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES POBRES.....</b>	<b>27</b>
1.1 O distrito de Martinésia: relações sociais, modos de trabalho e pobreza .....	36
1.2 O distrito de Cruzeiros dos Peixotos: relações sociais, modos de trabalho e pobreza.....	622
<b>CAPÍTULO 2 - A IMAGEM E O PRECONCEITO SOBRE OS POBRES.....</b>	<b>766</b>
2.1 A ação do Programa Bolsa Família nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos .....	833
2.2 Mudanças e perspectivas na vida dos trabalhadores: discutindo a questão das classes .....	955
<b>CAPÍTULO 3 - AS AÇÕES DAS ESCOLAS PERANTE AS COMUNIDADES DOS DISTRITOS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>1022</b>
3.1 A relação das famílias participantes do PBF com a escola .....	1088
3.2 A escola e o Programa Bolsa Família: informações e condicionalidades .....	1166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>1244</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>127</b>
<b>ENTREVISTAS.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

Investigar as experiências e as vivências dos trabalhadores pobres dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, pertencentes ao município de Uberlândia foi, de fato, um grande desafio. Problematicar o processo histórico desses sujeitos nos últimos anos, na relação que estabeleceram entre os espaços rurais, a cidade, os modos de trabalho que desenvolveram e as estratégias de vida que traçaram neste tempo, imersos no processo de exclusão e inclusão capitalista, é fundamental para que compreendamos a multiplicidade de ações dos inúmeros sujeitos sociais presentes no sistema capitalista. Sujeitos esses que a todo instante estipulam ou rompem ligações entre si.

No ano de 2010, o município de Uberlândia possuía aproximadamente 604.013 habitantes.<sup>1</sup> Destes, 1812 habitantes<sup>2</sup> moravam nas regiões do distrito de Martinésia ou na região do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, o que representava 0,3% do total de habitantes residindo no município uberlandense e também demonstra o tamanho do esvaziamento que as áreas rurais sofreram nos últimos anos. Se compararmos as décadas de 1970 e 2000, a população de Uberlândia que residia na área urbana aumentou de 111.466 habitantes para 488.992 habitantes, enquanto o número de moradores das áreas rurais seguiu o caminho inverso, diminuindo de 13.240 habitantes para 12.232 habitantes.<sup>3</sup>

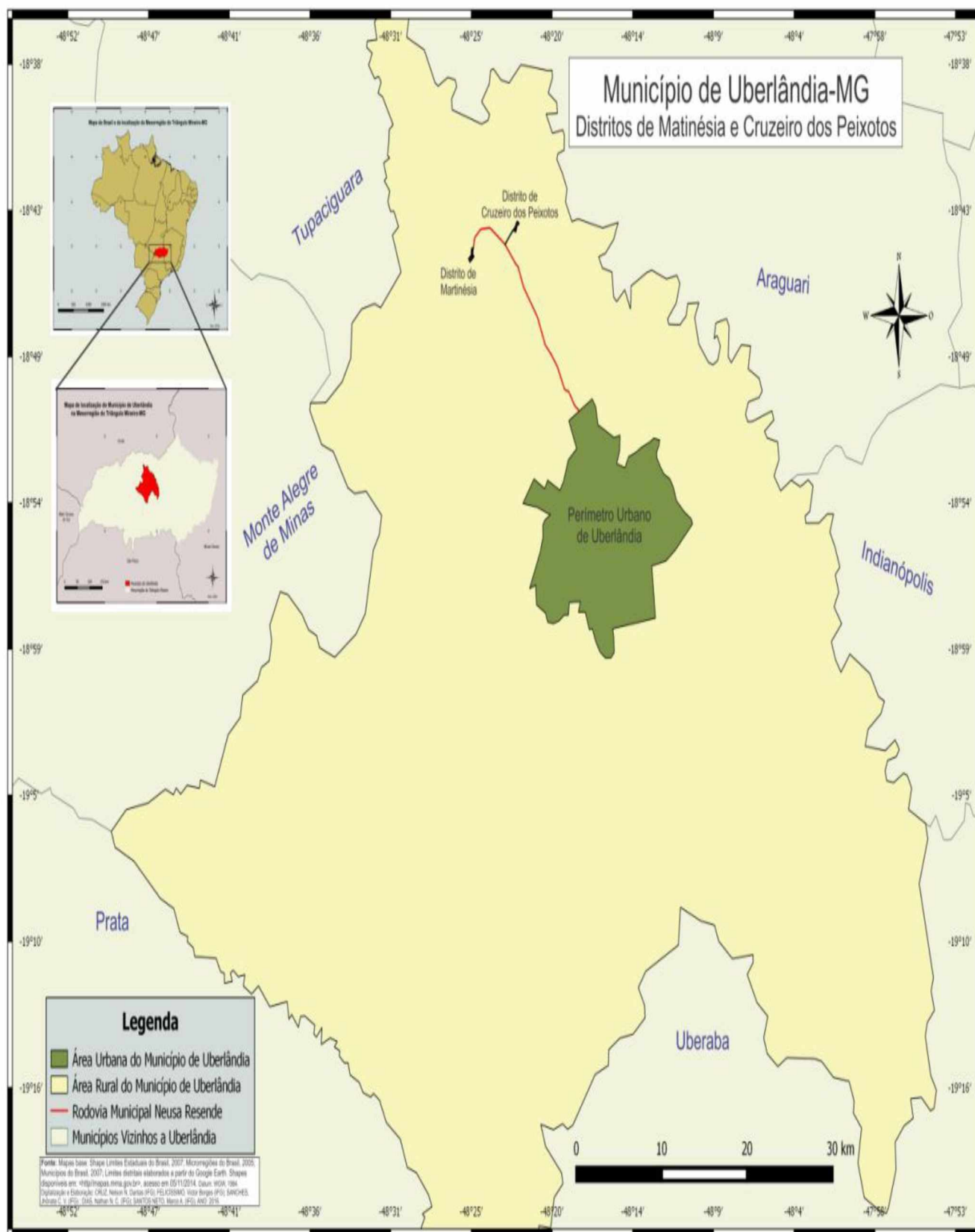
Uberlândia se destaca como o maior município da região do Triângulo Mineiro, considerando o quesito habitacional e econômico. Em 2010, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os mais de 600 mil habitantes do município representavam a segunda maior população do estado de Minas Gerais, atrás apenas da capital Belo Horizonte. Sobre a importância de Uberlândia, o mapa abaixo, na Figura 1, mostra as dimensões dessa importante cidade do interior mineiro.

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=317020&search=|uberlandia>. Acesso em 23 jul. 2016.

<sup>2</sup> A somatória do número de habitantes que residiam nos dois distritos é feita a partir dos dados disponíveis em <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=493>. Acesso em 23 jul. 2016.

<sup>3</sup> Ver: ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz R. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, n.5, fev., 2008.



**Mapa 1 - Município de Uberlândia**

O município uberlandense se destaca pela força na indústria e nos serviços – principais influências do PIB (Produto Interno Bruto) da cidade – com grande destaque para as riquezas produzidas pelo trabalho no perímetro urbano, com a média do valor de rendimento nominal<sup>4</sup> de R\$ 666,67, o segundo maior do estado mineiro e com a soma dos rendimentos mensais por domicílio<sup>5</sup> de R\$ 3.119,17, o quinto maior de Minas Gerais.<sup>6</sup>

Os números citados acima são capazes de nos dar a dimensão do município de Uberlândia, contudo, se trata de médias e este conceito pode esconder a realidade de muitas pessoas. Certamente, muitas famílias sobrevivem em Uberlândia com um valor mensal inferior aos apresentados, além disso, estes números escondem a realidade vivenciada por muitos sujeitos que vivem em estado de pobreza. Embora estes valores camuflam realidades a princípio, eles também nos ajudam a comparar as expectativas – a princípio financeiras – distintas entre os moradores das áreas urbanas e os moradores das áreas rurais.

Baseando-nos nesses mesmos dados disponibilizados pelo IBGE podemos compreender o quanto é dissonante a vida nas áreas rurais de Uberlândia se comparada com a área urbana. O valor médio de rendimento nominal destes habitantes das zonas rurais é de R\$ 350,00, a terceira pior somente da região do Triângulo Mineiro – MG e pouco mais que a metade dos rendimentos dos moradores da área Urbana. O rendimento mensal por domicílio também é inferior se compararmos as duas áreas, sendo uma média totalizada em R\$ 1895,04, uma diferença inferior em mais de R\$ 1000,00 em média.<sup>7</sup>

Olhando para além dos números encontramos outro agravante que também esbarra no conceito da “renda média”; o fato de encontrarmos nestas regiões famílias de proprietários rurais, o que alavanca a somatória das rendas e esconde famílias às margens dos valores médios. No que se refere a região uberlandense em que essa pesquisa é desencadeada, há a necessidade de refletir sobre o que é rural e urbano a partir das práticas e experiências sociais que se estabelecem em tais distritos e como isso os transformam.

---

<sup>4</sup>Rendimento de uma pessoa acima de 10 anos no período de um mês.

<sup>5</sup> A soma dos rendimentos dos elementos moradores de uma determinada habitação.

<sup>6</sup>Dados disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=16&search=minas-gerais|uberlandia|sinthese-das-informacoes>. Acesso em 23 jul. 2016.

<sup>7</sup>Idem.

Observando essas referências pautadas em rendas, números, valores medianos, podemos dar um passo para além da compreensão numérica e chegarmos aos fatores sociais dos moradores de Uberlândia, em especial dos moradores da zona rural uberlandense. Segundo Rodrigues:

Extraordinariamente dinâmica e ordeira, [...] uma cidade cosmopolita que recebe de braços abertos todos aqueles que para aqui se dirigem a procura de trabalho ou sadios e promissores investimentos que sejam no comércio, na indústria, agroindústria, prestação de serviços ou mesmo na produção rural; enfim, em todos estes setores as oportunidades são múltiplas, sólidas douradoras e estimulantes.<sup>8</sup>

Na contramão do município rico e ordeiro a pobreza é um fator presente na realidade de seus moradores, seja vivendo sobre suas limitações ou convivendo com muitos pobres que transitam pela cidade e que também ajudam a construí-la.

Aviva-se, então, duas indagações no que tange nossas reflexões sobre a dinâmica rural-urbana. Em primeiro plano está o que se institui como rural e como urbano, como se necessariamente estes dois espaços se estabelecessem separadamente, e posteriormente, a questão das médias.

Fugindo desta compreensão que estipula um lugar para a área urbana e outro para a área rural, isto é, dimensionando-as separadamente, encontramos nos dois distritos uma dinâmica vivenciada pelos seus moradores que praticamente finda a distância espacial entre as duas áreas. Enquanto a predominância dos modos de trabalho na década de 1990 era baseada nas atividades rurais, em um tempo em que trabalhar em Uberlândia – urbana – soava como uma dificuldade, uma alternativa distante e empresas – como a de fertilizantes e a sementeira – ainda não haviam se estabelecido na região e estes se encontravam afastados das dependências encontradas exclusivamente nas áreas urbanas do município uberlandense, afirmar que essas regiões possuíam maiores características rurais que urbanas era compreensível. Contudo, a partir da primeira década do século XXI, principalmente quando averiguamos transformações nas relações sociais, nos modos de trabalho, nas práticas cotidianas e nas mudanças dos distritos enquanto lugar percebemos, progressivamente, a “invasão” das áreas urbanas nos territórios rurais. Sobre isso, Araújo nos esclarece:

---

<sup>8</sup>RODRIGUES, H. Lutas e experiências dos moradores do bairro Morumbi: Um Lugar para morar e a luta que se inicia. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, n.2, 2008.p. 47.

A nova dimensão assumida pelas relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, advinda, especialmente, do ‘relativo’ fim da auto-suficiência das localidades rurais e da dependência dessas aos equipamentos e serviços implantados nas cidades, passou a exigir a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser mais pensados como recortes territoriais isolados, como tradicionalmente o fora, mas como espaços interdependentes e complementares.<sup>9</sup>

Dentro do município, os dois distritos – Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos – são classificados como parte de sua área rural, o que pode fortalecer nossa reflexão sobre as mudanças no tempo e no espaço que promovem consequências na vida desses sujeitos e que na verdade sofrem alterações conforme a ação dos mesmos. Como sistematizar que os sujeitos que moram nas áreas rurais – especialmente os moradores dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos – cotidianamente transitam nas áreas urbanas? Que trabalham e buscam lazer, recursos e educação nas áreas urbanas do município? Que já tiveram a oportunidade de residir nestes espaços?

A população de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos era constituída em grande partepor trabalhadores diaristas, que desempenhavam diversas atividades laborais nas pequenas plantações de hortaliças ou no trabalho pecuário, atividades estas que eram aprendidas desde jovens, pelas relações entre familiares ou conhecidos. Em outros casos havia também trabalhadores operários, principalmente nas empresas da região, porém, essas duas formas empregatícias eram separadas por uma linha muito tênue, sendo que os diaristas poderiam em um determinado momento conseguir um trabalho nessas mesmas empresas ou estes operários deixarem seus trabalhos e voltassem ao trabalho “por dia”. Contudo, notamos uma quebra – por parte de muitos trabalhadores – nestas relações em meados do início do século XXI.

O trabalho nas regiões de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos era constituído como referência de interação entre os seus moradores, dando-lhes sentido para morarem nesses lugares, estabelecendo concordâncias e discordâncias enquanto trabalhadores.

No contexto político-econômico o neoliberalismo visto até então como o modelo mais avançado dentro do capitalismo, que segundo Marilena Chauí, desembocou em um modelo ideológico em que o Estado tinha por finalidade:

---

<sup>9</sup>ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz R. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, n.5, fev., 2008.p. 114.

[...] quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos populares, controlar o dinheiro público e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia, tendo como meta principal a estabilidade monetária por meio da contenção dos gastos sociais e do aumento da taxa de desemprego para formar um exército industrial de reserva que acabasse com o poderio das instituições trabalhadoras. Trata-se, portanto, de um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados, reduzindo o imposto sobre o capital e as fortunas e aumentando os impostos sobre a renda individual e, assim, sobre o trabalho, o consumo e o comércio<sup>10</sup>.

O que de fato se averigua foi o endividamento dos pequenos produtores, que precisariam interromper suas atividades laborais e procurar uma nova forma de ganhar a vida. O que pude averiguar nas falas dos trabalhadores que entrevistei e que conviviam direta ou indiretamente com as atividades das pequenas produções agrícolas, foi que os pequenos produtores já não possuíam capital financeiro para arrendar e preparar a terra, além disso, não conseguiam custear agrotóxicos e mão de obra conforme necessitassem. Por consequência, as famílias que baseavam seu sustento através da empregabilidade rural da região também foram obrigadas a buscar novos meios de sobrevivência, algumas se mudaram, outras mesmo permanecendo nos distritos, passaram a trabalhar em Uberlândia.<sup>11</sup> Este processo inicialmente foi um tanto doloroso para as famílias da região, por conta da dúvida quanto ao futuro, uma vez que o distrito era formado por trabalhadores pobres, que naquele determinado momento precisavam fazer novas escolhas.

A partir de então, estes trabalhadores dos distritos que anteriormente transitavam entre os caminhos dos distritos e da cidade por motivos mais restritos – como para cuidar da saúde em momentos mais delicados, para fazerem compras ou visitarem amigos e familiares – passaram em muitos casos a presenciar diariamente a dinâmica urbana.

As rendas médias voltam a esconder a realidade desses sujeitos. As necessidades destes moradores expandiram-se para além dos limites dos distritos, principalmente no que se concerne à necessidade de buscar emprego e aqueles que não se distanciaram dos

---

<sup>10</sup> CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 124.

<sup>11</sup> Esclarece-se como empregabilidade rural extensas atividades dentro dos setores agropecuários encontrados nos distritos, mas aqui o foco principal refere-se as plantações dos pequenos agricultores. Entre as culturas desenvolvidas na região destacam-se o plantio de legumes, verduras e frutas (especificamente os tomate). Cada cultura possui manejos específicos, embora encontremos práticas comuns a todos, como o plantio, irrigação, colheita. Para além destas práticas, conforme a plantação vai crescendo certas atividades são exigidas, como a necessidade de envarar, adubar e outras. Assim, era certa a geração de trabalho de tempos em tempos.

distritos por conta da mesma procura de trabalho, começaram a encontrar alternativas em modos de trabalho que se caracterizam pela mobilidade das instituições urbanas de adentrar os espaços rurais. As experiências destes sujeitos constituídas por morar e conviver no campo não são extintas como dinamismo complexo do rural/urbano, mas este dinamismo, por sua vez, constitui novos elementos na vida destes trabalhadores e de suas famílias. Consequentemente, “as relações estabelecidas entre o campo e a cidade são resultados de um conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, que modificam o espaço urbano e rural.”<sup>12</sup>

No decorrer da pesquisa, podemos compreender o quanto são distintas as identidades dos moradores de ambos os distritos, mas não apenas averiguando as diferenças entre os dois. No interior de cada distrito encontramos experiências diversificadas, histórias e vivências traçadas por diferentes relações sociais, migradas de lugares diferentes que em um processo de encontro, capaz de formular reciprocidades ou se distanciarem por desacordos, vão constituindo as muitas histórias presentes nos distritos e reverberando na continuidade do mesmo.

São sujeitos pertencentes à classe trabalhadora, que embora carregam diferentes experiências, vindos de muitos lugares, com identidades diferentes, constituem relações sociais, partilhando sentimentos, realidades. Não atentarmos para isso seria reproduzir neste trabalho mais uma vez o discurso de uma “história tradicional”, “conservadora”, legitimando sujeitos e espaços com um caráter de igualdade que não se sustentam, no plano social das ações, relações, escolhas, e no plano material dos proprietários e não proprietários.

Conforme explica E. P. Thompson,

[...] se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.<sup>13</sup>

Os sujeitos presentes neste estudo são famílias de trabalhadores pobres que participaram ou ainda participam do Programa Bolsa Família (PBF) e que residem nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, sob a condição de moradores. Alguns

<sup>12</sup> Ver: ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz R. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, n.5, fev., 2008.p. 115.

<sup>13</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I, p, 14.

dos entrevistados moram na região desde quando nasceram ou migraram para uma destas regiões em um determinado período. Assim, procuramos compreender as estratégias que aderiram ao longo do tempo, perante as oportunidades que tiveram e as dificuldades que enfrentaram.

Durante a formulação do projeto que desencadeou esta pesquisa, nossa intenção era analisar como o PBF corroborou com as famílias da região que participaram do programa para que, assim, pudesse elaborar uma “avaliação” sobre a atuação do mesmo no combate à pobreza. Ao mesmo tempo estaria contribuindo com a historiografia que se preocupa em compreender as vivências dos pobres e as relações sociais que esta condição de vida estabelece. Conforme Vieira, Peixoto e Khoury:

Pensar a história como toda experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é de luta e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar então que a história real é constituída por homens reais, vivendo relações de subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência.<sup>14</sup>

Nesta perspectiva, algumas perguntas são forçadas. Quais as consequências do Programa Bolsa Família? Como ele ajudou estas famílias? O que eles pensam sobre o programa? Será que estes sujeitos avaliam que o PBF colaborou com mudanças em suas vidas?

A mudança na vida destes sujeitos não é efetuada de forma linear, melhorando ou piorando conforme o passar do tempo. Ser pobre não é uma mera denominação, mas o resultado de várias ações políticas, econômicas e sociais estabelecidas historicamente, ocasionando a exclusão de uma grande parte da sociedade. Ao longo da história, em um processo que procurou legitimar a pobreza como falta de ação e merecimento do pobre, esses passaram a ser culpados pela condição nas quais na grande maioria dos casos os sujeitos em condição de pobreza nasceram. A pobreza tornou-se carregada de preconceitos, sem levar em consideração as limitações impostas aos pobres e as amarras impostas sobre estes limitando as condições de empoderar-se.

Conforme a historiadora Regina Ilka Vieira Vasconcelos explica, refletir sobre os sujeitos sociais, nos oportuniza a pensar os significados – e as denominações – que são empregadas aos sujeitos e os lugares de onde tais significados emergem. A partir deste enfrentamento que fazemos como historiadores, preocupados com a nossa investigação

---

<sup>14</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do rosário da Cunha, KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 4ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 17.

histórica e social, descobrimos as inquietações dos sujeitos sociais pesquisados, e damos respostas também, para as inquietudes que se manifestam em nós, no processo da pesquisa.<sup>15</sup>

Compreende-se que a história social tem por objetivo trabalhar questões que influenciam na vida dos sujeitos como suas lutas, suas oposições, suas concordâncias, enfim, todo um campo de tensões que reverberam o cotidiano dos indivíduos. Assim sendo, este trabalho historiográfico deve problematizar conceitos – neste caso como o de pobreza, nova classe média – e procurar compreender como se dá o processo de resistência dos sujeitos, as estratégias que constroem as oportunidades que encontram e os resultados de suas escolhas.

No que se refere às políticas públicas, o Estado estabelece como objetivo diminuir as disparidades entre os ricos e os pobres e permiti-los ao longo dos anos criarem estratégias capazes de superar a miséria. Desta forma, identifica-se a tentativa de igualar as oportunidades entre os sujeitos em situação de carência e os mais abastados, contudo, este processo é de extrema complexidade, devido as forças sociais vindas de cima para baixo, que procuram estagnar ou dificultar as ações dos sujeitos em condição de pobreza.

No capitalismo, vigente no Estado brasileiro, prega-se o discurso meritocrático, em que os sujeitos por meio de seus próprios esforços e de seu trabalho são capazes de atingir boas condições de vida, contudo, para além do discurso, não é levado em consideração as distintas situações dos sujeitos no decorrer de sua existência. Assim, o grande problema é que as famílias não dispõem de condições iguais. Entre as famílias mais pobres exige-se a superação de distorções ainda maiores, como a pouca escolaridade, instabilidade financeira, precariedade nas condições de saúde, entre outros.

No ano de 1982 Josep Fontana publicou o livro *História: análise do passado e projeto social*<sup>16</sup>. O livro questionava os trabalhos historiográficos pensados de forma linear, como se a história seguisse um único trajeto, sendo essa uma armadilha presente no sistema capitalista, no qual os historiadores constantemente se viam presos, o que inclusive atrapalha-nos a pensar e a construir um projeto social para o futuro, partindo da compreensão do passado.

---

<sup>15</sup>VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta histórias? In: FENELON, Déa R; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

<sup>16</sup> FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

Por meio dessa contribuição que reforça a necessidade de buscar respostas no passado para se arquitetar um projeto futuro, compreendemos como a memória é fundamental dentro dos embates sociais. O domínio sobre a memória torna-se uma forte ferramenta na instituição de poder e controle de um determinado grupo – ou classe – sobre os demais.

A memória pode estar sujeita a mudanças. Ela não retrata as experiências sociais com toda sua originalidade e ou veracidade. Está sujeita ao esquecimento e a transformação ao passo que novas experiências acontecem na vida dos sujeitos.<sup>17</sup> Por esses motivos, a memória torna-se um “campo” de embates sociais, seja em defesa das múltiplas vivências e resistências que ela pode nos revelar ou na tentativa de se construir e consolidar hegemonias.

Ao lançar seu olhar para o passado, Josep Fontana avistava várias promessas firmadas pelo capitalismo com o intuito de igualar os direitos sociais, perdidas em meio ao desenvolvimento do próprio sistema, que na realidade se expandiu e enrijeceu tendo como base a exploração humana de uma classe sobre a outra. A preocupação do historiador com os resultados desta exploração nos convida a pensar que a pobreza não é um fato novo para a sociedade, o que existe de novo é a preocupação com ela e o que os seus resultados podem ocasionar.

Na década de 1980, quando o livro de Josep Fontana foi escrito, pululavam demonstrações de como os sujeitos mesmo vivendo no capitalismo manifestam-se conscientes de seus direitos e travam disputas para consegui-los.<sup>18</sup> Os movimentos sociais organizados pelos mais diversos ramos de trabalho e pelas mais distintas militâncias populares reivindicavam por meio das lutas cotidianas seus direitos, além da necessidade de preservar tudo aquilo que conquistaram ao longo do tempo. A questão de classes no Brasil via-se dividida por um abismo cada vez mais crescente, que separava a classe alta e média da classe trabalhadora. Nesse momento, as três classes aqui citadas são compostas e convenientemente separadas pelos grandes empresários e donos dos meios de produção de grande escala, a classe média assalariada e possuidora de propriedades menores e os demais trabalhadores, forçados a sobreviver com baixos

---

<sup>17</sup>PERROT, Michelle. A força da memória e a pesquisa histórica. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p.351-360, nov. 1998. Entrevista concedida a Denise Bernuzzi de Sant’Anna.

<sup>18</sup> Ao discutir neste ponto do texto a década de oitenta, não pretendo esclarecer que anteriormente, no que diz respeito à história brasileira, que em outros momentos as classes populares ou a classe trabalhadora não tenham lutado pelos seus direitos. A compreensão adequada deste trabalho defende que os anos oitenta são, a meu ver, exclusivos por enfrentarem as suposições – de alguns intelectuais – de que a história chegara ao seu fim, ou seja, de que o capitalismo tal como se impunha naquele momento era a última página da história e não sofreria mudanças.

salários, em meio ao exército de desempregados ou fora das zonas de disputa por trabalho.<sup>19</sup>

A primeira década do século XXI entra na contramão da perspectiva de exclusão social que marca suas décadas anteriores. Os pobres passaram a consumir mais, conseguiram maior estabilidade financeira e trabalhista. A partir de então, com o fortalecimento do debate sobre a qualidade de vida alcançada pelos mais pobres, surgiu uma nova denominação para a classe trabalhadora, a “nova classe média” brasileira. Um dos defensores deste ponto de vista, o economista Marcelo Neri, baseia-se em números e na renda das famílias para explicar que a classe trabalhadora brasileira diminuiu, principalmente a partir do século XXI, e que, a classe média está maior. Marcelo Neri, por meio de gráficos, explica que a felicidade social está maior. Por outro lado, outros estudiosos sobre o tema – como Marcio Pochmann e Marilena Chauí – abordam o que vimos nos últimos anos como um período de inclusão em que muitos brasileiros que permaneceram encurralados historicamente à condição de geradores de lucros para a elite nacional alcançaram seus direitos e, não passaram somente a consumir, mas conquistaram o sentimento de dignidade, ao passo que possuem maior poder de decisão sobre seu futuro e seus interesses. Com o aumento da renda e do consumo não surge uma nova “classe média”, pois esta é formulada por uma conjuntura cultural e social formulada no consumo e na necessidade de consumo. As identidades que definem as classes são construídas por meio das experiências dos sujeitos, de modo que, a disseminação de créditos que gera acessos à classe trabalhadora não é suficiente para torná-la parte da classe média.

No ano de 2003, foi criado pelo governo federal no início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PBF, que por meio da transferência de renda, visava auxiliar as famílias a combater a condição de extrema pobreza que vivenciavam. Em sua criação ficou estipulado – e foi colocado em prática – que o programa não seria isoladamente apenas uma maneira de repasse de verbas para as famílias em condições vulneráveis de sobrevivência, estando articulado ao acesso a direitos básicos, como educação, saúde e alimentação. Predecessor aos PBF existiam alguns programas construídos pelo governo anterior – como o Bolsa Escola e o Vale Gás – caracterizados

---

<sup>19</sup>Ver: SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 - 1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

por serem restritos a poucas famílias e isolados de medidas que facilitassem os participantes a desenvolverem estratégias de combate à fome e à miséria.

Nesta trajetória, quando os sujeitos conquistam seus direitos, reivindicando, por exemplo, o direito à renda e ao PBF, esses estão lutando pela sua sobrevivência, visto que a cidade não é apenas uma esfera administrativa, mas um lugar de disputas políticas, explicitando contradições e fazendo coletivamente à cidade que também lhes são de direitos.

Nesta perspectiva, que indica um novo momento vivenciado pelos brasileiros, devemos refletir sobre o trajeto que se fez nos últimos anos, em que projetos foram colocados em prática, e o mais importante, ações que garantiram cidadania e inclusão de sujeitos desfavorecidos no âmbito político, econômico e constitucional. Assim, direcionamos nossas indagações ao passado ao formular perguntas constituídas no presente.<sup>20</sup> É a partir dos resultados alcançados pelas famílias participantes do PBF, que procuramos compreender porque procuraram o programa de transferências de renda? Quais histórias nos contam? Quais são suas avaliações sobre o trajeto percorrido neste tempo? O que mudou em suas vidas?

Para investigar perguntas como essas, propomos neste projeto analisar trabalhos desenvolvidos pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), principalmente os CPS (Centro de Políticas Sociais). Os estudos publicados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) também corroboraram com tais indagações, juntamente com os dados das avaliações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Ambos apresentam uma leitura sobre a realidade do Brasil nas últimas décadas, explicando-nos sobre as transformações vivenciadas pelos pobres no país por meio de diálogos entre a história e outras áreas do conhecimento, como a economia, geografia e outras ciências.

Por meio dos materiais organizados e publicados pelo BSM (Plano Brasil Sem Miséria) podemos explorar como programas sociais – principalmente o PBF – que foram executados nos últimos anos, transmitindo-nos dados e ações práticas na constituição de estratégias que alcançassem os sujeitos em condição de pobreza e extrema pobreza.

Essa gama de documentação produzida por estes estudos expõem uma série de conceitos que são essenciais para esta pesquisa, tais como inclusão, pobreza e consumo. Ao chegarmos a estas definições, poderemos compreender o curso que o país fez

---

<sup>20</sup> CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?**: sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016)<sup>21</sup> no combate às desigualdades sociais, trabalhando com planos e programas que oferecessem estratégias de superação da pobreza e das carências que a cercam.

Ainda na perspectiva, em que a história social orienta-se no presente/passado, Portelli explica que as memórias dos sujeitos ao serem entrevistados fazem o percurso de voltarem ao passado de acordo como são entrevistados e quando formulam suas respostas, o modo como compreendem seu presente influencia suas compreensões sobre o percurso que realizaram historicamente.<sup>22</sup>

Assim, o trabalho intitulado *Trabalhadores, migrações e pobreza: uma análise do Programa Bolsa Família em Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos – Uberlândia/MG (2003 - 2013)*, que é resultado da pesquisa proposta para desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS/UFU), iniciou-se na verdade no ano de 2013, com o convite por parte da Prof. Dr<sup>a</sup> Marta Emisia Jacinto Barbosa em desenvolvermos um projeto de Iniciação Científica, que discutisse as mudanças vivenciadas pelo Brasil na primeira década do século XXI, compreendendo que a realidade dos pobres no país alterava-se diante da execução de programas sociais implantados pelo Governo Federal e constituía uma verdadeira rede de combate à miséria e à pobreza em parceria com os estados e municípios. Dentro dessa nova realidade, muitos conceitos afloravam e compreendê-los era um passo urgente para observar tamanhas mudanças ocorridas e consequentemente fortalecer-nos nos debates sobre o tema, pois se averiguarmos a emersão conceitual de fatores extremamente positivos – como a erradicação de pobres, inclusão social – por outro lado, formulações errôneas, verticalmente elaboradas por alguns economistas e amplamente divulgadas por parte da mídia circulava, como a “nova classe média” veiculavam pelos meios de informação, impondo-se como um discurso raso e sem raízes históricas.

Voltando à elaboração desta pesquisa, escolher os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos como espaços de análise do PBF, possibilitou-nos repensar e engrandecer nossa compreensão sobre o lugar em que fomos criados e que vimos mudar

---

<sup>21</sup>O período de mandato exercido pela presidenta Dilma Rousseff não completam os oito anos conforme corretamente deveriam acontecer após sua reeleição por conta do golpe de 2016.

<sup>22</sup>PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON: Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. (Orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005.

ao longo dos anos em que lá moramos. Presenciamos nesses dois lugares, a chegada e a saída de muitas famílias, o estabelecimento e a ruptura de muitas relações. Nossa preocupação no que se refere aos dois lugares sempre foi a de compreender e divulgar algo a mais do que se acostumou a relacionar a esses distritos e que muitas vezes aceitamos de forma passiva, como se fossem instituídas naturalmente em nós, moradores. Sobre esse ponto, dedicamos a observar as disparidades do que é dirigido aos distritos de fora para dentro e trilhar o caminho oposto. Com essas estratégias, verificamos muito mais do que propunha na elaboração do projeto de pesquisa, afastando-nos do Olimpo e aproximando-nos de dois lugares constituídos por sujeitos sociais, que carregam experiências e vivências e que fazem a história dos distritos. Somente assim podemos enxergar um lugar concreto, em que existem trabalhadores em inúmeras condições, relações hegemônicas, pobres que pensam em estratégias de superação, sujeitos que vivem a dicotomia do rural e do urbano.

O primeiro capítulo deste trabalho intitulado *Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos: histórias e experiências de trabalhadores pobres* procura refletir sobre a região dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, no que se refere às mudanças que cada distrito vivenciou nos últimos anos – a partir da década de 1990. No que consiste ao distrito de Martinésia, evidenciado pelas fontes documentais, junto às entrevistas que pudemos realizar, sua história é constituída por um grande fluxo de imigrações, tanto de sujeitos deixando o distrito, quanto chegando ao mesmo. No que diz respeito às famílias com os quais conseguimos conversar, os motivos para a migração eram diferentes, estavam ligados à procura de um lugar mais saudável, a procura de moradias mais baratas, buscando um lugar para trabalhar. Entretanto, o sentido de migrarem tinha geralmente um único foco, a saber, a procura de melhores condições de vida.

Ainda sobre essas famílias, grande parte delas viveu no distrito na época em que as atividades agrícolas eram o principal meio de trabalho e se não laboraram nestas atividades, estabeleceram mesmo que a distância, alguma relação com elas e com seus trabalhadores diaristas. Assim, viveram quase a extinção desses modos de trabalho na região e a necessidade de encontrarem novas formas de sobrevivência.

O segundo capítulo intitulado *A ação do Programa Bolsa Família nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos* procura compreender de que forma o PBF corroborou com as estratégias das famílias que participaram do programa, em construir meios quanto à superação da pobreza. Compreendendo que a grande maioria destas

famílias conquistou autonomia, seja pela forma de trabalho que viram seus filhos conseguirem, o aumento da escolaridade dos filhos, comparando com a escolaridade paterna, ou ainda alcançando melhores condições de moradia, grande parte sendo em casas próprias.

Além disso, construímos uma reflexão sobre a discussão realizada por economistas e sociólogos quanto ao surgimento de uma “nova classe média” e combatida pela perspectiva de uma “nova classe trabalhadora”. No que concerne esta pesquisa, o que ocorreu foi o empoderamento de trabalhadores em condição de pobreza, por meio da inclusão destes no que se refere a direitos sociais e materiais. Embora estes sujeitos vivam em outras condições, não deixaram de ser trabalhadores e não passaram a vivenciar práticas que os caracterizem como parte da classe média. Combatemos, assim, o discurso que delimita o pertencimento ou não dos sujeitos aos valores econômicos.

O terceiro capítulo intitulado *As ações das escolas perante o Programa Bolsa Família e as comunidades dos distritos*, propõe discutir como é estabelecido o diálogo entre as instituições escolares e os participantes do PBF. Este capítulo descortina algumas questões que esta dissertação toca, como o processo de migração nos distritos que passam pelas escolas, o fortalecimento da urbanidade de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos e principalmente, a relação de convivência entre a escola, enquanto ponto de encontro dos sujeitos dos distritos, mas também a relação das famílias com a escola que vai às condicionalidades que o Programa Bolsa Família exige, transformando a escola em um espaço de informação, que corrobora com o cadastro das famílias para o PBF.

## CAPÍTULO 1

### MARTINÉSIA E CRUZEIRO DOS PEIXOTOS: HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES POBRES.

O presente capítulo tem por objetivo refletir sobre a presença dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia como espaços resultantes de uma dinâmica rural/urbana na cidade Uberlândia. A cidade em questão se desenvolveu progressivamente, dando enfoque à industrialização e ao crescimento urbano, contudo, averigua-se a presença de espaços rurais pertencentes à mesma, em seus contornos e até mesmo dentro da cidade (chácaras). Nas localidades periféricas mais extremas da Zona Norte da cidade constituíram-se esses dois distritos. Assim, cabe perguntar: como compreender os distritos como partes da cidade? Como se constitui as relações de seus moradores com o espaço urbano?

Uma gama de estudos históricos e sociológicos dedicaram-se a refletir sobre as decorrências da modernização nos espaços rurais brasileiros, constituindo confrontos ou adequando-se aos costumes, os modos de trabalho, as vivências e a cultura dos camponeses e as consequências que lhes fizeram – por vontade própria ou não – após o ingresso de novos mecanismos de trabalho, responsáveis por alterarem as relações sociais e introduzir cada vez mais o mercado e as exigências deste nas atividades camponesas.

Consequentemente, grande parte destes mesmos estudos reverberaram em análises quanto à luta pela terra, os fortes índices de migração do campo para a cidade, as disputas dualistas entre o moderno e o arcaico.

Compreendendo que as relações sociais forjam-se em meio a experiências antagônicas, a partir de muitas memórias, histórias, vivências e múltiplos interesses, a historiadora Déa Fenelon chama-nos a atenção para a importância de se observar as diversas realidades que se estabelecem nos espaços e nas convivências sociais, em meio à cultura e à luta de classes:

Considero mesmo importante reconhecer que evidenciamos significados de cultura trabalhados a partir da compreensão de que, como vimos insistindo, trata-se de explorar diferentes modos de vida global, não nos esquecendo das premissas de aprender a cultura como um campo no qual as contradições se explicitam e a luta de classe, sempre presente no social, apresenta-se de diversas formas e constrói

caminhos alternativos de maneira a exigir de nós o reconhecimento de culturas em toda a sua pluralidade e diversidade.<sup>23</sup>

Desta maneira, este trabalho assume uma perspectiva um tanto distinta no que diz respeito às regiões aqui citadas. Encontramos famílias de trabalhadores pobres que construíram trajetórias contrárias de migração, ou seja, abandonaram as áreas urbanas – seja de Uberlândia ou de outras cidades – e se deslocaram por vários motivos para Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, ou seja, para dois lugares em que a “urbanidade” existe, mas que também é notório alguns hábitos dos moradores do campo. A presença destes migrantes atraídos por algum motivo para os distritos é também responsável pela troca de cultura e de experiências que ampliam essa dinâmica entre os espaços rurais e urbanos. Os sujeitos se organizam para viverem integrados ao movimento já existente daquela comunidade na qual chegaram, mas não estão despidos e não escondem as histórias que já viveram e que é responsável pelo sujeito que se formou e que presente no distrito a partir de então, estabelecerá novas trocas e participará da construção de histórias alheias e de sua própria também, em um novo momento.

No ir e vir dos sujeitos entre os distritos e a cidade de Uberlândia encontramos muitas histórias de migração. Na década de 1970 e 1980 houve um grande decréscimo do número de moradores nas fazendas e sítios. Tais evidências vão ficando claras pelos processos de nucleação das escolas rurais as escolas da sede de cada distrito, devido ao baixo número de alunos que as frequentavam. As escolas denominadas hoje de Escola Municipal Antonino Martins da Silva – situada no distrito de Martinésia – e Escola Municipal José Marra da Fonseca – situada no distrito de Cruzeiro dos Peixotos – foram ampliadas aos poucos, ganhando novos espaços de salas de aulas e expandindo o número de séries para a população local, ao passo que as escolas existentes em fazendas foram fechadas e medidas como o transporte escolar foram adotadas para levar os alunos residentes nas fazendas para as escolas dos dois distritos. A melhoria da estrutura das escolas das sedes e o fechamento das demais se deve pela organização das primeiras para receber os alunos transferidos das demais. Além disso, o fechamento das escolas construídas em fazendas, obrigando seus alunos a estudarem nas sedes apresenta mais uma característica urbana que foi se estabelecendo na região, isto é, as sedes tornaram-se o polo educacional dos distritos.

---

<sup>23</sup>FENELON, Déa. Apresentação. In: KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; (Orgs.). **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p.7.

Neste mesmo período, Uberlândia sofre mudanças urbanísticas fundadas no discurso para o progresso brasileiro. Sobre isso, Célia Rocha Calvo afirma que:

Em Uberlândia, a presença destes projetos ganhou visibilidade na paisagem da cidade. Nos guias e mapas datados das últimas décadas do século XX foi possível identificar a descentralização das áreas ocupadas na conformação dos novos bairros criados pelos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento – os conjuntos habitacionais próximos – às áreas também novas do Distrito Industrial (1971) e aos demais espaços que foram construídos simultaneamente, a partir dos anos setenta, como os dois Campus da Universidade Federal (1978), o Parque do Sabiá (1982), o Terminal Rodoviário (1976), Estação Ferroviária (1972). Nestes mapas, as empresas imobiliárias destacam-se como mais um agente de fabricação desses espaços, respaldadas no crescimento do capital industrial e financeiro.<sup>24</sup>

O projeto calcado no liberalismo econômico que transforma os espaços da cidade em produtos e os acessos a direitos em serviços, cobra um preço alto aos sujeitos pela oportunidade de estarem presentes perante esse movimento de progresso, que eles mesmos ajudam a construir. Assim sendo, no embalo das mudanças arquitetônicas, das normas e restrições presentes nos espaços urbanos, os pobres vivenciam a realidade da exclusão – ou da exclusão/inclusão contínua – não apenas no que diz respeito ao controle econômico que são restritos, mas nas relações sociais, na construção de identidades com o lugar e com os sujeitos presentes nas regiões em que circulam.

Ainda na primeira metade do século XX a cidade de Uberlândia mantinha uma relação estreita com os espaços rurais, tanto os que pertenciam a ela quanto aos que faziam parte de outros municípios. Esta afirmação se constata ao fazermos uma rápida pesquisa sobre os “fundadores” do município uberlandense, de maneira que encontraremos um grande número de proprietários rurais pertencentes à região à frente das instituições políticas.

Outro ponto que esclarece esta afirmação são as falas de antigos moradores de Uberlândia que acompanharam as mudanças da cidade, mudaram junto a ela, mas em suas memórias permaneceram ativas as lembranças de uma cidade de ritmo menos acelerado, na qual comumente se via passar pelas ruas os carros de boi, em que a base do comércio eram os produtos do campo e ou para o campo.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup>CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: cultura, memória e territórios da cidade. **História e Perspectivas**. Uberlândia, n. 42, jan./ jun. 2010.p. 23.

<sup>25</sup> CALVO, C. R. Uberlândia, espaços, memórias e vivências. In: Maria Clara Tomaz Machado; Rosangela Patriota. (Orgs.). **História e historiografias: perspectivas contemporâneas de investigação**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

Desta forma, enquanto a cidade multiplica seus espaços, cria lugares para o lazer, para habitação, para trabalhar e transitar, ela também elege sua clientela que irá desfrutar destes mesmos espaços. Sobre esse aspecto, Luiz César de Queiroz Ribeiro esclarece:

Em resumo, a globalização das economias urbanas levaria a uma estrutura social bimodal, tanto em termos da estrutura sócio-profissional, quanto em termos da distribuição da renda. O principal mecanismo dessa transformação seria a segmentação do mercado de trabalho produzida pela economia urbana globalizada, que passa a caracterizar-se pela mistura de empregos altamente qualificados e muito bem pagos e de empregos pouco qualificados e mal remunerados. O primeiro segmento seria a consequência do novo papel de articulação das cidades na rede da economia global e o segundo, o resultado do aumento da demanda por serviços pessoais, com o surgimento e expansão das camadas sociais de alta renda, e da introdução de novas formas “degradadas” de emprego no remanescente setor industrial. Essas mudanças resultariam numa ‘nova ordem espacial’, cuja característica central seria a dualização das estruturas urbanas.<sup>26</sup>

Essa dualização deve ser compreendida como o processo de exclusão dos sujeitos sociais nos espaços urbanos. Enquanto a cidade sofre mudanças, estes sujeitos para se manterem precisam alcançar a mesma velocidade de adequação, referente às exigências que lhes são atribuídas. Surgem assim os marginalizados, sujeitos em condições de pobreza e miséria, obrigados a se submeterem a qualquer trabalho para sustentarem a si próprio e suas famílias.

Nos anos de 1990 algumas famílias trocaram os espaços urbanos do município de Uberlândia pelas comunidades rurais dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, estabelecendo um processo de migração no sentido contrário ao campo/cidade. Neste trajeto invertido, famílias de trabalhadores pobres foram procurar nos distritos um lugar mais “tranquilo” para viver, criar seus filhos, fugindo dos altos preços da cidade, procurando modos de trabalho.

Mas o que mudou em suas vidas? O que encontraram em Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos? Alcançaram seus objetivos?

Tais perguntas surgem se averiguarmos a situação da pobreza nas regiões rurais brasileiras. Segundo apuramento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

---

<sup>26</sup>RIBEIRO, L. C. Q.. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: RevanLtda, 2000, v. 0, p. 66-67.

Combate a Fome, publicado em dezembro de 2014, 25% da população brasileira residente nas regiões rurais estavam em condições de extrema pobreza no ano de 2010.<sup>27</sup>

Somadas a essas famílias migrantes, encontramos outras compostas por sujeitos que foram criados na região ou como dizem, “estão lá desde que se entendem por gente.” Neste, encontramos geralmente uma forte migração interna, dentro dos distritos, seja por conta das formas econômicas de moradia – residindo por meio de aluguel e mais tarde pela conquista da casa própria, como veremos adiante em muitos casos – ou pela busca de trabalho nas fazendas, plantações e empresas locais. Quando vamos nos aprofundando nos modos de vida e de trabalho desses sujeitos, vamos compreendendo como o sistema capitalista não atua de forma homogênea em todas sociedades, mas nem por isso deixa de estar presente nelas.

No que diz respeito ao distrito de Martinésia, parte das famílias que entrevistei relatam a principal forma de renda de grande parte dos seus moradores na década de 1990, o trabalho diarista ou o “por dia” nas pequenas plantações de verdura. São trabalhadores que participavam das atividades geradas nas agriculturas familiares, ou em plantações de arrendatários ou meeiros, mas conforme a necessidades exigidas pelas plantações. No início da década posterior, essas atividades laborais quase que desapareceram da região, e essas famílias que continuaram a residir no distrito, precisaram procurar outras formas de sustento, seja buscando trabalho em empresas na própria região ou na zona urbana de Uberlândia, ou investindo em estudo, seguridade social, além de participarem de programas de transferências de renda – o PBF.

A tabela 1 abaixo nos permite ter uma compreensão melhor quanto às empresas e o momento de suas instalações na região, para averiguarmos as possibilidades de trabalho que os moradores dos distritos passavam a vislumbrar e que também são responsáveis pela inserção de modos de trabalho urbano nas regiões.

**Tabela 1 - Empresas instaladas nas proximidades dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos - Uberlândia/MG (Décadas de 1990 - 2000)**

<b>Empresas</b>	<b>Período de iniciação das atividades</b>	<b>Localização</b>
<b>Frigorífico Luciana</b>	Década de 1990	Distrito Cruzeiro dos Peixotos
<b>Pedreira</b>	Década de 1990	Distrito Cruzeiro dos

<sup>27</sup> Ver: Plano Brasil Sem Miséria. Superação da pobreza rural. Dez/2014.

		Peixotos
<b>Sementeira (Bayer)</b>	Década de 2000	Rod. Neuza Rezende. Entre os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos.
<b>Usina Hidroelétrica Capim Branco II</b>	Década de 2000	14,5 Km após o distrito de Martinésia
<b>Valoriza (Fábrica de fertilizantes)</b>	Década de 2000	Rod. Neuza Rezende. Km. 14.

Organização: Paim, B. A. P.<sup>28</sup>

Esse movimento – principalmente quando explicitamos as mudanças para dentro da sede dos distritos, uma aproximação com as instituições nelas presentes e ainda a adesão aos modos de trabalho nas empresas locais – não indica o fim das relações desses sujeitos com o campo, mas estabelecem uma proximidade cada vez maior com os espaços e as ocupações tipicamente urbanas.

Diferentemente de Martinésia, o distrito de Cruzeiro dos Peixotos apresenta características distintas no que diz respeito aos modos de trabalho de seus moradores. Durante as entrevistas pude perceber que as atividades que desempenham ao longo dos anos são em grande parcela vinculadas a empresas que se estabeleceram nos últimos anos na região, ou como diaristas (domésticas) e ainda como autônomos, em uma pedreira. Nesses casos, o PBF auxiliou nos últimos anos essas famílias, garantindo a elas recursos para enfrentar os momentos de instabilidade. No distrito de Cruzeiro dos Peixotos, a proximidade com as ocupações urbanas iniciaram-se com maior expressão antes de Martinésia, embora as datas de nucleação das escolas sejam muito próximas – o que nos direcionam a pensar sobre a migração dessas regiões e o fortalecimento da urbanidade em ambos os distritos – e as facilidades para o acesso a área urbana de Uberlândia seja a mesma, como o acesso ao transporte público, a pavimentação da rodovia municipal Neuza Resende, as primeiras empresas a se instalarem nas regiões destes dois distritos, estão mais próximas do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, este fator certamente influenciou seus moradores a se dedicarem a modos de trabalho típicos das áreas urbanas.

Por conta disso, outra questão importante a se pensar neste capítulo é como os sujeitos presentes neste trabalho – trabalhadores pobres – viveram a transição dos projetos políticos distintos – no período Fernando Henrique Cardoso, marcado pela

<sup>28</sup> Os dados da Tabela 1 referentes ao período da instalação de cada empresa foram coletados por meio de conversas com os moradores dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos.

fortificação das ideias do mercado livre formulado pela ampliação do alcance neoliberal e adiante pelas mudanças realizadas nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, caracterizados pela inclusão social por meios de programas de transferência de renda, apoio a educação e especialização profissional, ampliação do trabalho e do consumo e acesso a bens e serviços públicos.

Pensar essa transição política, que se deu a partir do início da primeira década do século XXI torna-se importante para que possamos compreender como essas famílias de trabalhadores construíram estratégias de sobrevivência frente às mudanças e às dificuldades que apareceram em suas vidas.

São trabalhadores em um intenso movimento de mudanças de trabalho. Conforme explica Alessandro Portelli, este é um dos resultados do mundo globalizado, em que o trabalhador não possui muitas garantias quando o mercado dita o ritmo da economia e possui voz ativa nas decisões do Estado. Utilizando como exemplo os operários da cidade de Terni, na Itália, que reivindicavam seus direitos de trabalhar a empresa *ThyssenKrupp*, numa relação que envolve identidade, memória, a cidade e os trabalhadores, Alessandro Portelli, esclarece que:

Eu creio que está acontecendo uma mudança muito radical de identidade, em diversos aspectos. A visão de futuro era também que os operários de 1952 estavam convencidos de que trabalhariam na fábrica por toda a vida e que também seus filhos trabalhariam na fábrica por toda a vida. Agora não há nenhuma garantia de futuro, não só um futuro político de revolução ou de mudança, mas de um futuro pessoal.<sup>29</sup>

Os sujeitos sociais que aqui pesquiso não são operários ou possuem a identidade que Alessandro Portelli explica acima. A meu ver, é de grande importância compreendermos as inúmeras atividades que os trabalhadores desempenham no capitalismo moderno. Porque nem sempre, o trabalhador pretende voltar a desempenhar a função que já exerceu ou que viu seu pai exercer, seja pela necessidade de se reincluir rapidamente no mercado de trabalho, pela falta de alternativa, por investir em soluções que os ampliem as possibilidades de emprego, ou simplesmente pela própria vontade de não desempenhar o que antes fazia. Também não pretendo com a fala de Portelli trazer para o mesmo debate a classe operária e os trabalhadores desta pesquisa, contudo, o que

---

<sup>29</sup>PORTELLI, Alessandro. Entrevistando Alessandro Portelli: globalização, memórias e resistências. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 46, p. 13-27, jan./jun. 2012. Entrevista concedida a Paulo Roberto de Almeida; Sérgio Paulo Morais. p. 17.

me chama a atenção é a noção das mudanças laborais nas quais independentemente do motivo os sujeitos são obrigados a vivenciar.

Melhor dizendo, em determinados momentos os trabalhadores precisam expandir suas possibilidades, o que não implica em dizer que serão mal sucedidos. Nos casos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, os modos de trabalho se alteraram; houve ganhos e perdas com isso, averiguamos nas falas dos próprios sujeitos quando perguntados o que mudou em suas vidas, mas nem sempre o que parece catastrófico aos olhos dos pesquisadores, os são para os sujeitos que vivenciaram um determinado processo. Não se trata de simplificar as vivências dos sujeitos, muito pelo contrário, os processos de mudanças e transições são complexos, e exigem grande força de compreensão, mas devem ser analisados do ponto de partida dos sujeitos sociais, e não distante de suas experiências.

Com a mudança social que ocorreu nos distritos, tanto no plano das conquistas atingidas por esses perante seus direitos, com a participação destes no PBF, com as características urbanas cada vez mais fortes sobre estes lugares, observamos uma mudança quanto às práticas e as relações estabelecidas pelos sujeitos, os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos não permaneceram estáticos, no que se refere ao tempo e ao espaço. Essas mudanças vão ocorrendo diariamente, sem que sejam na mesma proporção de tempo para cada um.

Os trabalhadores que entrevistei fazem parte de famílias pobres, minha preocupação consiste em buscar respostas por meio dos sujeitos que vivem a pobreza em seu cotidiano. Em entender suas práticas, suas preocupações, suas vivências. Em investigar a pobreza como condição de vida que não se estabelece exclusivamente no plano econômico, mas que possui uma historicidade e é resultado das relações estabelecidas dentro da luta de classes, que abarca modos de pensar, de se relacionar, de se manifestar. E os pobres como sujeitos sociais que também divergem entre si, conciliam-se, fazem escolhas, ou seja, como sujeitos políticos.

As pesquisas historiográficas lançaram poucos olhares para estes sujeitos e quando o fez, quando escolheu o lugar e os sujeitos da pesquisa, buscou uma vertente distinta da escolhida aqui – mesmo dentro da história social. Pensar os sujeitos em seu lugar de disputas e resistências assume a necessidade de refletir quanto às lutas sociais e as hegemonias no espaço em que tudo acontece.

Desta maneira, trabalhar com a história oral, confrontando-a com outros documentos, me parece o meio mais coerente para investigar questões como a pobreza,

as vivências, os modos de trabalho, suas exclusões e inclusões, as relações estabelecidas com o convívio destes sujeitos, e desta forma, explorar as diversidades existentes nestes dois distritos, por menores que sejam – geográfico e populacional, pois compreendo que por meio desta metodologia, conseguimos chegar à interpretação dos sujeitos sobre os processos que vivenciaram. Conforme a historiadora Yara Aun Khoury esclarece-nos:

Nestes termos, lidar com as entrevistas orais tem significado, também, enfrentar posições e perspectivas em torno do direito de todos a uma presença social reconhecida, do direito de cada um a palavra e da necessidade do diálogo com questões e práticas políticas; tem significado debater as implicações metodológicas desse olhar político articulado à discussão sobre a natureza própria da narrativa oral e do trabalho com o diálogo oral. Caminhar nessa direção tem significado lembrar sempre que incorporar com legitimidade a fala daqueles que entrevistamos, e considerá-las devidamente como atos interpretativos da realidade que estudamos, é lembrar que as entrevistas orais, por sua própria natureza, não se faz com técnicas e, sim, com relações humanas em que estamos desejosos de conhecer melhor como cada pessoa vive e constrói essa luta, ou mesmo se submete.<sup>30</sup>

Os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos são formados por uberlandenses de várias partes, além de migrantes e filhos de migrantes que saíram de outras cidades mineiras e de várias outras regiões brasileiras – neste trabalho entrevistamos pessoas que vieram do Nordeste e do Centro-Oeste. Somente ampliando o debate sobre as experiências e o modo de vida desses sujeitos poderemos compreender melhor como esses lugares se fizeram. Assim, o direito à memória se faz presente em sujeitos pouco ouvidos. Dessa maneira, procuramos compreender a história desses sujeitos e do lugar construído por eles para além das ideias de lugar tranquilo, “bucólico”, mas como um lugar de lutas sociais. Neste trajeto, perguntas vão se estabelecendo: como eles compreendem o distrito? O que falta nele? Como é viver no distrito? O que mudou nesses anos? Como eles viveram e vivenciam essas mudanças? Perguntas como essas nos parecem mais construtivas para compreender as histórias destes lugares, as ações dos sujeitos, suas mudanças sociais e espaciais, pois afirmar que estes distritos – no que concerne a seus moradores – vivem em plena harmonia, seria estabelecer que estes lugares não tenham problemas, que tudo que existe neles é bom e não precisa ser mudado.

---

<sup>30</sup>KHOURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; (Org.). **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.p.30-31.

### **1.1 O distrito de Martinésia: relações sociais, modos de trabalho e pobreza.**

O distrito de Martinésia é formado por seis avenidas e oito ruas (todas pavimentadas), está cercado por pastagens, comum no bioma do cerrado para a criação de gado e próspero para a aragem em caso de plantio, porém, esse estado de vegetação é conseguido em consequência do desmatamento. Na fotografia também podemos ver em seu entorno, na parte superior da imagem, uma cascalheira, pertencente a um sítio local, porém pouco explorada. As três estradas ligam o distrito às fazendas e sítios locais, juntamente com a rodovia Neuza Resende, no canto superior direito da imagem, formam os meios de se chegar a Martinésia.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) em 2010, o distrito de Martinésia somava 836 moradores. Destes, 375 residiam em sítios, chácaras e fazendas da região e 461 moravam na parte interna do distrito. Martinésia foi criada em 1926, nove anos após algumas famílias da região se unirem e pedir junto ao município uberlandense o terreno para povoação. Inicialmente, o lugar foi batizado de Martinópolis e dezesseis anos mais tarde adquiriu seu atual nome.<sup>31</sup>

Os moradores das propriedades rurais são geralmente famílias proprietárias e famílias de trabalhadores empregados. O número de pessoas que trabalham nas atividades agropecuárias, principalmente nas áreas mais distantes de Martinésia, onde o proprietário da fazenda ou sítio é também dono da produção agrícola ou pecuária – não se trata de arrendatários ou de agricultura familiar – e precisa de mão de obra para a realização de tais trabalhos, tem sofrido uma grande diminuição. A povoação dessas propriedades está sempre ligada ao trabalho. Se compararmos os dados cedidos pela PMU com as informações encontradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Antonino Martins da Silva de 2007 – três anos antes da apuração da PMU – o número de famílias vivendo em residências dentro de propriedades rurais era muito maior, alcançando cerca de 700 moradores<sup>32</sup>, ou seja, quase a metade do que a PMU entende que existia três anos depois.

Referente à região interna do distrito, encontramos pouquíssimos moradores que são proprietários de terras; são em grande parte trabalhadores que possuem experiências no trabalho do campo, mas hoje seu labor está voltado para a área urbana. Se compararmos duas fontes utilizadas anteriormente, a saber, os dados apresentados pela

---

<sup>31</sup> Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03/09/2014.

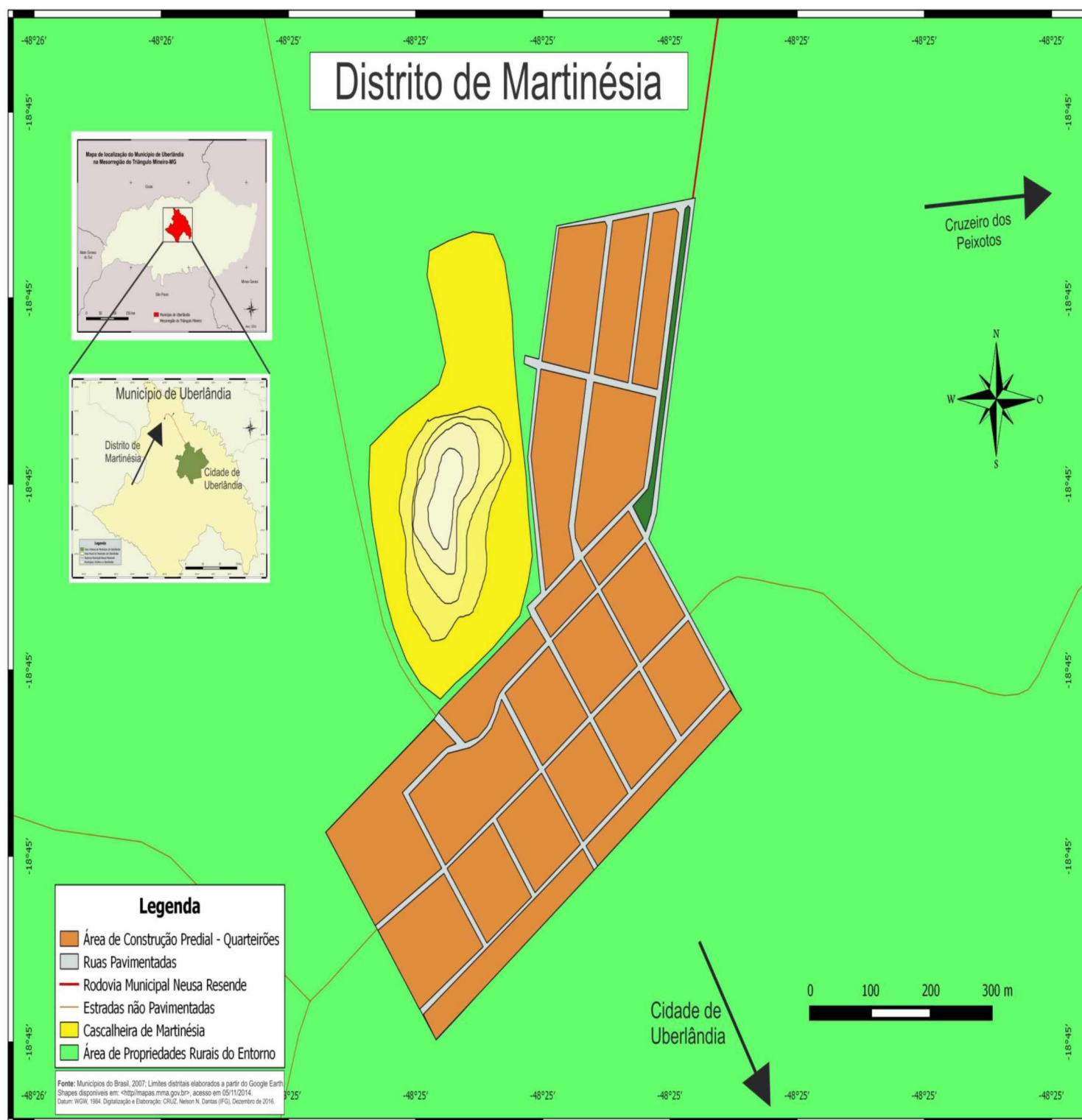
<sup>32</sup> Escola Municipal Antonino Martins da Silva. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2007.

PMU e pelo PPP da escola, verificaremos o crescimento populacional desta área de Martinésia. Em 2007 residiam 400 moradores na sede do distrito<sup>33</sup>, após três anos contabilizava-se 461 moradores<sup>34</sup>, embora a diferença pareça pequena numericamente, ouve um aumento de 15% de moradores na sede, o que reflete no abandono dos trabalhos agropecuários e na procura de novos modos de trabalho que nem sempre estão ligados ao campo.

---

<sup>33</sup> Escola Municipal Antonino Martins da Silva. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2007.

<sup>34</sup> Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 set. 2014.



**Mapa 2 – Mapa do distrito de Martinésia**

A diminuição de moradores nas áreas rurais é compreendida por outra evidência ainda mais forte, que está ligada à Escola Municipal Antonino Martins da Silva. A escola foi construída em 1920 sob tutela do estado de Minas Gerais e recebeu o nome de Cristiano Machado, em referência ao então Secretário do Interior de Minas Gerais. Na ocasião a escola atendia aos alunos do 1º ao 3º ano primário<sup>35</sup>. Na década de 1960 foi incluso o 4º ano e na década posterior incluiu-se por meio de anexação da escola junto a Escola Estadual Américo Rene Giannetti turmas cursando o 5º, 6º, 7º e 8º anos. Ainda na década de 1970, a escola passou a pertencer ao distrito de Uberlândia, e mudou seu nome para Escola Municipal de Martinésia. Porém, um fato que indica a evasão rural foi a extinção de três escolas em áreas rurais e o remanejamento de seus alunos para a Escola Municipal de Martinésia<sup>36</sup>. Tal medida exigiu a necessidade de investimento em estrutura para a locomoção de tais alunos e o transporte escolar foi encontrado como melhor alternativa<sup>37</sup>. Essa medida certamente diminuía os custos do município, ao diminuir os gastos com as três escolas extintas perante o pouco número de alunos que se dividiam para estudar entre ambas.

Se por um lado os moradores das propriedades rurais foram se mudando sistematicamente, por outro, o número de moradores da sede de Martinésia foi crescendo, mesmo que pouco e lentamente. A escola, que como podemos constatar foi crescendo e oferecendo aos moradores melhores condições de ensino, as condições empregatícias, embora simples e em muitas ocasiões não ofereciam nenhuma seguridade trabalhista é também um fator motivador para as famílias se estabelecerem em Martinésia.

Os moradores deste lugar são geralmente migrantes ou filhos de migrantes que se estabeleceram em Martinésia ao longo do século XX. São trabalhadores pobres que saíram em grande parte da área urbana de Uberlândia por muitos motivos ou que por terem sido criados no distrito sentem-se pertencentes ao local. Adaptaram-se às formas de trabalho, as relações sociais do lugar e decidiram constituir famílias e se fixarem.

Segundo José de Souza Martins, as condições dos migrantes ao decidirem se mudar de onde vivem para uma nova região nunca são as mesmas. Embora muitos casos apresentem a eminência de muitas dificuldades, outros resultam em melhorias de vida.

---

<sup>35</sup> O que no decorrer dos anos foi denominado de Pré, Primeira e Segunda série e atualmente corresponde ao 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental.

<sup>36</sup> Deixaram de existir as seguintes escolas: Escola Municipal Lagoa, Escola Municipal Felipe dos Santos e a Escola Municipal Paranã.

<sup>37</sup> Escola Municipal Antonino Martins da Silva. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2007.

A grande questão é que migrar-se está além das fronteiras geográficas de mudar-se de um lugar para outro. O que se deve observar neste caso são as condições sociais da mudança, pois os sujeitos carregam consigo uma cultura própria, adquirida ao longo da vida e essa cultura ao se estabelecerem em um novo lugar constituirá relações com outras culturas, outros modos de viver, onde ela pode ser bem aceita ou não se adequar. De toda forma, esse não é um processo simples, mas cheio de incertezas e expectativas, pois, segundo José de Souza Martins:

O que é sociologicamente essa sociabilidade? É estar, num primeiro momento, duplamente orientado em relação a duas sociedades de referência, insuficientemente vivenciadas, uma das quais ainda pouco conhecida e compreendida, que é a sociedade de destino. Num segundo momento, é estar orientado pela sociabilidade precária e desagregadora da transição e do trânsito, do deslocamento de um lugar a outro, de um tipo de vida social a outro.<sup>38</sup>

Entre as pessoas entrevistadas, comumente ouvimos relatos de que não se tratava de uma mudança “aventureira”, desprovida de expectativas quanto ao que seria deles ao mudarem da cidade para a região rural, pois, em muitos casos, já possuíam membros da família – tios, primos – ou até mesmo já conheciam por meio de visitas o distrito. O que não implica em dizer que para esses sujeitos a transição de um lugar para o outro tenha sido mais fácil. Contudo, em muitos casos mesmo enfrentando as dificuldades referentes aos modos de viver do lugar de destino, migrar é visto por esses sujeitos como a melhor alternativa.

Visitei a casa da senhora Darc e Seu Antônio ao descobrir que participaram do PBF – adiante nos aprofundaremos neste tema – por algum tempo. Eles moram em Martinésia desde 1998, quando se mudaram a família era composta por seis pessoas, eles e os quatro filhos. Hoje a família aumentou, com o nascimento de três netos, casamento dos filhos e a mudança de outros familiares para o distrito. Perguntei a eles o motivo de se mudarem e se gostavam de morar em Martinésia:

**Sebastiana:** É, porque o Antônio sempre gostou de trabalhar na zona rural, sempre trabalhando na zona rural, aí os meninos começou a estudar aqui, a escola boa, aí eu conversei com ele e a gente acabou ficando por causa da escola, alugou uma casa, e estamos aí até hoje. Foi ficando (...) Não, assim, a gente, eu, gosto daqui. Eu particularmente gosto daqui né? Eu acho aqui bem tranquilo e é bom, foi bom pra criar os meninos, os netos tem mais liberdade e a gente

---

<sup>38</sup>MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 146.

fica mais sossegado. Então quer dizer, a cidade favoreceu bastante né, aí a gente foi ficando, foi gostando e acabou que a gente não quer mudar daqui agora...<sup>39</sup>

A preferência pelo modo de trabalho rural da região atraiu Seu Antônio e junto a ele, a família. A estrutura encontrada em Martinésia, como a oportunidade dos filhos estudarem em uma escola de boa qualidade resultou na opção da família em permanecerem no distrito. A mudança que a princípio estava ligada a necessidade de trabalhar para se sustentarem resultou em condições melhores para criarem os filhos e se estruturarem. A grande região urbana embora receba investimentos maiores e apareça como um lugar que ofereça maiores oportunidades, para eles, não era o lugar ideal para constituir família, tanto pela agitação quanto pelas oportunidades que lhes foram oferecidas.

No caso desta família, a migração resultou em saírem de um lugar em condições piores, para um lugar que abrangesse suas expectativas. Certamente isso se deu principalmente por indicar que em Martinésia seus filhos teriam chances de frequentar a escola e poderem alcançar melhores oportunidades, enquanto os pais se preocupavam menos com os perigos da grande cidade.

**Antônio:** Depois de Uberlândia, o primeiro lugar que eu conheci foi aqui. Mais o Pontal, passava eu e o papai aqui. Desci lá pro Pontal, pra fazenda Pontal. Você conhece lá?<sup>40</sup>

Martinésia era um lugar conhecido pelo seu Antônio, que desde sua infância, seguindo com o pai, esteve na região. A Fazenda Pontal que ele indica conhecer é uma fazenda distante do distrito. Nesta fala, percebemos que ao menos ele já possuía um conhecimento prévio para onde estavam se mudando e as condições que o lugar lhes oferecia. Não se tratava de uma escolha esporádica, direcionada apenas pela necessidade de viverem no campo ou próximo dele. Essa foi uma escolha motivada pelas experiências adquiridas ao longo da vida, onde obtiveram gosto e aprendizado com o trabalho e as vivências no campo e rejeitaram as dificuldades que a parte urbana de Uberlândia apresentava.

Quando analisamos os motivos que levaram as famílias a se mudarem para o distrito de Martinésia, encontramos situações que se aproximam por um lado e se distanciam por outro.

---

<sup>39</sup> Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

<sup>40</sup> Antônio de Paula, 58 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

**Valéria:** Eu tenho uns parentes aqui, tios e aí eu vinha sempre passear e conheci o pai das minhas meninas aqui, aí então casei e vim morar aqui e tô aqui até hoje.<sup>41</sup>

A senhora Valéria se mudou para o distrito há 23 anos, migrando de Uberlândia. Já conhecia o lugar por conta das visitas que fazia a familiares que ali moravam e por ter conhecido seu primeiro esposo, morador de Martinésia. Pelo que podemos ver se trata de uma mudança planejada, tendo em vista o conhecimento prévio do distrito. A senhora Valéria constituiu família morando em Martinésia, hoje em seu segundo casamento, possui três filhos e duas netas.

Neste caso, averiguamos que foi determinante a presença dos familiares em Martinésia. Trata-se de uma decisão calculada com o mínimo de segurança. A senhora Valéria tomou tal decisão baseada nas relações sociais já estabelecidas e por outras que se estabeleceram a partir das visitas que fez ao local e provavelmente pelas indicações que seus familiares lhe deram.

Desta mesma forma ocorreu a mudança da família da senhora Ana Paula. Sua família residia na área urbana de Uberlândia e mudaram para Martinésia em 2003, naquela ocasião a família era composta por cinco membros, os pais e três irmãos. Perguntada sobre o motivo que os levou a se mudarem para o distrito, ela explicou:

**Ana Paula:** Porque lá no Uberlândia tava difícil né, pagava aluguel, tava muito difícil a vida, aí meu pai pegou, fez dois cômodos aqui em Martinésia pra gente sair do aluguel. Que a gente já não tava mais aguentando pagar aluguel<sup>42</sup>

A senhora Ana Paula se reporta às dificuldades financeiras para explicar o motivo de se mudarem. O custo de vida na cidade tornou-se um empecilho para que continuassem a viver lá. Essa realidade vivenciada por essa família poderia se referir a muitas outras. Durante a década de 1990, quando o neoliberalismo ganhou espaço na política brasileira e passou a agir com maior força nas cidades, principalmente os espaços se tornaram mercadorias, direitos sociais tornaram-se mediados pela competência financeira dos sujeitos.

Como neste caso, morar na cidade tornou-se inviável para eles, uma família de trabalhadores que conseguia seu sustento através da venda da força de trabalho. Para resolver este problema a solução encontrada foi migrarem para Martinésia, onde

---

<sup>41</sup> Valéria Cristina Santos Barbosa Cintra, 43 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 17/09/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

<sup>42</sup> Ana Paula Fernandes Costa, 33 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 04/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

conseguiram construir uma moradia simples, “dois cômodos”, que embora seja uma residência humilde, representou para essa família o início de um período menos difícil.

Na grande maioria dos casos as melhorias das condições de vida dos sujeitos em condição de pobreza são conquistas lentas, que ao longo de seus trabalhos vão sendo concretizadas. Quando imaginamos uma família de cinco pessoas vivendo em dois cômodos nos passa pela cabeça as agonias e os sofrimentos que esses sujeitos vivenciam, porém, esse julgamento prévio nos dificulta a compreender o que isso significa para eles.

Certamente, nessa condição de moradia descrita pela senhora Ana Paula, o conforto, tanto no que diz respeito a acessos materiais quanto nas questões íntimas e individuais eram mínimos, contudo, representavam para eles uma conquista que poderia crescer futuramente. O dinheiro antes gasto com o aluguel poderia ser empregado de outra forma, direcionado a um investimento para a própria família, como, por exemplo, o aumento das dependências da casa própria.

A senhora Ana Paula, ainda explica que a escolha por Martinésia não foi casual, não se limitou apenas pela urgência de saírem de Uberlândia, pois no lugar havia outros familiares residindo e por conta disso, eles já conheciam o distrito.

**Ana Paula:** Porque minha tia morava aqui, mora aqui né, e o meu pai, minha mãe, meu pai sempre vinha aqui, gostou aqui do lugar, e a gente achou assim o terreno mais em conta, que é mais barato né, do que lá, se fosse pra comprar lá em Uberlândia não dava pra comprar e teve essa oportunidade, que saiu mais, bem em conta.<sup>43</sup>

A relação desta família se aproxima com as histórias das famílias anteriores. A presença de familiares ou o conhecimento sobre a região influenciou na escolha. Por não indicar que estariam sozinhos em um lugar onde nunca haviam morado, isto é, já existia para essas famílias a eminência de relações sociais estabelecidas. Em meio às mudanças que enfrentariam, deixando um lugar para morar em outro, afastando-se de um espaço onde existiam relações sociais constituídas, a presença de conhecidos e até mesmo de parte da família, significou para eles segurança, não se tratava de uma ação sem cálculos, mas pensada mediante as possibilidades e limitações que viviam.

Outro fator preponderante é o valor dos terrenos em Martinésia, mais baratos que os terrenos da área urbana de Uberlândia. Corrobora para isso a distância entre a cidade e o distrito, além das simplicidades quanto aos acessos a serviços públicos ou

---

<sup>43</sup> Ibidem.

privados. Na fala da senhora Ana Paula, que demonstra que sua família já conhecia o lugar e moradores do mesmo, podemos compreender que por conta das informações obtidas pelo convívio social houve contribuição na escolha por Martinésia.

Hoje, a senhora Ana Paula não mora mais com seus pais. Segundo ela, assim que se mudou para o distrito conheceu Seu Vinícius – que morava em Martinésia há mais tempo. Sua família veio de Patos de Minas (MG) – e estão casados desde então, a família possui três filhos e decidiram continuar morando em Martinésia, próximo aos familiares. Para ela, a tranquilidade do lugar é estabelecida pelo motivo pelo qual “aqui todo mundo conhece todo mundo né?”<sup>44</sup>

A senhora Marilene também se mudou para Martinésia buscando um lugar mais tranquilo para criar os filhos. Quando se mudou para o distrito, há 15 anos, sua família era composta por cinco membros, ela, o marido e os filhos, neste período a filha mais nova, hoje com 9 anos, nasceu. Outro fator motivador para escolher Martinésia para residir foi o conhecimento sobre o lugar e a presença de outros familiares.

**Marilene:** Minha família é toda daqui (...) Sempre passei férias aqui (...) Questão de moradia, pra criar meus filhos bem. Aqui é um lugar que eu acho bom pra criar filho.<sup>45</sup>

A senhora Marilene conheceu o distrito por meio da presença de boa parte de seus familiares. Conforme ela explica, durante suas férias escolares ela visitava o distrito e desta forma pôde conhecê-lo e conseqüentemente, pôde conhecer parte de seus moradores. Desta maneira, ela nos mostra que a escolha pelo lugar consistiu nas experiências adquiridas ao longo da vida, pela receptividade dos familiares para com ela e seus filhos e por se tratar de um bom lugar para seus filhos serem criados.

Durante o período em que a senhora Marilene indicou morar em Martinésia ela necessitou se mudar, por conta da falta de emprego. Este fator constata a dificuldade de se morar em Uberlândia em contraste com a falta de emprego que ela indica existir no distrito; outra dificuldade apontada por ela, quando se mudou para Martinésia, era a falta de médicos nesse lugar. Por conta disso, precisou ficar durante sua quarta gravidez entre Martinésia e Uberlândia.

Embora Martinésia seja parte de Uberlândia – como distrito – os moradores recorrem constantemente à região urbana da cidade conforme suas necessidades. Assim,

---

<sup>44</sup>Ana Paula Fernandes Costa, 33 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 04/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

<sup>45</sup>Marilene Batista Machado, 37 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 15/04/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

essa moradora do distrito, mesmo compreendendo a necessidade de um lugar mais “calmo” para criar os filhos, vivenciou dificuldades quanto ao acompanhamento médico e a falta de emprego na região.

Ao falar das migrações e toda a problemática que a envolve, José de Souza Martins<sup>46</sup> explica que no sistema capitalista os excluídos são na verdade sujeitos que estão incluídos no sistema, mas em muitos casos fora do acesso daquilo que julgam necessários para viver. Assim, um trabalhador desempregado não está excluído do capitalismo porque está sem trabalho, pois este último sobrevive por meio da força de trabalho dos sujeitos, entretanto, os problemas do trabalhador se agravam porque cada vez mais o prazo para que ele seja reincluído no trabalho tem se estendido.

No caso da região de Martinésia, enquanto seus moradores elegem a tranquilidade como um de suas principais características, devido à pequena população, o baixo fluxo automotivo, todos conhecerem a todos, essa tranquilidade só existe pela distância do distrito e a sede urbana do município.

Essa é uma dualidade importante de ser pensada pelos seus moradores e pelas famílias que escolhem Martinésia como lugar de destino. Se existem poucos empregos nas mediações do distrito, uma alternativa pode ser a procura de trabalho na área urbana uberlandense, e a distância pode ser um agravante no que diz respeito ao tempo que os trabalhadores levarão para conseguir trabalho.

A família da senhora Adriana é outra família de migrantes que vive em Martinésia. O motivo para se mudarem se deu por conta da saúde de seu pai. Perguntada ela disse:

**Adriana:** Não. Por problema de saúde do meu pai, que tinha problema de coração e precisava de um lugar mais tranqüilo e aí ele comprou aqui e a gente veio.<sup>47</sup>

Segundo as informações que a senhora Adriana nos concedeu na ocasião da entrevista, sua família mudou-se para Martinésia no início da década de 1990, pela necessidade de encontrarem um lugar mais tranquilo para viverem, sendo que seu pai tinha um agravamento na saúde. Naquela ocasião mudou-se solteira, em meio aos seis membros que constituíam sua família, os pais e mais três irmãos. Hoje ela é casada, seu marido foi nascido e criado no distrito e possui um filho.

---

<sup>46</sup>MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

<sup>47</sup>Adriana Ferreira Machado, 42 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 14/10/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

O caso de sua família é um tanto diferente das demais, o que motivou a migração foi a urgência em cuidar do pai, pois não conheciam o distrito e também não possuíam familiares no lugar. A pouca população residindo em Martinésia, o baixo fluxo de movimentação aparecem como um fator importante para a escolha da mudança. Segundo ela, a família morava no bairro Santa Mônica, em Uberlândia, um dos maiores bairros da cidade, indicando o oposto do distrito rural.

Embora o distrito esteja localizado a poucos quilômetros de Uberlândia, são duas regiões diferentes. Essa proximidade pode facilitar a escolha do lugar de destino, mas a mudança em si, que comporta os desafios de adequar-se a uma nova realidade, pode constituir no migrante, angústias quanto ao não pertencimento ao lugar que representa a mudança. O casamento, que segundo ela completou 23 anos, pode nos indicar que essa família habitou-se as novas condições de vida em pouco tempo, juntamente com o fato de terem permanecido no lugar e constituído família no mesmo. Porém, esta é uma das realidades que apresenta um grande desafio, quanto às irregularidades que essa escolha poderia lhes oferecer.

Diferente das famílias que vimos até aqui, que migraram do município de Uberlândia para o distrito de Martinésia, outras duas famílias que tivemos a oportunidade de conversar criadas no distrito e em algum momento da vida tiveram a oportunidade de se mudarem para outras regiões, mas não se habituaram e retornaram.

Conforme a senhora Nilza nos contou, ela nasceu em Martinésia. Ainda na adolescência sua família foi convencida a se mudar para Uberlândia diante das promessas de melhoria de vida. Sobre isso:

**Nilza:** Quando eu era, quando eu nasci, a gente morava aqui. Aí depois a gente foi pra Uberlândia, eu tinha uns 13 anos. Aí a gente voltou, aí já tinha loteado isso aqui, já estavam vendendo os terreno, aí a gente morou lá perto da sua avó né.<sup>48</sup>

Pelas informações concedidas pela senhora Nilza, em meados dos anos 1980, houve um loteamento no distrito. Essa informação, junto às informações adquiridas pelo PPP da Escola Municipal Antonino Martins da Silva, reforça a compreensão do crescimento do distrito naquela época; certamente, a necessidade de loteamento surge pela urgência das famílias que procuravam Martinésia para viver, em encontrar condições de se alojarem.

---

<sup>48</sup>Nilza Salvador da Silva, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 03/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Adiante, lembrando a época de sua vida em que sua família foi morar em Uberlândia, a senhora Nilza explica o que os motivaram.

**Nilza:** Nois foram porque, lembro que meu tio pois na cabeça do meu pai que lá em Uberlândia ia ser pra nois bem melhor do que aqui, porque ele tinha dez filhos pequeno né, aí a gente foi, meu pai foi. Chegou lá a gente passou muita dificuldade, porque ninguém conseguiu serviço, todo mundo era de menor né, minha mãe doente, só meu pai trabalhando, aí a gente teve que voltar.<sup>49</sup>

As condições de trabalho em Martinésia sempre foram um problema. Conforme a senhora Nilza aponta. Quando adolescente – aos 13 anos – seu pai levou a família para a área urbana do município de Uberlândia à procura de melhores oportunidades. O que resulta em dizer que há 34 anos, na década de 1980, havia moradores descontentes com as oportunidades de trabalho encontradas no distrito. Além disso, a família era grande e a saúde da sua mãe apresentava comprometimentos.

Por outro lado, ela relata em sua fala certa angústia com aquela experiência. Ao falar que todos eram menores de idade e nenhum conseguiu emprego é possível que ela estava comparando a vida do campo com a cidade, sendo que no primeiro as crianças e adolescentes são chamadas para realizar pequenos trabalhos, os chamados “bicos”, e embora sejam trabalhos sem nenhum tipo de garantia profissional e mal remunerados, para as famílias de trabalhadores pobres são uma alternativa de sobrevivência para esses sujeitos.

A senhora Nilza, fala também que passaram muitas dificuldades, por conta da saúde da mãe e da falta de trabalho para todos, são situações que fazem parte da vida de muitos migrantes. É possível que essa vivência tenha colaborado para que ela, após retornar para Martinésia, constituísse família e permanecesse no distrito. As dificuldades, que a princípio se reportam principalmente ao fator financeiro, apresentam dinâmicas ainda maiores, quanto ao sentimento de não pertencimento e as relações sociais não constituídas, que se aprofundam junto a situação de pobreza ou até mesmo miséria, que não eram a meta pensada pela família ao tomar a decisão de abandonar seu lugar de origem e escolher outro lugar para seu destino. A senhora Ivone também é nascida e criada em Martinésia, permaneceu grande parte de sua vida no distrito e a procura de melhores condições de trabalho mudou-se por algumas vezes até retornar. Conforme ela explica:

---

<sup>49</sup>Idem.

**Ivone:** Em Campos Altos eu mudei quando eu fui apanhar café. Em Catalão, meu filho e minha nora estavam dando trabalho eu fui pra lá pra poder ter a presença do pai, não deu certo voltei pra trás. Araguari, foi quando eu separei. Fui pra lá, morei lá 5 anos, aí não deu certo e eu voltei.<sup>50</sup>

São vários os motivos que levaram a senhora Ivone a se mudar de uma cidade para a outra. A princípio quando deixou o distrito de Martinésia e migrou-se para Campos Altos o motivo é identificado na procura por novas oportunidades de trabalho, sendo que o distrito já não oferecia serviços para todos. No caso dela, a primeira alternativa encontrada foi continuar no trabalho do campo, mesmo que para isso precisasse mudar do lugar onde sempre viveu.

Conforme podemos averiguar na fala da senhora Ivone, o melhor recurso encontrado por ela foi retornar para Martinésia após vários acontecimentos importantes em sua vida, como os problemas gerados pelo filho que veio a se separar do seu casamento. Voltar para o distrito significa voltar para uma rede de relações na qual estão inseridos muitos conhecidos e parte de sua família.

Mas o que aproxima a história dessas famílias? O que a origem delas representa quanto às relações de classes existentes no distrito de Martinésia? Como essas pessoas estabelecem estratégias para viverem em um distrito pobre? Que oportunidades encontraram ao decidirem migrar e se estabelecerem neste lugar?

Os motivos que levaram essas famílias a mudarem e permanecerem em Martinésia são muitos. Cada uma enfrentou uma dificuldade distinta ao vivenciarem as asperezas do espaço urbano. Mas em todos os casos são sujeitos nascidos em famílias pobres e que constituem famílias pobres quando saíram da casa de seus pais. A princípio trabalharam em empregos de poucas garantias sociais e de pouca remuneração. Contudo, o lugar “tranquilo”, como muitas delas caracterizam em Martinésia, existe por conta das relações sociais aproximadas, não apenas por conta de conhecerem uns aos outros, mas de se reconhecerem nos outros.

Os sujeitos sociais que aparecem neste trabalho experimentaram ao longo de suas vivências diferentes modos de trabalho no campo, diferentes formas de remuneração, dispersando-se de espaços em que os conflitos sociais acontecem intensamente – como na cidade – são indivíduos que possuem como forma de sustento a venda de sua força de trabalho para outros.

---

<sup>50</sup>Ivone Fernandes Arantes da Silva, 48 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 15/04/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Este é um ponto de grande importância para se compreender a vida dos moradores de Martinésia em condição de pobreza, além da existência de outros indivíduos que se afastam e se aproximam destes trabalhadores segundo seus interesses.

O distrito de Martinésia vai além do que se compreende como o lugar de “encontro” destes sujeitos, porque é também um lugar construído por eles. Os sujeitos encontraram uma realidade ao migrarem para Martinésia, mas não o deixaram permanecer estático, pois, conforme seus interesses e as limitações que encontraram, fizeram dele, do distrito, o lugar que procuravam ou, ao menos, procuraram construir nele, algo mais próximo de suas expectativas. Segundo E. P. Thompson, “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento”<sup>51</sup>, assim sendo, Martinésia é também, o resultado das ações dos sujeitos sociais pertencentes a classe trabalhadora, que se mudaram para este lugar baseados em seus conhecimentos ou por informações de outros, mas carregados de expectativas que se concluíram, ou que foram reformuladas, possivelmente substituídas, mas que se tornaram ações em um determinado momento, o que implica em afirmar que mudaram as relações do distrito, tanto no plano histórico quanto no geográfico.

Os objetivos destes sujeitos ao procurarem Martinésia para morar eram muitos. Como vemos estão ligados à necessidade da classe trabalhadora em se estabelecerem diante da situação em que experimentam naquele determinado momento, seja, pela necessidade de encontrar um trabalho mais adequado ao que o trabalhador aprendeu a fazer, um lugar para morar que diminua suas despesas financeiras, um lugar com características diferentes da cidade grande tendo por objetivo cuidar da saúde. Esses sujeitos são também responsáveis pela construção dessa dinâmica rural/urbana que suscitamos aqui. Pois se em um segundo momento, com o enfraquecimento das relações que vinculam os moradores do distrito às atividades agropecuárias, em um primeiro momento, esses moradores, que também são migrantes, levam consigo, para Martinésia, experiências e vivências construídas nos meios urbanos. Equivocamo-nos ao pensar que nas relações de migração apenas os sujeitos em condição de chegada precisam se estabelecer conforme o novo ambiente em que se instalam, aqueles que os recebem, também presenciam a nova identidade, trazida pelo novo sujeito ali presente, construindo uma troca entre ambos. Estes últimos, também se organizam e se reorganizam conforme se relacionam com sujeitos “de fora”.

---

<sup>51</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I, p. 11.

Se a questão econômica não pode ser esquecida, ao relatarmos que estes sujeitos passaram a procurar um novo meio de subsistência a partir de diminuição de trabalho oferecido pela agropecuária local, a questão social, é de suma importância para se verificar os rumos que estes sujeitos escolheram como fonte de trabalho e de sobrevivência.

Quando se locomoveram para Martinésia, conforme explicamos, sabiam de alguma maneira como o distrito “funcionava”, isto é, o que o distrito poderia lhes oferecer. A partir do momento em que defrontaram com a diminuição da oferta de trabalho, as experiências adquiridas anteriormente à migração soaram como respostas sobre como enfrentar aquela situação que se apresentava. Trabalhar em Uberlândia, ou em empresas que aos poucos se estabeleceram nas regiões de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, tornou-se alternativa não somente para os migrantes, mas também para os outros moradores. Mais uma vez, a relação social que se estabelece e que torna possível a troca de experiências entre os sujeitos age como fio condutor para o estabelecimento de estratégias para que se superem situações adversas que os sujeitos presenciam.<sup>52</sup>

Compartilhando da perspectiva de que a classe trabalhadora herda e partilha suas experiências, na conjuntura – histórica e geográfica – em que se forma, Nelson Ney Dantas Cruz, explica que:

De modo deliberado a classe vai emergindo na esteira que movimenta as relações sociais dispare e desconectadas no tempo e no espaço, pertencentes às pessoas ‘comuns’. Porque a classe é um processo dinâmico e dependente da experiência, que fornece os contornos sociais que lhes são característicos.<sup>53</sup>

Referimo-nos à relação entre classes que encontramos no distrito. Durante muito tempo pensamos como ocorre a relação entre os trabalhadores pobres que vivem em Martinésia e os proprietários rurais que moraram durante toda sua vida neste lugar. São duas classes que se opõem não apenas nas questões financeiras, mas nas questões de pertencimento e empoderamento sobre as instituições do distrito. São instituições que embora sejam pequenas exercem diferentes influências na vida de quem as comanda e daqueles que necessitam das ações delas.

---

<sup>52</sup> Não se pode afirmar que os antigos moradores de Martinésia, que não se caracterizam como migrantes nos anos de 1990 e 2000, procuraram trabalho em outros espaços somente por conviverem com estes migrantes ou guiados por eles. Mas a alternativa que ambos compartilham está situada na prática de um contexto vivido pela mesma classe que pertencem, estes sujeitos podem possuir identidades heterogêneas, mas isso não implica em dizer que não são parte da classe trabalhadora.

<sup>53</sup> CRUZ, Nelson Ney Dantas. **A geografia das experiências sociais e o lugar visto de “baixo”**: o protagonismo cultural dos sujeitos da reforma agrária em Ituiutaba – MG – 1998-2015. 2015. 491 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.p. 161.

Segundo a historiadora Renata Rastrelo, o distrito de Martinésia é tratado pela imprensa local como um lugar atrasado, preso ao passado. No trabalho intitulado *“Eu vivi fazendo aquilo que gosto”- proprietários rurais do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG) vivenciando as transformações do campo*<sup>54</sup>, a historiadora reflete sobre as modificações que o campo sofreu por conta das políticas de exportação ao longo dos anos de 1960 e 1980 e como esses proprietários rurais moradores de Martinésia permaneceram às margens dessa via de exploração econômica através da terra. Assim, ela compreende que estes proprietários mantiveram-se presos a terra por conta de seus costumes e a partir de então se habituaram ao trabalho do campo.

Se expandirmos essa comparação entre os proprietários de terra, tanto no cenário nacional quanto em um cenário estadual, esses sujeitos muitas vezes denominados como fazendeiros são em grande parte donos de sítios, embora possam ser considerados como proprietários rurais estão em condições diferentes – na relação com o mercado, nas formas de produção e reprodução, no alcance financeiro – entre eles. Não são unicamente os costumes responsáveis pela forma que essas pessoas permaneceram junto a terra e trabalhando daquela forma, a nosso ver; devemos avaliar as limitações que os mesmos sofreram ao longo de sua vida, fazendo que eles se voltassem para a propriedade e desempenhassem as atividades conforme aprenderam ao longo da vida.

Quando E. P. Thompson escreve suas contribuições sobre os costumes, as tradições e a necessidade de compreender a cultura como um campo que engloba conflitos sociais, ele nos esclarece que precisamos ficar atentos às generalizações – como, por exemplo, quando falamos em proprietários rurais ou nos moradores de Martinésia. Sobre isso, E. P. Thompson afirma que:

Mas cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sobre uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classes ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.<sup>55</sup>

<sup>54</sup> RASTRELO, Renata. “Eu vivi fazendo aquilo que gosto”- proprietários rurais do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG) vivenciando as transformações do campo. **História e Perspectivas**; Uberlândia, n. 41, jul./dez. 2009.

<sup>55</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 17.

Tratar essa questão é essencial para que possamos compreender as diferentes formas de vivências e os espaços ocupados pelos trabalhadores desta região. É necessário focalizar nossa lente de análise em um plano menor para não perder de vista as lutas, as escolhas, as resistências que se formam nas relações sociais. Porque embora esses moradores convivam em Martinésia, existem antagonismos entre eles. São sujeitos e grupos com identidades diferentes. Sobre classe social, E. P. Thompson afirma que “(...) A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa a análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.”<sup>56</sup> A classe trabalhadora não é uma classe engessada, muito pelo contrário, conforme afirma-se neste trabalho, são sujeitos em constante movimento, lutando por oportunidades e construindo trajetos – por vezes sozinho, em outros momentos coletivamente – que reforçam a luta de classe presente na sociedade capitalista.

Portanto, morar em Martinésia possui significados distintos para cada sujeito. As relações entre eles forjam o espaço em que vivem, porém, em perspectivas distintas. Se direcionarmos nossas análises para os moradores do distrito como uma classe única, ou constituída apenas por similaridades estaríamos eliminando os conflitos sociais que existem entre os sujeitos, como se não fossem sujeitos políticos, mas vivendo presos às amarras de grupos dominantes.

Chegamos à classe trabalhadora no distrito de Martinésia – e também no distrito de Cruzeiro dos Peixotos – pelo PBF. Focalizaremos neste instante a explicar as relações da classe trabalhadora em Martinésia quando o principal modo de trabalho, no qual estavam vinculados durante a década de 1990 era o trabalho como diaristas. Embora esclareçamos melhor a participação destes sujeitos no Programa em outro momento, é importante esclarecer que não chegamos a estes trabalhadores por intermédio de bandeiras, mas dentro de suas próprias ações como trabalhadores, que vivem condições de migração, pobreza, que se aproximam por modos de trabalho, e que precisaram participar – ou ainda participam – do programa de transferência de renda, para afirmar que o PBF é destinado à classe trabalhadora.

Durante a década de 1990, principalmente, Martinésia possuía em seus entornos uma relativa quantidade de plantações hortifrúti, cultivadas por trabalhadores arrendatários ou meeiros, geralmente, por meio da agricultura familiar. Contudo, essas

---

<sup>56</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I, p. 10.

plantações de porte pequeno e médio contavam com o auxílio de trabalhadores diaristas em determinados momentos que a força de trabalho das famílias proprietárias não era suficiente. Os espaços de trabalho que existiam no distrito são descritos inclusive em documentos produzidos pelos responsáveis de instituições – as escolas, por exemplo – presentes na própria comunidade. Esses eram baseados, conforme o PPP expõe:

Com referência aos aspectos econômicos, os principais produtos agrícolas cultivados são o milho, o tomate, o jiló e o pepino. Há também, com bastante destaque a criação de animais como o gado leiteiro e de corte, além de aves e suínos (...) As profissões predominantes são relacionadas às áreas da pecuária, agricultura, comércio e do setor público.<sup>57</sup>

O Projeto Político Pedagógico (PPP) descreve a pecuária e a agricultura como os principais meios de trabalho para os moradores locais, contudo, existem diferenças entre essas duas atividades rurais, tanto no âmbito econômico quanto no social. Isso porque a pecuária exige uma condição financeira maior para seu desenvolvimento; ela é executada por proprietários rurais, pois estes possuem além das pastagens, condições para investir na criação de gado para o leite ou para o corte. A agricultura também pode ser desenvolvida por esses proprietários, entretanto, como seus custos são menores, os denominados arrendatários ou meeiros se arriscam com o intuito de conseguir pagar com o lucro das produções o arrendamento das terras, os custeios gerados pelo processo de plantação e a mão de obra dos trabalhadores envolvidos com a mesma.

Estes trabalhadores diaristas eram contratados de acordo com a necessidade que as plantações apresentassem, fossem segundo a precisão de adubar, aguar, envarar, plantar, carpir ou colher. Essa última atividade exemplificada geralmente era a que mais dispunha de mão de obra e a que possibilitava aos trabalhadores mais tempo de serviço, pois se tratava da parte final da plantação e semanalmente as colheitas aconteciam de duas a três vezes.

O valor do dia de trabalho era combinado no ato do convite para trabalhar, feito um ou dois dias anteriormente. Aquele era um momento de negociação entre o diarista e o agricultor, em que ambos procuravam lucrar de acordo com as especulações locais. Contudo, verificamos que os trabalhos dos diaristas em algumas ocasiões não eram remunerados por meio de dinheiro, mas através da troca de produtos, em que o diarista trocava sua força de trabalho por alguma mercadoria que o “contratante” pudesse lhe oferecer. Sobre isso, Antônio disse:

---

<sup>57</sup> Escola Municipal Antonino Martins da Silva. Projeto Político Pedagógico (PPP), 2007. p. 20.

**Antônio:** Quando eu vim pra aqui, (...) lá na Bacuri, nós fomos lá capar um porco que tinha um tento na tripa e uma pouca lá, pra um caboclo lá, minha intensão era de ir pra Rondonópolis, Mato Grosso, mexer com boiada, lá tem muita lida, mexer com boi, lá é bom de morada, lá no Mato Grosso, a Darc falou “não, vamos ficar aqui na Martinésia”, nessa época tava estudando aqui, “até eles terminar o ano”, eu aluguei a casa da mãe da Simone [moradora de Martinésia] ali, em frente ao Batista [morador de Martinésia] ali, nós veio pra cá(...) nós fomos levando a vida, pagando aluguel, aí trabalhava nas hortas, trabalhava dois dias na semana, as vezes trabalhava um dia, vendia uns trenzinho que tinha lá, um bezerro que eu ganhei do rapaz, uns cavalo, deu pra ajeitar o dinheiro do aluguel, (...) ia ajeitando.<sup>58</sup>

Seu Antônio rememora o período em que chegou a Martinésia, no final da década de 1990, entre as muitas atribuições que exercia ele inclui o de adestrador de animais e de castrador. São trabalhos que aprendeu durante sua vida assistindo outras pessoas fazerem. Nessa passagem ele nos conta que nem sempre tinha trabalho para toda a semana e que já aceitou outras formas de pagamento, como o recebimento de criações no lugar de dinheiro. Neste caso, a mercadoria que recebeu se transformaria em dinheiro, sendo vendido em outro momento – após algum tempo esperando o crescimento e a engorda do animal, no caso de bezerros ou cavalos, como Seu Antônio nos exemplifica, ele poderia alcançar um preço maior–ou abatido na hora certa para o sustento da família.

A condição de trabalho destes sujeitos nas hortaliças estava baseada na relação de confiança entre contratado e contratante, isso por conta da inexistência de qualquer tipo de contrato entre ambos. Além disso, essas atividades eram desprovidas de qualquer tipo de seguridade, não contavam com nenhuma proteção trabalhista ou social para nenhum dos lados e as iminências de acidentes eram reais, tanto no manuseio de ferramentas cortantes, exposição a agrotóxicos e a periculosidade de serem feridos por animais – inclusive animais peçonhentos, como cobras, aranhas e escorpiões.

As relações sociais estabelecidas entre os diaristas rurais e os agricultores familiares – e em alguns momentos devemos acrescentar os proprietários rurais – descritos aqui por meio das relações de trabalho que estreitavam o convívio destes, estendia-se para além das plantações. Não se trata de uma convivência fria, limitada entre paredes, como, por exemplo, acontece nas fábricas, onde existe uma grande rotatividade de operários e muitos graus de hierarquia e o interesse do empregador em conhecer melhor a vida dos trabalhadores é inexistente.

---

<sup>58</sup> Antônio de Paula, 58 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Por se tratar de moradores do mesmo lugar e este ser um distrito onde todos se conhecem, nas plantações os sujeitos conversavam sobre sua vida e a vida de terceiros. As trocas de informações, de experiências, eram responsáveis por deixar todos a par do que ocorria no distrito.

A senhora Adriana explica que anteriormente, quando as hortaliças eram a principal forma de trabalho da região, a comunidade era mais unida.

**Adriana:** Eu acho que quando tinha as hortaliças, eu acho até que a comunidade era mais unida, porque todo mundo trabalhava junto nas hortaliças, então tinha mais contato com os outros, agora não tem.<sup>59</sup>

A senhora Adriana compreende que os moradores de Martinésia se afastaram nestes últimos anos e dedica esse fato ao fim das plantações. O lugar de trabalhar é apontado como o lugar de se estreitar laços, pois no trabalho esses sujeitos passavam o dia todo juntos e por não ser uma atividade diária sempre traziam novidades para as conversas. Embora este trabalho seja uma atividade de muita exaustão, por vezes desempenhado embaixo de chuva ou do forte calor, essa “união” que a moradora nos fala parece tornar-se uma motivação para esses trabalhadores, pois embora se fizesse com o fim da remuneração, necessária para a sobrevivência da família, trabalhar vai além da questão financeira e aparece como uma atividade imbricada com o fazer-se sujeito no distrito, fazendo com que se torne um espaço social de interação, de conhecimento destes trabalhadores.

A fala desta moradora não foi a única a exprimir a perda de contato entre os trabalhadores diaristas de Martinésia. Dona Valéria também lamenta esse afastamento e explica que o trabalho próximo de casa permitia que esses trabalhadores levassem para casa verduras que complementavam a alimentação da família e reduzia os gastos com alimentação.

**Valéria:** Eu vejo, vejo. Porque era aqui dentro né, a pessoa tava mais tranqüila, não tinha aquela preocupação de levantar de madrugada pra sair, pegar ônibus, transporte, então vinha buscar na porta, trazia na porta. Era mais assim, as pessoas eram mais unidas também né. Você via que todo mundo trabalhava junto, tinha mais união. Aí com essa procura de emprego fora o povo se afastou, todo mundo desunido. E faz falta porque, você pensar, levanta de madrugada, vai pra cidade e... E assim, tem o porém que você ia lá, colhia verduras, trazia né, ajudava dentro de casa. Era uma ajuda a mais pra dentro de casa, não

---

<sup>59</sup> Adriana Ferreira Machado, 42 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 14/10/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

precisava você comprar as verduras, porque tinha, você trabalhava, mas você podia trazer pra dentro de casa. Então agora não, se você quiser você tem que pagar pra ter.<sup>60</sup>

No trajeto de ida e volta para as plantações era comum o dono da mesma, disponibilizar transporte para esses moradores, assim, a partir de um ponto de encontro combinado entre eles ou indo de casa em casa, eles se encaminhavam juntos para o trabalho. Esse ponto aparece na fala da senhora Valéria com uma preocupação a menos, pois o dia de trabalho, apesar de se iniciar pela manhã não trazia preocupações quanto ao fato de se atrasarem para o início das tarefas, havia um respaldo entre diaristas e agricultores e no final do dia, com o encerramento das atividades, cabiam novamente a estes últimos, o transporte de retorno dos diaristas para o distrito.

Outra questão que a senhora Valéria esclarece é a possibilidade que esses diaristas tinham de levar para casa um pouco das verduras que apanhavam. Neste ponto reforça-se o sentido de solidariedade entre produtores e diaristas. Não se tratava de uma ação escondida, mas geralmente ofertada. Poder levar para casa um pouco do produzido não estava condicionado como pagamento pela mão de obra contratada, essa ação é implicada em consideração à relação que ambos tinham para além da área de serviço.

O grau de hierarquia que encontramos na analogia entre “patrão” e “empregado” não desaparece entre eles, sendo que para o lucro de um é necessário o trabalho do outro e em contrapartida, a necessidade de sobrevivência e de trabalhar visando ser remunerado – em um lugar com pouca opção para isso – levava o diarista a aceitar as propostas dos agricultores. Contudo, a relação entre os pequenos agricultores e os diaristas se aproxima nos modos de trabalho, visto que apesar de uns contratarem os demais para as atividades nas plantações, todos exerciam as atividades juntos. Além disso, era comum que partilhassem das mesmas instituições, como o posto de saúde ou a frequência dos filhos na mesma escola.

Quando perguntamos à senhora Valéria como era o convívio entre os trabalhadores diaristas e os pequenos agricultores, ela explicou:

**Valéria:** Relação muito boa, relação ótima, não tinha atrito, era tudo mundo amigo, você só via risada, brincadeira. Bom, nos lugares que eu trabalhei era assim. Relação era ótima. Você não via patrão

---

<sup>60</sup>Valéria Cristina Santos Barbosa Cintra, 43 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 17/09/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

discutindo com o outro, destratando. Destratando funcionário ou funcionário destratando patrão.<sup>61</sup>

Como podemos ver estes trabalhadores – pequenos agricultores e diaristas rurais – se aproximam constantemente, seja pela relação com o trabalho, com as instituições, nas identidades que trouxeram para dentro do distrito e se transformaram por meio do convívio social de ambos. Ao decidirem trabalhar fora do círculo propiciado pelos proprietários rurais de Martinésia, seja ariscando a frente de uma plantação ou trabalhando conforme a necessidade que esta apresenta, eles vão se consolidando como um grupo que constrói conforme lhes são possíveis estratégias de rompimento com uma dominação muitas vezes justificada pela tradição, ou seja, mesmo que não se libertem por completo da hegemonia constituída pelos grupos proprietários pertencentes à região, a luta contra esta acontece nos pequenos embates ou nos grandes significados que a organização destes trabalhadores provêm, mesmo perante as inúmeras dificuldades e as possibilidades desse processo alcançar resultados negativos.

Poderíamos, portanto, pensar estes trabalhadores como uma classe? Quais as consequências de suas escolhas? Ao se distanciarem de um grupo dominante tornam-se incluídos ou excluídos socialmente? Qual a influência do capitalismo na continuação das atividades agrícolas? Quais caminhos esses sujeitos trilharam a partir de então?

Todos os sujeitos citados aqui se enquadram na denominação de trabalhadores rurais, seja na ocupação de diarista, produtor rural (pequeno agricultor) ou como proprietário rural (sitante ou fazendeiro), contudo, estes últimos são sujeitos com maior potencial econômico, estão predominantemente à frente das instituições locais e suas identidades foram construídas historicamente como pertencentes ao distrito. Em contrapartida, os demais moradores e trabalhadores envolvidos nas atividades agrícolas são moradores cujas raízes de pertencimento a Martinésia foram constituídas a partir de um processo de migração; suas experiências ligam-se também a vivências em outros lugares, com outras culturas. A participação destes nas instituições locais se faz de maneira diferente, utilizando os serviços disponíveis ou trabalhando em atividades de caráter mais precário e de menos *status*.

Quando estes trabalhadores rememoraram as formas diversas de pagamento – a troca do trabalho exercido por alguma mercadoria ou por algum animal – ou a união que a comunidade perdeu, as boas convivências no trabalho estão se reportando para um lugar onde se reconheciam uns nos outros, em que as relações sociais estavam

---

<sup>61</sup> Ibidem.

estabelecidas entre sujeitos por uma ligação de dependência, pois, embora fossem atividades presentes no capitalismo o trabalho de uns apenas tornava-se possível com o labor dos outros. Desta maneira, a relação entre eles permanecia estimulada e esta convivência “que unia” constituía-se em uma maneira dos sujeitos estabelecerem seus sentimentos de pertencimento para com o distrito, sendo que eram responsáveis por construí-lo.

No fazer histórico, onde se constituem relações de dependência, identidades, em que sujeitos sofrem pressões – nas ruas, em casa, no trabalho, etc. – são explorados, fazem escolhas, traçam estratégias, ganham e perdem conforme seus interesses, os sujeitos são responsáveis por construir os outros e neste processo, a construírem a si mesmos. Os significados que estes sujeitos dedicam ao tempo em que trabalhavam na zona rural, em atividades rurais, são interpretações da realidade vivida por eles e os fatos que escolhem narrar estão carregados de significados culturais e históricos, expressando tendências do processo vivenciado, ressignificados pelo presente.<sup>62</sup>

Falar destes sujeitos como integrantes de uma mesma classe – diaristas e pequenos agricultores – não implica em dizer que possuíam fielmente as mesmas condições ou exatamente os mesmos interesses, afinal existe diferença entre ser o dono de uma plantação – com todos os riscos que isso pode oferecer – e trabalhar para os mesmos como diaristas, sem nenhuma garantia formal ou seguridade trabalhista. Essas são posições diferentes, divididos entre os que irão ordenar uma determinada tarefa e os que se limitarão a desenvolvê-la. Mas em ambos existe a negação – mesmo que temporária – de trabalharem ligados aos proprietários rurais.

Outro fator que possuem em comum é a realidade de serem trabalhadores pobres, o prejuízo de uma plantação pode condenar o pequeno agricultor a parar de exercer aquele trabalho naquela posição e até mesmo passar a se tornar um trabalhador diarista. Além do mais, são trabalhadores com pouca qualificação, trabalham visando sua subsistência, seus trabalhos são temporários e o lucro é imprevisível, dependente da força de produção, da oferta do mercado, dos gastos para a manutenção da plantação.

A grande diminuição das atividades agrícolas no distrito de Martinésia foi para estes trabalhadores diaristas – e até mesmo para os pequenos agricultores – um período de instabilidade. Naquele momento foi necessário repensar como as famílias iriam

---

<sup>62</sup>KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Olho d’ Água, 2004.

sobreviver mediante a necessidade de encontrarem uma nova forma de trabalho, pois o distrito, que não oferecia muitas opções de trabalho, aumentou ainda mais sua carência na área.

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil enfrentava pela terceira vez no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no final de seu mandato, uma crise com fortes consequências financeiras para o mercado, mas com implicações ainda mais graves para os trabalhadores em condição de pobreza. A alta da inflação que resultou no aumento dos preços combinada com a falta de políticas públicas e a estagnação salarial diminuiu as condições de acesso de grande parte da classe trabalhadora ao comércio e serviços.<sup>63</sup>

Segundo as famílias que trabalhavam como diaristas em Martinésia são muitos os motivos que culminaram no encerramento de grande parte da produção agrícola de verduras na região. Para a senhora Nilza:

**Nilza:** Não, foi mais por causa do arrendo das terras. Foi encarecendo o... nós mexia muito com veneno, encareceu muito. A gente não tinha preparo assim pra trabalhar né, não tinha nada, não tinha uma máscara, não tinha uma luva né. Nada não, foi bom ter acabado. Assim, por lado dos venenos né, mas agora pros jovens aqui foi ruim, porque não tem serviço aqui e antes não, todos trabalhavam.<sup>64</sup>

Para a senhora Nilza o aumento dos preços dos agrotóxicos e do arrendo de terras para a plantação resultou no final destas atividades. Para ela existem pontos positivos e negativos a serem observados com o fim das plantações, primeiramente, quando relata o fato de não estarem diretamente em contato com os “venenos”, que podem condicionar agravantes à saúde dos trabalhadores, ela denuncia as condições difíceis nas quais eles se submetiam nas hortaliças. Na sequência, ela aborda as dificuldades encontradas pelos jovens que não encontram trabalho na região. Essas atividades não exigiam nenhuma experiência na área e nenhum tipo de qualificação. Ainda na adolescência era comum encontrar jovens trabalhando em atividades que demandavam menos conhecimento ou preparo físico, quando estavam fora do horário que estudavam. Além disso, enquanto jovens, o preço de um dia de trabalho era menor remunerado se comparado a um adulto.

---

<sup>63</sup>SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>64</sup>Nilza Salvador da Silva, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 03/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

O aumento dos preços dos agrotóxicos e dos arrendamentos está ligado à inflação que assolava a economia do país. Os agricultores não conseguiram acompanhar os custos exigidos no processo de plantio e precisaram parar com essa atividade. No entanto, este não é a única explicação encontrada por esses trabalhadores sobre o término desses modos de trabalho no distrito. Sobre isso,

**Sebastiana:** É, porque quando o ônibus começou a circular, aí o pessoal já começou a trabalhar fora, eu não sei se você lembra né. Aí as mulheres que trabalhava aqui, que ia pra horta, que trabalhava aqui, nas fazendas aqui, que arrumava casa assim, trem pro pessoal aqui, resolveu trabalhar de diarista em Uberlândia, porque lá em Uberlândia ganhava mais um pouquinho né. Os meninos, os rapazinhos começou a ficar maiorzinho, começou a arrumar serviço no Uberlândia, a maioria dos homens também foi largando o serviço rural porque era menos, o serviço no Uberlândia era melhor remunerado né, você sabe ninguém é bobo. O povo preferiu lá (...) Aí eu acho que é por isso um pouco também que acabou mais a horta é um pouco por falta de mão de obra né.<sup>65</sup>

A senhora Sebastiana acredita que as melhorias do acesso entre Martinésia e Uberlândia, com a ampliação dos horários que a linha do transporte coletivo que trafega entre o distrito de Martinésia e a sede do município uberlandense, proporcionou às famílias da região alternativas melhores para que pudessem mudar de emprego. Para ela, o principal motivo que os levou a escolher o trabalho em Uberlândia foi a questão financeira; preferiram trabalhos com remuneração melhor mesmo estando longe de casa. Essa iniciativa fez com que faltasse mão de obra na região e os agricultores não puderam mais contar com esses trabalhadores.

Existe uma controvérsia nas falas dessas duas trabalhadoras. Para a primeira o fim das plantações fez com que os moradores de Martinésia fossem atrás de outros modos de trabalho para sobreviver. Quanto à segunda, o que ocasionou o fim das plantações foi a iniciativa dos trabalhadores diaristas em buscarem outras oportunidades de trabalho.

Em ambos os casos, por mais que se posicionem diferentes quanto ao término das atividades dos trabalhadores locais como diaristas, o fim destas atividades no contexto econômico não aparece apenas como perdas para os trabalhadores; notamos em suas falas que os trabalhadores da região construíram estratégias perante a situação

---

<sup>65</sup>Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

adversa que enfrentaram; o antagonismo que vivenciaram está presente tanto no que diz respeito ao término da atividade que desempenharam por anos, quanto na compreensão de que poderiam ter uma vida melhor se deixassem aquele trabalho e procurassem outro. Neste último caso, que aparentemente pode soar como uma decisão fácil de ser tomada é na verdade um momento repleto de dúvidas, pois poderia por algum motivo não dar certo.

A alta dos preços dos produtos necessários para plantar aparece nas falas da senhora Ivone também. Para ela esse foi o principal motivo para que essas atividades não continuassem, quando afirma que “o produtor desanimou, né. Uma porque ah..., o ganho era pouco né, e os venenos estava muito caro né, as terra, então desistiram”<sup>66</sup>, aponta o fim destas atividades como um momento de desesperança para os pequenos agricultores, destacando o quanto aquele processo vivido por eles gerou desconfiças quanto ao futuro. Ela ainda aponta as consequências com o fim destas atividades de trabalho para os moradores do distrito.

**Bruno: E para os trabalhadores em questão, o pessoal que trabalhava de diarista, você acha que foi uma perda?**

**Ivone:** Foi. Porque bastante gente ficou desempregada. A maioria das apanhadeiras, porque hoje em dia já estão mais velhas, não aguentam mais. Então estão só vivendo do marido, através do marido.<sup>67</sup>

Os modos de trabalho nas plantações reuniam não apenas as pessoas mais jovens, mas também as mais velhas. Embora não fosse necessário algum tipo de qualificação para as tarefas, nas fases das colheitas a maioria das pessoas que realizavam essa função – de apanhadeira – eram mulheres e muitas já mais experientes. Embora grande parte dos diaristas rurais tenha migrado de trabalho para Uberlândia, compreende-se que nem todos tiveram essa alternativa e ficaram desempregados. Além disso, a dependência da família ficou vinculada ao trabalho dos maridos.

O processo histórico vivenciado por esses moradores do distrito de Martinésia não se deu de forma linear, mas repleto de consequências ambíguas para cada um. Pelo que podemos notar na fala dos moradores entrevistados, os motivos que levaram ao fim das plantações são diversos e resultaram em implicações vividas por cada família de um jeito. Quando esses sujeitos retornam ao passado, questionados sobre o fim de um período que viveram e as mudanças que sofreram, suas respostas estão repletas de

---

<sup>66</sup>Ivone Fernandes Arantes da Silva, 48 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 15/04/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

<sup>67</sup>Ibidem.

sentimentos e de dúvidas. O efeito disso resulta em respostas distintas, que podem ser alteradas conforme a situação em que se deparam e por tudo que viveram nos últimos dez, quinze anos.

Os “registros” guardados pela memória são acessados por meio do trajeto histórico presente/passado e a forma como vivem, determinados pelos resultados de suas experiências são determinantes para a compreensão da ordem dos acontecimentos. Desta maneira, a história que os sujeitos contam ao serem entrevistados é a maneira como assimilam os processos que vivenciaram e por conta disso, contam a história de forma distinta de outros sujeitos. Abordaremos, a seguir, a história de Cruzeiro dos Peixotos outro importante distrito de Uberlândia.

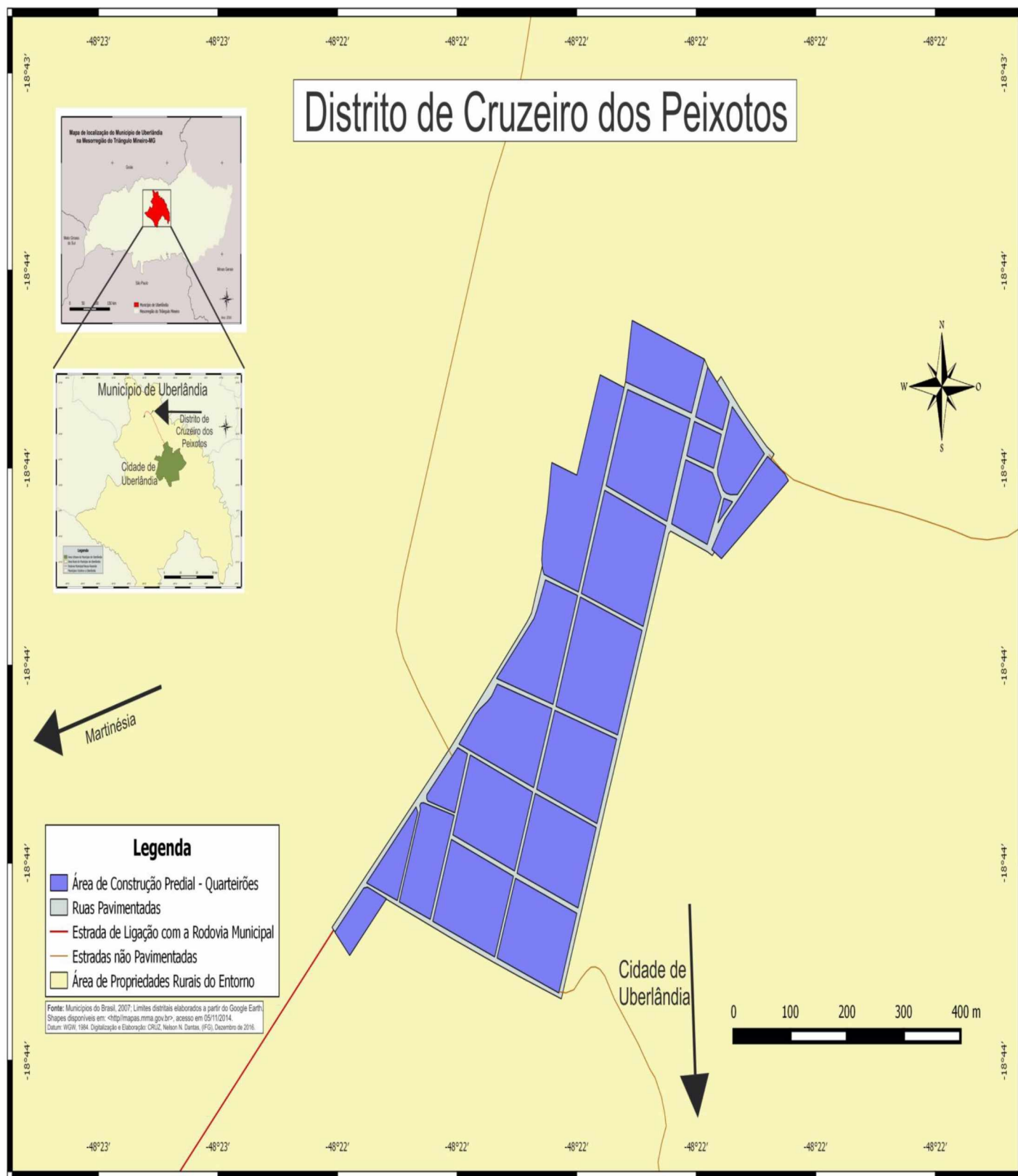
## **1.2 O distrito de Cruzeiros dos Peixotos: relações sociais, modos de trabalho e pobreza.**

O distrito de Cruzeiro dos Peixotos possui o bioma idêntico ao de Martinésia. Construído em meio ao cerrado, observamos pela fotografia a presença de pastagens e reservas em seus entornos, pertencentes às propriedades agrícolas da região e cortadas por quatro estradas de terras que juntas à rodovia Neuza Rezende (na parte inferior esquerda da fotografia) constituem os trajetos possíveis para se chegar ao distrito. Na paisagem encontramos a presença do solo formado por um grande teor de cascalho, misturado aos pastos. A sede distrital é composta por seis avenidas e oito ruas, todas pavimentadas.

De acordo com dados e informações presentes no site da PMU, o distrito de Cruzeiro dos Peixotos foi fundado em 1925 e no ano de 2010 possuía ao todo 976 moradores, sendo 482 residentes na sede e 494 em sítios e fazendas locais.<sup>68</sup> Sobre isso, na figura 2 é mostrada a vista aérea do distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

---

<sup>68</sup>Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 set.2014.



**Mapa 3 – Mapa do distrito de Cruzeiro dos Peixotos.**

Como podemos notar a escola está presente na vida desses moradores rurais desde a fundação dos distritos. Contudo, quando cruzamos as fontes cedidas pela prefeitura com as encontradas no PPP da Escola Municipal José Marra da Fonseca, não temos clareza para afirmar se a escola denominada em 1946, com o nome de Cadeiras Reunidas de Cruzeiro dos Peixotos e que atualmente chama-se Escola Municipal José Marra da Fonseca e a primeira escola fundada no distrito se tratada mesma escola.

Tal confusão se faz por conta da existência de outras escolas na região, construídas em propriedades rurais para atenderem aos moradores próximos. Em contrapartida, o PPP sugere que em 1946 essa escola deixou de pertencer ao estado mineiro e tornou-se de responsabilidade municipal<sup>69</sup>, ou seja, ela já existia sob a administração estadual.

A presença da escola como instituição básica na fundação de uma comunidade nos proporcionam evidências quanto à história do lugar. Até o ano de 1965 o ensino desta escola era ministrado pela estrutura multisseriada, ou seja, vários alunos em uma mesma sala pertencentes a anos letivos distintos. Apenas no ano seguinte a escola foi dividida em 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.<sup>70</sup> Embora fossem muitos alunos para uma única sala, e certamente o ensino estava sob responsabilidade de uma única professora, compreende-se que para uma escola eram poucos alunos.

Conforme a escola vai crescendo e exigindo melhores e maiores instalações para receber seus alunos, vamos compreendendo que o distrito – ao menos a sede – vai ganhando novos moradores e as áreas de sítios e fazendas vão convivendo cada vez mais com as migrações de seus moradores, seja para a sede ou para a área urbana de Uberlândia que crescia comercialmente.

Em 1973 a escola ampliou seu atendimento, proporcionando aos seus moradores acesso aos anos referentes ao 1º grau completo, entre a 1ª e 8ª séries. Em 1984, a escola passou por uma verdadeira reforma, construindo banheiros, salas de aula, galpão e cantina<sup>71</sup>, visando à melhora da instituição e a nucleação de outras escolas pertencentes à região de Cruzeiro dos Peixotos.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Marra da Fonseca, entre os anos de 1946 a 1977 essa escola, sob outra denominação, mudou várias vezes de administração, entre o governo estadual e municipal.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Foram nucleadas a Escola Municipal Giacomosegatto, Escola Municipal José Fonseca e Silva e Escola Municipal Paranan. Esta última também cedeu alunos para a escola do distrito de Martinésia, quando ela passou pelo mesmo processo. Embora haja uma pequena diferença na forma de escrever Parana ou Paranan, trata-se do mesmo lugar e consequentemente da mesma escola.

O processo de migração das propriedades rurais de Cruzeiro dos Peixotos parece muito com o de Martinésia. O desenvolvimento da cidade de Uberlândia, privilegiando a ampliação urbana focada no comércio e na indústria, tornou-se certamente um atrativo para que várias famílias moradoras da zona rural destinassem a tentar a vida na “cidade”, no “lugar do progresso”.

As mudanças na região deste distrito não indicam o fim das atividades agrícolas, mas novas formas de trabalho nele. É preciso que estendamos nossa compreensão sobre a zona rural e os trabalhos que ela oferece aos sujeitos para além da agricultura e da pecuária. Embora esses dois modos de trabalho existam em Cruzeiro dos Peixotos, outros tipos de atividades, como a exploração da pedreira, fornecem serviço aos trabalhadores locais. Existe um distanciamento nos modos de trabalho com os proprietários rurais da região e uma aproximação com atividades autônomas por parte de alguns ou com empresas próximas ao distrito, o que, de toda forma, estabelece uma maneira distinta de relação entre empregado e patrão.

A grande maioria das famílias que entrevistamos é composta por migrantes. Esses mudaram-se da zona urbana de Uberlândia para o distrito para trabalharem em atividades do campo, ou ainda vieram de outras cidades e de outros estados.

A senhora Luzia nasceu em Capinópolis (MG), seu marido, Seu José Cláudio, em Morrinhos (GO). Mudaram-se para o distrito de Cruzeiro dos Peixotos há 25 anos por conta do trabalho dele e mesmo perante as dificuldades que o trabalho impõe, gosta de morar no distrito.

**Bruno: Por qual motivo você se mudou pra Uberlândia?**

**Luzia:** Quando eu mudei pra Uberlândia eu tinha 1 ano de idade, eu não me lembro porque eu era pequena ainda.

**Bruno: Sim.**

**Luzia:** Eu não me lembro porque que foi o motivo.

**Bruno: E aqui para o Cruzeiro dos Peixotos?**

**Luzia:** Porque meu marido mexe com pedra então eu vim acompanhando ele.

**Bruno: Certo. E você gosta de morar aqui no Cruzeiro dos Peixotos?**

**Luzia:** Gosto, é tranquilo (...) Porque serviço é precário né. Só por causa da tranquilidade mesmo.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup>Luzia de Fátima Oliveira, 51 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 14/04/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Quando a senhora Luzia condiciona o serviço à precariedade, ela está se dirigindo às dificuldades que as atividades da pedreira exigem. É um trabalho difícil que exige muita força na quebra dos paredões de pedra e habilidade na lapidação das partes extraídas do paredão.<sup>74</sup> Com o trabalho desenvolvido embaixo de sol, estes trabalhadores sofrem um forte desgaste físico, e pela fala um tanto desestimulada da entrevistada, deduz-se que a remuneração obtida ao fim das atividades é baixa.

No caso desta família os modos de trabalho ditaram a necessidade de se mudarem para Cruzeiro dos Peixotos. Seguir o marido que possuía uma determinada profissão os levou a conhecer o distrito e permanecer nele. O emprego do marido tornou-se também o trabalho dos dois filhos, e inclusive ela também já exerceu atividades na pedreira. Embora esse trabalho imponha muita dificuldade, o gosto que se estabeleceu pela “tranquilidade” que o lugar oferece resultou em motivo para continuarem a desempenhar tal tarefa e fixarem moradia no distrito.

A senhora Cláudia é de Uberlândia. Segundo ela reside no distrito de Cruzeiro dos Peixotos “desde que se entende por gente”. Sua família mudou-se para este lugar à procura de emprego, o pai é lapidador de pedras e o serviço da pedreira atraiu sua família. Quando perguntada pelos motivos de se mudarem para o distrito ela imediatamente aponta o trabalho dos pais.

**Bruno: E por que motivo a sua família veio para Cruzeiro dos Peixotos?**

**Cláudia:** Por causa do serviço. O serviço deles são aqui. O meu pai, minha mãe.

**Bruno: E o que eles fazem?**

**Cláudia:** O meu pai mexe com, com lapidar pedra né? É lapidar.<sup>75</sup>

Aos 32 anos de idade, ela situa que mora em Cruzeiro dos Peixotos por meio da lembrança da infância e não por um tempo determinado. Quando relata uma temporalidade não constatada cronologicamente, mas pelo tempo em que não tinha responsabilidades adultas, “desde quando me entendo por gente” pode significar que ela não se recorda de morar em outro lugar, sua memória está condicionada ao lugar que os pais escolheram para trabalhar e permaneceram enquanto os filhos eram criados.

---

<sup>74</sup> Parte do trabalho nas pedreiras é desenvolvido com a utilização de máquinas, no entanto, uma grande parte deste trabalho exige trabalho manual e força física dos trabalhadores. Na pedreira próxima ao Cruzeiro dos Peixotos retira-se a chamada pedra macaquinho, geralmente de cor preta e após sua lapidação assume o formato quadriculado, comumente usado na construção de calçadas.

<sup>75</sup> Cláudia de Oliveira Pedro, 32 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

O trabalho autônomo vai aparecendo mediante a oportunidade de remuneração do trabalhador por meio do trabalho voltado para si mesmo. O lucro de seu trabalho é de responsabilidade própria, de acordo com o quanto ele consegue produzir. Além disso, o trabalho de lapidar exige um determinado conhecimento, não pode ser desenvolvido de qualquer maneira e a qualificação é resultado de anos atuando na área.

Diferente da família anterior, que a renda adquirida na pedreira é a principal da residência, a família da senhora Cláudia – que além dos pais, dos dois filhos e de seu marido, conta com o irmão, cunhada e sobrinha – possui uma renda bem diversificada, como ela nos conta. Seu irmão trabalha no frigorífico e ela na sementeira, optaram por não se dedicarem somente às atividades da pedreira e trabalharem em empregos assalariados.

Segundo o IBGE, entre os anos de 2009 e 2011, no Brasil, mais de 4 milhões de pessoas acima dos 10 anos de idade trabalhavam por conta própria somente em atividades ligadas ao agronegócio. Um fator preocupante quanto a isso é a forma e a seguridade com que essas pessoas trabalham. Esses 4 milhões de trabalhadores representam cerca de 25% do total de pessoas envolvidas com as atividades agrícolas e deste total quase 20% não trabalham com carteira assinada.<sup>76</sup>

Dentre estes muitos trabalhadores sem carteira assinada estão os chamados autônomos. Embora compreendam que suas remunerações são resultado de seus próprios trabalhos, por outro lado, ficam afastados da segurança do trabalho formal. Por esse motivo, alguns trabalhadores preferem abdicar de certos serviços – conforme conseguem – para trabalhar de carteira assinada e com a proteção da previdência social, com no caso da senhora Cláudia e seu irmão.

Quando falamos em trabalho autônomo, estamos falando de atividades laborais que os sujeitos aprenderam a desenvolver ao longo da vida. De acordo com a seleção que o mercado faz, precisam procurar alternativas para sobreviverem e optam por trabalharem “por conta própria”. Assim, trabalhadores arrendatários, trabalhadores em pedreiras são exemplos de profissões muitas vezes desenvolvidas por conta das oportunidades que possuem. Nestas ocasiões, a primeira medida adotada pelo trabalhador sem oportunidade está ligada aos limites e às alternativas que se apresentam em um determinado momento. Suas experiências dentro dos limites que conseguem atuar indicam o que podem fazer, além disso, geram ideias e práticas a serem abordadas.

---

<sup>76</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE/PNAD, 2011.

Em outros momentos, quando compreendem ter alcançado um determinado sucesso dentro das escolhas que puderam fazer, deixá-las torna-se uma decisão demasiadamente difícil de ser tomada. Não se trata de empreendedorismo, mas de se questionar se será o melhor a ser feito, se será uma aventura ou uma medida confiante em tomar. Desta maneira, muitos trabalhadores vão ficando em seus serviços conforme podem, até o momento em que surgirão alternativas concretamente melhores ou novas limitações.

A família da senhora Maria Abadia mora em Cruzeiro dos Peixotos há 15 anos. Migraram da zona urbana de Uberlândia, onde até então sempre haviam morado. Mudaram-se para o distrito com o intuito de facilitar o acesso do marido a seu trabalho. Sobre isso,

**Maria Abadia:** O meu marido trabalhava numa, a gente fala porto de areia, é uma draga que tinha aqui embaixo, antes de vir o Capim Branco. E pra facilitar né, pra ele que é mais perto, aí eu vim embora pra cá (...) Não é na usina, era uma fazenda né, onde era montada essa draga que ele trabalhava nessa draga, tirava areia do rio né. Aí depois veio a barragem e a gente teve que parar. Porque não tinha condição de continuar.<sup>77</sup>

Hoje, aposentado, seu marido sempre trabalhou em atividades rurais e neste período trabalhava como “dragueiro”, também conhecido como “areieiro”, numa fazenda. Com a construção da Usina Capim Branco II, essa atividade teve que ser parada. Conforme o alcance do alagamento produzido pela barragem, os proprietários rurais precisaram vender os terrenos para a usina; desta forma, muitos trabalhadores precisaram mudar de serviço ou parar de desempenhá-lo naquele determinado lugar. Saulo Jackson de Araújo Brito, nos descreve como os trabalhadores lidam com a retirada de areia dos rios, explicando como trabalham e as dificuldades que enfrentam:

Em todos os casos, a retirada de areia do meio do rio, onde se concentra maior quantidade de areia, é uma atividade penosa, dura e não é exercida por qualquer pessoa pelas condições de trabalho. Ficar horas e horas do dia, empunhando uma pá, carregada de areia, retirando do barco, jogando na margem e depois carregando dezenas de caminhões que aportam ali é muito penoso.<sup>78</sup>

Conforme podemos compreender, essa atividade não é desenvolvida de maneira simples, mas sim através de muito esforço por meio dos trabalhadores que a exercem.

<sup>77</sup>Maria Abadia Cruz Monteiro, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 11/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>78</sup>BRITO, Saulo Jackson de Araújo. **Trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico: experiências, memórias e modos de vida em São Francisco – MG (1980 - 2011)**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Uberlândia, 2012.p. 109.

No caso do marido da senhora Maria Abadia, esse serviço precisou terminar conforme o alcance da barragem foi se alastrando. Porém, isso não implicou em deixar o distrito e procurar um novo lugar para viverem. Ao ser perguntada se gosta do distrito ela esclarece que sim e explica.

**Maria Abadia:** Eu gosto, gosto, muito aqui do Cruzeiro. Eu acostumei, né, aqui é bom pra, eu falo pras criança, o Erick [filho] já está rapazinho. É um lugar calmo, tranquilo. Aqui você tem acesso. Vamos supor, eu falo sobre os meus meninos. Se tiver fazendo alguma coisa na praça alguém me liga, fala “oh, o Erick ta aqui assim, assim”. Se ele ficar até tarde na rua a pessoa liga. Igual: “eu vi o Erick sentado na praça”. Entendeu? Então ajuda a monitorar os passos. Não que a gente quer tomar conta da vida mais é, né?<sup>79</sup>

Essa família é composta pelo casal e por mais dois filhos. Contudo, apenas o filho mais novo mora na residência familiar, isso porque a filha mais velha mora em Uberlândia para trabalhar e estudar. Para a Senhora Maria Abadia, morar em Cruzeiro dos Peixotos significa ter mais cuidado com o filho, sendo que são conhecidos pela maioria dos moradores locais e essa relação ajuda a ter notícia sobre onde anda o filho. A adaptação com o distrito não é somente o resultado do tempo que reside nele, mas por representar o lugar onde os filhos foram criados, onde a família pode permanecer mais próxima. Gostar, nessa perspectiva, está relacionado ao sentimento de pertencimento ao local de conquistas, reconhecido pelos sujeitos como incluídos naquele determinado espaço e comunidade.

Durante esta pesquisa pudemos observar a grande presença de migrantes no distrito de Cruzeiro dos Peixotos. Dentre as famílias entrevistadas muitas se constituíram antes da migração e chegaram na zona rural à procura de emprego e de outras oportunidades para viverem. Essas histórias vão se cruzando, cada migrante carrega consigo uma identidade que se agrega às muitas já existentes no distrito e que vão se transformando por meio das relações entre os sujeitos.<sup>80</sup>

O processo de migração transforma também o lugar que recebe estes sujeitos, pois é o lugar em que muitas culturas se chocam, onde existem tensões e aproximações. Os sujeitos que permanecem em um lugar que a princípio não é compreendido como seu não esqueceu suas origens, mas as agregam em seu novo lugar de destino. Assim, como temos visto, as famílias mudaram-se para Cruzeiro dos Peixotos para se

<sup>79</sup>Maria Abadia Cruz Monteiro, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 11/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>80</sup>MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

estabelecerem socialmente em um lugar em que pudessem ser mostrados seus modos de trabalho e passaram, assim, a fazer parte e construir a história deste distrito.

A família da senhora Doralice reside no distrito há quase 20 anos, vieram de Brasília. Neste percurso moraram em Cruzeiro dos Peixotos por um tempo, retornaram a Brasília e por fim regressaram ao distrito. Durante o primeiro momento que residiram em Uberlândia, quando ainda tinham somente o primeiro filho os altos custos da cidade e a distância dos familiares fizeram com que retornassem. Sobre isso,

**Doralice:** Quando eu ganhei meu menino, aí eu resolvi ficar lá junto com a minha família, e aqui morava, a gente morava de aluguel em Uberlândia. Então era, era só o marido que trabalhava e ficou meio apertado pra nós. Aí a gente foi morar lá na casa dos meus pais em Brasília. Aí, lá em Brasília, a gente achou também que lá ia ser melhor né, só que em Brasília sempre foi bom pra ganhar dinheiro só que o custo de vida lá em Brasília é muito caro. Aí eu tive as duas meninas, aí a gente resolveu vir pra cá de novo.<sup>81</sup>

Está presente na fala da senhora Doralice a dificuldade de se constituir família ainda jovem longe dos familiares. Outra questão apontada por ela é a dificuldade de se manter na cidade referente aos custos necessários para a sobrevivência. Como se trata de trabalhadores pobres e apenas o Senhor Emanuel encontrava-se trabalhando, a alternativa foi recorrer aos familiares e passarem a morar com eles.

Conforme afirma Ermínia Maricato, a cidade é lugar da contradição, onde presenciamos, proximamente, a riqueza e pobreza, excessos e miséria, liberdade e exploração, mas tudo isso transformado conforme os capitais. Quanto aos pobres, estes ainda conseguiam se manter com uma certa estabilidade na década de 1970, contudo, após o período de crescimento econômico vivenciado pelo país na década em questão, essa realidade mudou. Conforme Ermínia Maricato esclarece, a cidade:

[...] também não é apenas reprodução de força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.<sup>82</sup>

Neste sentido, a cidade enquanto um terreno capitalista que torna seus espaços em mercadoria exige em muitos casos, algo que os sujeitos não possuem. No caso da

---

<sup>81</sup>Doralice Soares, 50 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 02/06/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>82</sup>MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 20.

família da senhora Doralice e do Senhor Emanuel, seus limites não eram basicamente a falta de dinheiro, mas a condição desfavorável de trabalhar na cidade.

A ajuda da família dela corroborou para que conseguissem se aprumar em relação à vida que levavam em Uberlândia, contudo, o esclarecimento de Ermínia Maricato também se estende a Brasília. Desta forma, reestabelecido financeiramente e com outras duas filhas nascidas, resolveram voltar para a cidade mineira, precisamente para o distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Segundo ela explica, a alternativa encontrada por eles quando migraram para o distrito foi morar no fundo do terreno do sogro. A família procurava um lugar que pudesse trabalhar e tivessem menos custos de vida. A presença de parentes na região é certamente um fator positivo para os migrantes, que já conhecem alguém na fase de adaptação no lugar de destino.

São histórias comuns nos processos de migração a mudança de um membro ou parte da família em um primeiro momento e algum tempo depois a mudança dos demais familiares. Migrar nesta situação é uma espécie de experimento se pode dar certo ou se naquele determinado lugar de destino haverá o que procuram. Este é também uma maneira de preservar um lugar de retorno, ter a quem recorrer em caso de fracasso, poder voltar atrás.

Sobre a situação dos migrantes, José de Souza Martins destaca o processo de exploração na qual estes sujeitos podem vir a se submeter.

O principal está no fato de que migram quase sempre dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhações e más condições de vida; de que migram temporariamente dispostos a abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos.<sup>83</sup>

Como podemos ver o processo de migração é extremamente complexo, podendo enfrentar enormes consequências de acordo com as situações nas quais os sujeitos se encontram. Se por um lado ele pode reverberar em um problema familiar, por outro existem casos em que migrar torna-se a opção correta a seguir. Pois, quem o faz geralmente é por estar em desacordo com as condições de sobrevivência que enfrentam. Em todo caso, compreender se migrar foi uma atitude que corroborou para a melhora da situação familiar é possível apenas quando já podemos analisar seu desfecho.

---

<sup>83</sup>MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 144.

A senhora Marinalva nasceu em Pernambuco e se mudou no final da adolescência para o Maranhão. Segundo ela, mesmo sem conhecer o estado maranhense sempre quis se mudar para lá. Neste estado casou-se e em 2010 resolveram sair de lá, ela e o esposo, e se mudaram para o distrito de Cruzeiro dos Peixotos. O marido veio três meses antes, aconselhado por uma irmã que já residia no distrito. Sobre isso, perguntamos a Marinalva,

**Marinalva:** Olha, é...por causa da facilidade. O meu esposo, a irmã dele já morava aqui, ligou pra ele, então ele veio na frente. E...depois ele ligou pra gente e falou que aqui era muito bom, então ele ia ta ajeitando pra gente vir embora pra cá também. E uns três meses depois que ele tava aqui que ele foi e ajeitou e a gente veio também. Mas por causa da facilidade, que tá melhor do que lá.<sup>84</sup>

O que a senhora Marinalva chama de facilidade são as condições de trabalho, moradia e estudo existentes no distrito, ao comparar a cidade onde morava – Imperatriz do Maranhão – com o lugar onde estão. Segundo ela, as condições de trabalho que o marido tinha no Maranhão eram degradantes e o salário muito baixo. No momento em que ficou desempregado foi informado pela irmã as possibilidades que encontrariam em Cruzeiro dos Peixotos. Existe certamente um fato que os influenciou a ter uma grande preocupação em não migrarem todos de uma vez, o casal possui dez filhos e, em 2010, ano que se mudaram, todos eram menores de idade. Sobre isso,

**Marinalva:** Olha. Ele passou um bom tempo, ele trabalhava na roça. A gente morava em sítio lá no Maranhão, né. Com o passar do tempo, por causa dos meninos na escola e a gente querendo que ficasse mais perto, foi aí que a gente resolveu morar na cidade. E foi aí que ele passou a trabalhar de carteira assinada (...) Lá no lugar onde a gente morava ele trabalhava numa firma chamada Primor. Então ele se desempregou, e o salário de lá não era muito...animador, né. Trabalho muito, e o salário muito pequeno. Então foi aí que ele decidiu procurar outro rumo, com uma facilidade melhor, foi aí que a gente veio pra cá..<sup>85</sup>

Alguns elementos levantados na fala da senhora Marinalva são importantes para compreender os motivos que os levaram a se mudar. Trata-se de condições de experiências e limitações. A primeira está ligada a morar e trabalhar no campo, ela lembra que as condições de prover a educação regular aos filhos já não eram suficientes. Deixar a “roça” e ir para a cidade estava pautada em uma mudança de vida necessária e

<sup>84</sup>Marinalva da Silva Sousa, 41 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>85</sup> Idem.

que lhes trouxe novidades, como o primeiro emprego de carteira assinada pelo esposo. Em contrapartida, como vimos anteriormente, viver na cidade tornou-se para os sujeitos em condição de pobreza um grande desafio. Com as dificuldades presenciadas pelo desemprego, o conhecimento de já terem morado no campo, junto às possibilidades de mudarem de situação – mesmo distantes de onde estavam estabelecidos – contribuiu para que migrassem. Decidir procurar “um novo rumo”, como ela salienta, era voltar a morar na zona rural e estar empregado com as garantias que queriam.

Eles entendem que em Cruzeiro dos Peixotos a vida tornou-se melhor porque comparam o momento atual que vivem com tudo que já passaram. É uma análise direcionada do presente para o passado, por já terem vivenciado outras situações e encontrado no distrito aquilo que compreendem como necessário para viverem bem. Assim, elegem o lugar onde vivem agora como bom, por terem alcançado oportunidades antes inexistentes.

Este caso difere em alguns pontos da situação vivenciada pela senhora Letícia. Ela nunca morou em outra região que não fosse do distrito. Lembra-se que, ainda quando morava com seus pais, por muitas vezes se mudaram para fazendas no próprio distrito e por vezes voltavam a morar na sede. Sobre isso,

**Letícia:** Então, eu já me acostumei a viver aqui. Eu gosto muito de morar aqui, é... Sempre que a gente ia eu mesma dava umas fugidinhas das fazendas pra vir pro Cruzeiro. Acho um lugar tranquilo né. É assim, em questão de Uberlândia é muito bom pra criar os filhos da gente, principalmente a gente que tem filho. E eu tenho muito amor por aqui.<sup>86</sup>

A senhora Letícia nasceu e foi criada na região, possui toda sua família por perto, é um caso em que se criou uma identidade entre o sujeito e o lugar; todas as suas experiências se constituíram neste espaço e sair de Cruzeiro dos Peixotos significaria para ela uma forma de exclusão. Ela relata que a vida no distrito é difícil, mora numa casa cedida pelo tio com os dois filhos e trabalha dois dias da semana como diarista.

A resposta quando perguntada se existem muitos trabalhos como diaristas no distrito veio de forma rápida e sucinta, “Não, muito pouco. Assim, tem semanas que eu trabalho tipo duas vezes só, na semana.”<sup>87</sup>, além disso, ela reforça a instabilidade de

---

<sup>86</sup>Letícia Cardoso da Cruz, 29 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em: 07/04/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>87</sup>Idem.

quem exerce este serviço na região, “É, depende da semana. Tem semanas que tem mais, tem semanas que tem menos.”<sup>88</sup>.

Existe certa contradição entre a permanência da senhora Leticia no distrito, se lançarmos nossas vistas para os outros moradores aqui entrevistados. Até então, falamos muito quanto a mudanças provocadas pelas migrações e seus motivos. Chegaram em grande maioria a Cruzeiro dos Peixotos procurando trabalho, então por que será que a senhora Leticia não tem a mesma atitude? Por que não deixa o distrito e procura outras condições? Em outras palavras, por que não se torna migrante também?

O caso dela exemplifica o quanto é difícil tomar a atitude de deixar o lugar em que sempre morou com a família e se “aventurar” a procurar outros rumos. Embora enfrente dificuldades, passe por limitações, o sentimento pelo lugar – e possivelmente a falta de oportunidade longe da família – a prende no distrito.

O senhor Lázaro é natural da cidade de Santa Vitória, em Minas Gerais, mudou-se para o distrito de Cruzeiro dos Peixotos no início da década de 1990. Ele explica que se mudou por conta do emprego que conseguiu no distrito, como motorista, e para se casar. Sobre isso,

**Lázaro:** Eu mudei aqui pro distrito em 1992 (...) Eu vim pra cá, uma que eu tava procurando assim, melhoras né, e já vim pela, pela, que tinha saído um serviço aqui pra mim no distrito e pra casar também né. Que eu vim três meses antes do casamento.<sup>89</sup>

A esposa do senhor Lázaro era moradora do distrito, este fator o motivou a deixar sua cidade de origem e sua família para se mudar próximo do casamento. Ele explica que além do casamento, a necessidade de encontrar um bom emprego na área que gostava de trabalhar, contribuiu para sua mudança. A fala dele nos faz compreender que já existia por sua conta certo conhecimento do lugar de destino o que certamente o ajudou a encontrar o trabalho que desejava, por conta das relações estabelecidas com o lugar e por ter notícias da demanda de serviço em Cruzeiro dos Peixotos.

Ele explica que o distrito mudou desde sua chegada, sua compreensão de melhora está ligada ao gosto que tomou em viver no distrito e as condições de acesso que possui.

**Bruno: O senhor gosta de morar aqui?**

---

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Lázaro Ferreira de Queiroz, 50 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 30/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

**Lázaro:** Adoro.

**Bruno:** Por que?

**Lázaro:** Uma porque é um lugar tranquilo e outra, eu tenho as disponibilidades pro serviço, pra ir e vir né. Então, isso aqui melhorou bastante. Da época que eu vim pra cá pra hoje, melhorou demais. Em termos de transporte, tudo, tudo isso, ficou bom.<sup>90</sup>

O senhor Lázaro se reporta ao acesso que existe entre o distrito e a zona urbana da cidade de Uberlândia, que lhe proporciona maior facilidade de se deslocar e trabalhar no município. Além disso, ele elenca a tranquilidade do distrito como um fator importante para qualificá-lo como lugar bom para viver, fora da pressa urbana.

Pensar o distrito de Cruzeiro dos Peixotos como um lugar socialmente único torna-se uma questão errônea ao conhecermos o grande percentual de sujeitos que se mudaram para o distrito vindo de várias partes. Mesmo sendo constituído por menos de mil habitantes, o distrito é repleto de histórias de trabalhadores que migraram em condições distintas e cada um é portador de uma cultura que age perante as muitas relações que são estabelecidas entre eles. Cada um nos traz singularidades quanto ao que é ser morador do distrito e porque se mudaram ou permanecem nele. Ao passo que pensam sua trajetória vão dando significados ao lugar e constituindo novas influências quanto ao meio que vivem. Se estes sujeitos se distanciam pelo motivo que os trouxeram para Cruzeiro dos Peixotos, existe também um fator que os aproxima, o fato de serem trabalhadores pobres, que enfrentam dificuldades por conta desta condição e que em algum momento participaram do PBF, assim como os moradores de Martinésia. É sobre esta questão que investigaremos a partir daqui, ou seja, as vivências dos trabalhadores pobres e as consequências de suas participações no PBF.

---

<sup>90</sup>Ibidem.

## CAPÍTULO 2

### A IMAGEM E O PRECONCEITO SOBRE OS POBRES

No dia 17 de abril de 2016, enquanto presenciávamos em cadeia aberta a votação dos deputados sobre a abertura do processo de impeachment do governo da presidenta Dilma Rousseff, em meio a tantos discursos vazios de razão e cheios de fraudulência, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) declarou que seu voto era “pelo fim da corrupção, pelo fim da vagabundização remunerada.”

Mas, afinal, a quem o deputado se referia chamando de vagabundo e insinuando que estes eram pagos para vagabundar?

Os referidos nesta fala preconceituosa são sujeitos pertencentes as mais de 13,5 milhões de famílias<sup>91</sup> que participam do PBF. São sujeitos em situação de pobreza ou miséria que recebem um determinado valor monetário mensalmente para custear as necessidades básicas de seus filhos e demais integrantes familiares. Compreende-se por meio do deputado que a pobreza é composta por vagabundos, e, portanto, transfere-se a responsabilidade da pobreza aos pobres, sendo que, sobre tal mentalidade a pobreza é o estado em que se encontram os sujeitos que não trabalham. Assim, o Estado se desvia de qualquer responsabilidade quanto às mazelas cotidianamente enfrentadas por milhões de brasileiros.

Pior que a opinião citada acima, é compreender que a fala de Alceu Moreira não é uma ação isolada, mas, pelo contrário, ela se estende por muitas pessoas que se aliam a esse modo de pensar. Para estes, participar do PBF é algo inaceitável do ponto de vista que o dinheiro aplicado na transferência de renda do programa deveria ser destinado a outras alternativas, como, por exemplo, a proteção e manutenção do patrimônio privado.

A pobreza em nossa sociedade pode ser definida, segundo José Roberto do Amaral Lapa, como um estado social no qual os sujeitos se encontram à margem do necessário para sua sobrevivência, de acordo com a sociedade e o período em que vivem.<sup>92</sup> Dentro do que podemos chamar de condições de pobreza, encontramos muitas realidades distintas. Os pobres não são uma classificação homogeneizada, com um significado único, vivendo a mesmíssima situação.

---

<sup>91</sup>Plano Brasil Sem Miséria. Cadastro Único. Uma tecnologia social que está mudando o Brasil. 2014.

<sup>92</sup>LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Conforme explica José Roberto do Amaral Lapa, a história oficial, ao falar nos pobres e na pobreza, em um primeiro momento os relegou à escravidão e na sociedade moderna ao operariado. Os efeitos disso provocaram dentro da historiografia poucos estudos quanto aos homens brancos livres, fora da servidão escravista, e posteriormente disseminou-se a ligação entre operários e pobreza, embora nem todo sujeito pobre seja um trabalhador operário e, além disso, nem todo operário é pobre.<sup>93</sup>

Embora os pobres sejam muitos e estejam por toda parte, vivem de maneiras distintas. No que se refere propriamente ao Brasil, ser pobre no Norte do país é diferente de ser pobre no Sul, assim como encontramos diferenças no que se refere a pobreza nos espaços urbanos e rurais. Ainda dentro do estado de pobreza encontramos condições agravadas, em que se encontram os miseráveis, que estão além das necessidades de carência dos pobres.

Embora o recorte temporal do trabalho de José Roberto do Amaral Lapa denominado “Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)” seja diferente do recorte trabalhado aqui, a definição trazida pelo historiador sobre pobreza ainda é bastante atual. Sobre isso, segundo Amaral Lapa esclarece:

Em outras palavras, os casos que consideramos representativos em relação à população pobre teriam, portanto, sua localização aquém de uma linha, além da qual é possível levar uma ‘vida normal’, ou seja, atendendo-se no conjunto daquele mínimo de necessidades a que acabamos de nos referir e que, como se pode admitir, dizem respeito à alimentação, habitação, vestuário, mobilidade etc.<sup>94</sup>

José Roberto do Amaral Lapa elenca condicionalidades sociais e naturais que os sujeitos necessitavam e ainda necessitam, embora possamos discutir que mudaram as formas de se alimentar – no que se refere à necessidade de consumir uma determinada ingestão alimentar – e as transformações nos meios de locomoção, juntamente com as alterações na forma de se vestir e de morar, os sujeitos contêm tais necessidades que em muitos casos fogem das suas condições.

Na sociedade capitalista o trabalho é o fator que dignifica o homem, portanto, as qualidades morais dos sujeitos estão ligadas à sua propensão ao trabalho. Ser honesto, digno, honroso são qualidades atreladas ao esforço que se faz para trabalhar. Na contramão desta realidade não se leva em consideração a situação na qual o sujeito está inserido, se pode trabalhar, se possui meios e saúde para trabalhar. Assim,

---

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> Idem, p. 29.

denominações como vagabundo, vadio são dirigidas para quem não está dentro da “moralidade” do sistema. Não há problema em ser pobre, até porque estes são necessários para a funcionalidade do capitalismo e para o enriquecimento burguês, o problema aparece quando o Estado fornece estratégias e se desdobra para alcançar os pobres, a sociedade se exclui da responsabilidade pela existência da pobreza, a culpa desta é do pobre.

Voltemos à fala do deputado. É a partir de tais formas de pensar que surgem concepções errôneas quanto à pobreza e quanto aos pobres, são mentalidades disseminadas por parte da sociedade em um caráter constitutivo de cima para baixo em que sujeitos fora da lógica burguesa passam a ser denominados como vagabundos, pessoas sem valor e merecimento além de ser chamados de preguiçosos. Mediante o estabelecimento e sucesso do PBF algumas destas denominações surgiram para incriminar os sujeitos que necessitavam participar do programa.

A discussão sobre os pobres e a ação do PBF não assume apenas o papel de manchar os sujeitos que participam do programa, atacando-os na procura de rebaixá-los como indivíduos parasitários do Estado. Dentro dos espaços acadêmicos encontramos uma vertente que acredita que o PBF trata-se de um mecanismo de dominação social, que, ao estabelecer a erradicação da pobreza como foco e alavancar o debate sobre este tema, os participantes do programa se tornaram sujeitos dominados pelo capitalismo, submetidos a uma nova forma de exploração por não quererem abandonar o “benefício” do qual participam. Conforme Isabel Grassioli:

O Estado ao organizar o *subproletariado*, se propõe a redimensionar esses setores sem ocupação formal no mercado de trabalho no seio da sociedade civil, direcionando-os a cumprir serviços temporários e informais em trabalhos precários e desvalorizados socialmente. Transforma, assim, a pobreza vista como social em uma pobreza ativa para o capital.<sup>95</sup>

Nesta perspectiva, não se trata de erradicar a pobreza, mas de a reestabelecer em um padrão de dominação novo. Além disso, dentro desta proposta analítica, os sujeitos são pensados como se estivessem indiferentes a sua situação, como se não lutassem por melhores condições de sobrevivência, constituindo uma massa passiva de manobra.

---

<sup>95</sup>GRASSIOLLI, Isabel. **Programa Bolsa Família: concepção e limites da proposta de erradicação da pobreza no governo Lula (2003 - 2010)**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Poder e Práticas Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

Essa “pobreza vista como social” é o resultado histórico da ação de exploração pelo capital, na qual os sujeitos em situação de pobreza viveram limitados não apenas pela repartição desigual de renda, mas por conta de todo um condicionamento social, na qual estiveram excluídos ao acesso de serviços públicos que lhes eram de direito, como educação, saúde, moradia e renda.

Outro fator importante a ser pensado quando entramos no debate acerca da pobreza e da ação do PBF em seu combate, deve-se à ampliação do questionamento sobre as formas de se combater a pobreza. Isabel Grassioli observa o PBF como um meio de dominação política estabelecido no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, colocando a pobreza como principal expoente a ser resolvido durante seu mandato.<sup>96</sup> Entretanto, averigua-se que, pela primeira vez na história do Brasil, os pobres foram colocados à frente dos projetos políticos.

A pobreza nos últimos anos passou a ser discutida com veemência no Brasil. À frente destas discussões estão os sociólogos, discutindo a situação dos sujeitos sob tal condição, e principalmente os economistas, baseando-se em números e fórmulas que calculem a proporção da pobreza no país. Estes últimos estão se dedicando cada vez mais a esta discussão, não apenas por se tratar de um tema importante e que há muitos anos carece de uma solução, mas porque no sistema capitalista as vozes dos economistas são as primeiras a soarem, suas avaliações as primeiras a ganharem espaço em quaisquer que sejam os temas, ainda mais se estiverem ligadas a cifras.

Embora a análise econômica seja um ponto importante para se compreender a pobreza e traçar uma estratégia que a combata – como está acontecendo no Brasil – existem outros aspectos que devem ser observados e muitas perguntas a serem feitas quanto à pobreza. Afinal, quem são os pobres? Como é ser pobre? O que pensam e o que sentem? Ao focarmos na economia e na análise da “medianização”, quantas e quais histórias deixamos de conhecer?

Neste campo de debate devemos nos lembrar que a pobreza é uma situação social histórica, que se agravou com o desenvolvimento do capitalismo por conta de seu dualismo. Ela – a pobreza – está presente na mesma sociedade em que convivem ricos e pobres, abastados e miseráveis, ou seja, a riqueza de uns é o resultado das muitas formas de exploração social.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup>Ibidem.

<sup>97</sup>ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Em novembro de 2015, a Revista Exame, pertencente ao grupo Abril, lançou a edição intitulada “Um país mais pobre”, o título da revista indicava a principal reportagem daquela edição. Na ilustração de capa apareciam desenhos de pessoas que representavam trabalhadores e um aluno, com feições de lamúria, tristeza ou preocupação, todos uniformizados e bem vestidos, mostrando que seus bolsos estavam vazios, seguidos por um trecho informando que aquela matéria se reportava à “crise” que o Brasil passa por conta da diminuição do consumo e uma verdadeira derrocada de conquistas que os brasileiros conseguiram nos últimos anos. No meio da revista a ilustração reportava a uma família de classe média, que nos últimos anos conquistou certa ascensão econômica e naquele momento precisava cortar gastos. Para a revista o decréscimo de números econômicos indica uma ruína social.

Aquela chamada extravagante é muito mais que uma simples matéria de caráter comercial, ela evidencia um momento de reflexão histórica e social na qual a luta de classes se forja na relação de resistência da classe trabalhadora e da imposição da ideologia burguesa por meio das demais classes.

A matéria em questão é instrumento de construção de uma memória arquitetada pelos grupos que se envolvem com a revista – tanto profissionais quanto leitores – e que os mesmos pretendem estabelecer. Sua presença nas bancas, consultórios, prateleiras, na internet enunciou o empobrecimento do país com base em gráficos e números financeiros, sem dar a menor importância a outros elementos que englobam as vivências sociais.

Conforme a historiadora Marta Emisia Jacinto Barbosa esclarece, a imprensa deve ser pensada como um agente social produtor de intervenções que faz parte da sociedade, formando opiniões e construindo memórias sem nenhuma inocência, tendo em vista que imprensa e memória articulam-se ao poder e a embates sociais.<sup>98</sup>

Forja-se um debate quanto à imagem dos pobres compartilhada a uma ideologia burguesa que dissemina porque aqueles sujeitos são pobres, o que é ser pobre, como aceitar a pobreza. A revista que é a representatividade do pensamento de um determinado grupo social trata empobrecimento como sinônimo de pobreza, deixando de esclarecer que na realidade este primeiro fator – empobrecimento – é o medo

---

<sup>98</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Outras histórias**: memória e linguagens. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

daqueles que não se encontram em estado de pobreza de precisarem abrir mão de certas regalias e passarem a ser vistos como pobres.

A imagem que se estabelece sobre a pobreza nesse momento contrasta-se com a preocupação da classe média e da classe alta quanto à divisão mais justa de renda e serviços. Marilena Chauí esclarece sobre o pensamento instituído socialmente, por meio do discurso ideológico. Marilena Chauí afirma que:

(...) o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação, que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem universalizada, isso é, a imagem de uma classe dominante.<sup>99</sup>

Desta maneira, quando a revista intitula a matéria “Um país mais pobre”, está providenciando uma imagem social, como se todos os sujeitos que vivem no Brasil estivessem perdendo conquistas e suas situações financeiras estivessem em declínio, independente da classe a que pertençam, do lugar onde moram, do trabalho que os sustentam. A revista procura construir uma identificação única, que na verdade não existe.

Neste trajeto, Marilena Chauí também explica como esse discurso se torna possível.

Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmando.<sup>100</sup>

No que tange a relação da ideologia e da história, Marilena Chauí completa:

Também sabemos que a ideologia não tem história (...) Dizer que a ideologia não tem história significa apenas dizer, em primeiro lugar, que as transformações ocorridas em um discurso ideológico não dependem de uma força que lhe seja iminente e que o fariam transformar-se e, sim, que tais transformações decorrem de uma outra história que, por meio da ideologia, a classe dominante procura escamotear; em segundo lugar, e mais profundamente, significa que a tarefa precisa da ideologia está em produzir uma certa imagem do

<sup>99</sup> CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006p. 15.

<sup>100</sup> Idem. p. 15-16.

tempo como progresso e desenvolvimento de maneira a exorcizar o risco de enfrentar efetivamente a história.<sup>101</sup>

No exemplo que vemos aqui, as famílias brasileiras aparecem como uma sociedade que sempre desfrutou de acessos a bens e serviços. Deixa de lado a luta cotidiana dos trabalhadores, os projetos construídos na primeira década do século XXI visando erradicar a miséria e a pobreza. Encontramos aqui a propagação de um discurso e de uma imagem que foge de evidências históricas.

A imagem dos pobres é a maneira na qual a sociedade aprende a vê-los. Como se ao falar sobre os pobres o estereótipo de um sujeito único viesse a representar todos. Além da imagem que se consagra ao fazer isso, cria-se em torno dessa figura características discriminatórias, como o sujeito que passa fome, que não quer trabalhar, dependente da caridade alheia, entre outros. Historicamente, a sociedade construiu o perfil do pobre e da pobreza da forma que melhor convinha, sem ouvir estes sujeitos.

No trabalho intitulado “Os famintos do Ceará”, a historiadora Marta Emisia Jacinto Barbosa investigou, por meio de fontes iconográficas, como os sujeitos ligados à imprensa (jornalistas, fotógrafos) no século XIX registravam os sujeitos em condição de miséria no sertão cearense e como os reportavam nas páginas dos jornais, que não se limitavam a uma única região, mas que se espalhavam pelo Brasil e por parte do mundo.

Naqueles trabalhos a recorrência sobre a fome e a seca constituiu um modo de olhar para o Ceará e para os sertanejos cearenses por meio das escritas e das imagens produzidas de pessoas desnudas, em condição de miséria e que ficaram silenciados sobre tais condições construídas para eles, de maneira que, aqueles sujeitos não puderam contar suas histórias, mas pelo contrário, tiveram suas histórias criadas e contadas por outros.

Encerrando o texto, a consideração que Marta Emisia Jacinto Barbosa faz é de grande esclarecimento perante os elementos de lembrança combinados pelas escritas e pelas imagens daqueles famintos.

Portanto, quando Sarlo interroga Lanzmann sobre o porquê de filmar *Shoah*, já que muito se escreveu e filmou sobre o holocausto, adverte-nos para a idéia de que ‘sempre se sabe muito pouco’ e que ‘o que se sabe tem a fragilidade de um discurso que pode ser esquecido e que, portanto, é preciso voltar a ele repetidas vezes’. Numa compreensão inversa, retorno a este campo de narrativas não para com ele

---

<sup>101</sup>Ibidem. p, 16.

concordar ou para não esquecê-lo. Retorno para interrogá-lo sobre o que se escondeu e silenciou.<sup>102</sup>

Assim sendo, ao pensar sobre o discurso que ouvimos em revistas de grande acesso e pertencentes a empresas de grande poder, sobre as imagens que se constituíram sobre os pobres ao longo de muitos anos e que de repente são estabelecidas em outros sujeitos usando os mesmos termos – pobre, pobreza – sobre o que é e como a ideologia se propaga na sociedade, buscar respostas sobre o que se escondeu (ou ainda se esconde) e o que foi silenciado (ou ainda é silenciado) nos parece o caminho mais propício para se pensar sobre a história e sobre os sujeitos que a constroem.

### **2.1A ação do Programa Bolsa Família nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos.**

Quando observamos quem são os sujeitos em condição de pobreza nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, encontramos famílias de trabalhadores que ao longo de suas vidas buscaram estratégias de sobrevivência sempre ligadas ao trabalho. Os casos se divergem, algumas se caracterizam pelos processos de migração durante as décadas de 1990 e início de 2000, outras permaneceram no distrito em que foram criadas, entretanto, se locomovem atrás de trabalho. Para essas famílias, ser pobre não tem ligação com a fuga do trabalho, mas é a realidade na qual nasceram, uma condição social.

Com a criação do PBF, as famílias do distrito que participaram do programa aderiram a uma iniciativa do Estado de combater a pobreza como meio estratégico de garantir a suas famílias meios de sustento diante de incerteza – falta de trabalho ou insuficiência de renda – que porventura surgissem.

A partir de outubro de 2003, por conta da medida provisória nº 132<sup>103</sup> e adiante transformada na Lei nº 10.386/2004<sup>104</sup> foi criado o PBF, com o intuito de transferir renda para as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. Para isso, o governo precisou estabelecer certas normas, tanto para a transferência de renda quanto para as

---

<sup>102</sup>BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa R; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

<sup>103</sup>BRASIL. Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

<sup>104</sup>BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

famílias que participavam do programa. As crianças deviam ter assiduidade escolar e os recém-nascidos deveriam receber acompanhamento médico, a fim de combaterem possíveis problemas de saúde e principalmente a desnutrição infantil.

Sendo assim, as famílias com renda *per capita* igual ou menor a R\$ 60,00 foram consideradas em condição de extrema pobreza e as famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 120,00 em condição de pobreza. Ambas participariam do PBF.

Conforme coloca Marco A. Weissheimer:

Uma das características centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família tem dois objetivos básicos, combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres.<sup>105</sup>

O PBF assume a importância de diminuir a diferença existente entre ricos e pobres, que dentro do sistema capitalista é cada vez maior<sup>106</sup>. As condições instauradas por este sistema são baseadas na concorrência meritocrática, um discurso que estabelece que todos possuam os mesmos direitos e as mesmas condições para atingir seus objetivos. No entanto, as famílias que vivem em condição de pobreza e miséria não dispõem de condições adequadas para “participar” do processo de concorrência capitalista, não apenas pela questão financeira, mas pelas consequências que a falta de dinheiro pode provocar.

**Tabela 2 - Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (2003 -2014)**

Ano	Número de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (em milhões)
2003	3,6
2007	11
2011	13,4
2014	14,1

Fonte: Senarc/MDS. Elaboração: Sesepe/MDS.<sup>107</sup>

<sup>105</sup>WEISSHEIMER, Marco A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 53.

<sup>106</sup>Entre os anos de 2003 e 2012 foram transferidos cerca de 93,5 bilhões de reais para as famílias brasileiras participantes do PBF. Ver: Plano Brasil Sem Miséria. O Cadastro Único. Uma tecnologia social que está mudando o Brasil. 2014.

<sup>107</sup>Os números utilizados para construção da Tabela 2 estão disponíveis em: FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. (Orgs). **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.p. 251.

Quando falamos nos sujeitos em condições de pobreza e miséria, estamos falando sobre excluídos de um sistema que não integra a sociedade completamente e lança a responsabilidade das disparidades sociais sobre aqueles que não alcançaram o básico para sua sobrevivência perante a sociedade naquele tempo em que vive. O PBF, ao ser implantado como uma política de intervenção do Estado transfere recursos que vão além do dinheiro para as famílias que dele participam, pois lhes proporciona estabelecer meios de sobrevivência, de enfrentamento da exclusão social.

Conforme vimos na Tabela 2, no ano que o PBF foi criado, em 2003, ele já atendia a 3,6 milhões de famílias e em 2014, o número de beneficiários se estendia a 14,1 milhões de famílias. Em 11 anos, o PBF quase quadruplicou o número de famílias participantes, tornando um amplo programa de transferência de renda gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), também criado em 2003. A amplitude do programa começa pela extensa rede construída para seu funcionamento, implementando a parceria das prefeituras e dos estados. Estes ficaram responsáveis pelo cadastramento das famílias e atualização do CadÚnico. Destaca-se ainda a participação da Caixa Econômica Federal (CEF) realizando o pagamento às famílias e realizando as operações do cadastro.<sup>108</sup>

Quando perguntava aos entrevistados sobre o começo de sua participação no PBF, alguns se recordavam de programas anteriores, como é o caso da senhora Sebastiana.

**Sebastiana:** Eu recebi o Bolsa Família, recebi o Bolsa Escola, a gente tinha o benefício do Vale Gás que recebia junto com o Bolsa Escola. Que o Bolsa escola eu recebi, deixa eu ver, um bom tempo. Comecei a receber o Bolsa Família, eu morava ali embaixo ainda. Isso aí, quer dizer, mais de cinco anos eu recebi. Não. Eu comecei é, era o Bolsa Escola, eu comecei a receber o Bolsa Escola, o Daniel, a Angélica não tinha dezesseis anos ainda, a Angélica ainda tava no ensino fundamental quando ainda eu comecei a receber o Bolsa Família. Aí, depois quando o Lula foi eleito é que virou o Bolsa Família né, o Bolsa Escola virou o Bolsa Família, mas eu já recebia o Bolsa Escola antes. Quer dizer isso aí, só que o Lula começou lá na presidência tem uns dez anos né?<sup>109</sup>

Ao tentar se lembrar sobre o início da participação da família no PBF a Senhora Sebastiana busca fatores ligados as suas experiências e à vivência familiar, como o lugar

<sup>108</sup> A criação do PBF aconteceu em 2003, por estabelecimento da medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Posteriormente transformada por medida da Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

<sup>109</sup> Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

em que morava, a idade dos filhos e o ano escolar em que estavam além do presidente em exercício. Desta maneira, ela relaciona o PBF e o Bolsa Escola. Mas o que mudou além da denominação do programa? É possível aprofundar uma avaliação que os compare?

Ao falar sobre o início do PBF, Marco A. Weissheimer esclarece que:

No final do governo Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre. Programa da Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O governo Lula, com a criação do MDS, vai incorporar e integrar essas políticas em um único programa que procura unificar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda.<sup>110</sup>

A partir de 2003 transformou-se um conjunto de projetos dispersos em uma rede de políticas públicas que se estendeu para além do levantamento de dados e da distribuição de renda. Com a criação do MDS passou a acompanhar as situações de pobreza e as necessidades de cada região para o combate da mesma. Além disso, certas condições estabelecidas para o recebimento de renda auxiliar, como o monitoramento da frequência escolar e o combate à desnutrição infantil, que a princípio são descritas como ações de troca pelo PBF, reverberaram em acessos a direitos que essas famílias sempre tiveram, mas que nem sempre estiveram ao seu alcance. Assim, o investimento do governo não se limita à distribuição de renda, mas torna possível para essas famílias frequentarem escolas e consultarem em postos de saúde. Por meio desta estratégia o PBF pode ampliar o número de participantes e chegar a lugares antes não alcançados. É importante esclarecer a presença do PBF em todos os estados brasileiros e em todas as regiões, seja nas capitais ou no interior, nas regiões urbanas e rurais.

As políticas públicas precisam estar além da iniciativa de levantar dados. Elas precisam explorá-los, colocando em prática ações que possibilitem a solução do problema. O PBF desta forma reconheceu direitos e deveres da população em situação de miséria, gerando autonomia. É direito do cidadão ter acesso a serviços sociais de qualidade e, aos poucos, o PBF foi instituindo-se com o objetivo de beneficiar os sujeitos desprovidos dos seus direitos como cidadãos.

---

<sup>110</sup>WEISSHEIMER, Marco A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.p. 55-56.

As transformações sociais que os sujeitos sofreram a partir da implementação do PBF não são transformações imediatas, elas ocorrem de maneira lenta e a promoção social que averiguamos está presente na fala dos participantes. Nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, observamos que na grande maioria dos casos os filhos superaram o grau de estudos dos pais, ou, ainda jovens, aqueles que já alcançaram idade para trabalhar conseguiram trabalho com carteira assinada, enquanto os pais nem sempre trabalharam com essa seguridade.

Quando perguntados sobre o destino que davam para o dinheiro recebido por meio do PBF, geralmente a resposta estava vinculada à manutenção das necessidades das crianças nas escolas, com a compra de material escolar, alimentação ou compra de vestuário. Sobre isso, perguntamos a dona Sebastiana.

**Sebastiana:** Ué, como, como diz assim, meus filhos, quando eram pequenos, eles iam nas escola as vezes assim. O Daniel [filho da senhora Sebastiana] mais o Túlio [filho da senhora Sebastiana] não gostavam muito não, mas eu exigia que eles fossem. Não trabalhava, estudava. Assim, eu acho que ajudou muito assim, eles, assim tava eu tava sempre comprando calçado, comprava material pra eles, comprava alguma coisa, que o Antônio [marido] trabalhava na fazenda, mas assim, ajudava. Não vou falar pra você que não adiantou, adiantou muita coisa. Eu acho que, assim, sei lá, foi uma fasinha boa, foi uma ajuda bem boa na educação deles, que as vezes dava pra eu comprar um material de escola, dava pra mim comprar um tênis.<sup>111</sup>

A senhora Sebastiana possui quatro filhos, todos maiores de idade. Recebeu-nos em sua residência (própria), uma casa simples de quintal largo, onde cuida de seus animais, um cachorro e várias galinhas, conversamos enquanto ela fazia crochê, uma espécie de atividade para passar o tempo. Ela recorda que, entre os filhos, dois não gostavam de estudar, no entanto, eram frequentes na escola. O PBF garantia à família uma seguridade, enquanto apenas o senhor Antônio, marido dela, tinha condições de trabalhar. O programa colaborava com a compra de materiais escolares para os filhos, além de ajudar na compra de roupa e de calçados. O Senhor Antônio trabalhou a vida toda como diarista e a renda de seu trabalho nem sempre era segura. Sobre isso, perguntamos a dona Sebastiana que disse:

**Sebastiana:** É que sempre assim, as vezes os Antônio trabalhava, mas, assim, ele não trabalhava fichado, trabalhava de diarista né. Aí, as vezes, descontrolava uma coisa que, pra comprar um calçado,

---

<sup>111</sup>Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

comprar uma roupa, comprar alguma coisa pra eles, aí eu comprava. Fazia assim, falava, não vou comprar porque o dia que pegar o Bolsa Família, o Bolsa Escola, eu vou lá e pago né. Aí eu já fazia aquele compromisso porque eu já sabia que eu tinha. Quer dizer, ajudou bastante na, na evolução deles, que até que eles cresceu e começou a trabalhar pra poder me ajudar, quer dizer, ajudou bastante.<sup>112</sup>

O empoderamento que a princípio pode parecer apenas capital, no sentido de lhes dar maiores condições de consumo – como realmente é – também é encarado como um empoderamento social. Certamente essa família conviveu com um conforto maior do que se não recebesse uma quantia do PBF, contudo, mesmo passando por dificuldades, por se tratar de uma família inicialmente composta por seis membros e apenas um deles possuir condições de trabalhar, eles puderam manter os filhos na escola. As condicionalidades impostas pelo Programa – como a frequência escolar – resultam mais tarde em um benefício que legalmente os sujeitos possuem, mas, que são obrigados a abandonar tendo em vista as necessidades das famílias. Assim, o PBF proporcionava às famílias da senhora Sebastiana e do senhor Antônio a condição de fazer compromissos, porque tinham a garantia que receberiam mensalmente aquele dinheiro.

A senhora Ana Paula também nos recebeu em sua residência. Na ocasião em que a entrevista foi realizada, sua família morava há cerca de um ano em casa própria. Uma “meia água” recentemente construída no fundo do terreno em que está a residência dos pais do senhor Vinícius, seu marido. Junto a eles moram os três filhos e ela explica a importância de participar do PBF.

**Ana Paula:** Então, a importância é porque as vezes pensa assim: “Ah, ela trabalha, não precisa.” Entendeu? Eu acho assim, um pouquinho, que, uns cem reais que eu pegar já é me ajuda bastante, porque na casa que tem três filho, imagina você gastar três caixa de leite por mês. Não é uma é três, porque não é porque o Marco Túlio tem 14 anos que ele não vai beber leite.<sup>113</sup>

O exemplo presente em sua explicação, quanto a uma das maneiras que ela destina o dinheiro que recebe – a alimentação dos filhos –, proporciona-nos compreender que o dinheiro que recebem do PBF tem fins para todos. Assim, todos os filhos, principalmente podem compartilhar de um mesmo tratamento, sem que um precise abrir mão de um determinado acesso para os outros.

---

<sup>112</sup>Ibidem.

<sup>113</sup>Ana Paula Fernandes Costa, 33 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 04/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Enquanto hoje a família da senhora Ana Paula conta com condições melhores, em outros momentos viveram com incertezas, quando deixaram de participar do PBF. Sobre isso, ela afirma que:

**Ana Paula:** Foi assim, o Bolsa Família eu recebi ele muito tempo, assim, muito tempo não. Foi mais ou menos uns quatro anos eu recebi o Bolsa Família. Aí cortou né? Cortou porque eu não fui lá, por causa de tempo, aí eu não fui e cortou. Aí eu fiquei mais ou menos um ano sem receber. Aí depois quando eu fiquei desempregada, assim, desempregada não, quando eu saí do serviço e o Vinícius pediu conta do serviço dele, aí ficou assim noisdois em casa né, e eu fiquei com medo, tipo assim, eu fiquei com medo de o serviço ali não me chamar e eu ficar desempregada, porque eu já tava esperando uma vaga.<sup>114</sup>

A história contada pela senhora Ana Paula reverbera um momento de incerteza vivida por sua família. Seu marido estava saindo de seu emprego e ela esperava ser chamada para outro trabalho. Estava sem garantia de que trabalhariam em um período imediato e ainda moravam de aluguel. Quando explica que “cortou porque eu não fui lá”, ela se refere ao CadÚnico, a não renovação do cadastro que atualiza as condições vividas pelas famílias os tirou da lista de participantes do programa.

As respostas quanto à forma que o dinheiro recebido por meio da participação do PBF é gasto se repetem em muitos casos. Mas a resposta para tal problematização reverbera. Estas são as necessidades primárias das famílias, garantir o básico aos filhos, como a alimentação, condições mínimas para os estudos e vestimenta. Embora essas respostas sejam parecidas, as condições vivenciadas pelas famílias são distintas, enquanto algumas alcançaram um determinado conforto, estando empregados, vivendo em moradias próprias, em outros casos o valor recebido pelo PBF é determinante para o sustento dos membros familiares.

A senhora Letícia mora em uma casa simples com os dois filhos, ainda crianças. A casa é cedida por um tio dela. Conforme ela explica, eles viviam anteriormente numa residência alugada, contudo, as condições precárias da mesma estavam causando complicações na saúde de seu filho mais novo. Vendo isso, seu tio permitiu que ela mudasse para a casa que estava vazia. Na família, ela é a única que possui condições de trabalhar, a renda é complementada pela pensão que recebe do filho mais novo e pela participação no PBF. Quando perguntamos como o dinheiro recebido pelo programa é destinado ela explicou:

---

<sup>114</sup> Ibidem.

**Letícia:** Então. Eu sempre faço assim, quando eu faço alguma prestação de roupa ou calçado pros meninos, eu pago com esse dinheiro. Material escolar, geralmente no fim do ano eu reúno esse dinheiro pra comprar material. Remédio quando necessário. Então, assim, coisa de alimento pra eles. Uma fruta, uma bolacha, um leite, sempre voltado pra eles mesmos.<sup>115</sup>

Conforme nos explicou, embora a família possua poucos membros, a renda que conseguem é pequena, o trabalho como diarista é irregular e em algumas semanas a senhora Letícia não consegue trabalho. Assim, como não possui despesas com aluguel, há alívio nas contas da família. O dinheiro é usado para o que identifica como sua principal necessidade, o bem-estar dos filhos.

Segundo foi dito anteriormente, as respostas sobre a forma que o dinheiro recebido pelos participantes do PBF é destinado vai em direção aos gastos básicos das crianças, geralmente com a alimentação, vestimenta, remédios e materiais escolares. Entretanto, a resposta da senhora Nilza toca em outro ponto que essa renda ajudou a resolver.

**Nilza:** A única, a única coisa assim que ajudou muito o Bolsa Escola, meus meninos não tinha cama, eu comprei uma cama pra eles. Eu comprei colchão pra eles. Meus meninos não tinham calçados pra ir pra escola, eu comprei. Meus meninos não tinham objetos direito, não tinham bolsa. Ajudou muito. E a gente ganhava pouco né.<sup>116</sup>

Alguns críticos podem compreender o PBF com um simples programa de transferência de renda, incentivador do consumo. Embora realmente sua ação esteja diretamente ligada à ampliação do mercado interno brasileiro, a simplicidade do programa é equivocada. O PBF não pode ser analisado simplesmente como um repasse de renda, mas sim quanto à importância dada pelas famílias para as conquistas que alcançaram.

No caso apresentado pela senhora Nilza, sua família pode alcançar mais que o conforto de dormir em uma cama, é uma espécie de respeito próprio, de uma conquista que ultrapassa o valor do bem-estar geralmente ligado à renda dos sujeitos, mas sim, ligado à dignidade social dos mesmos.

Amélia Cohn traça um paralelo quantos as alterações nos programas de transferência de renda comparando o PBF com seus antecessores. No que diz respeito

---

<sup>115</sup>Letícia Cardoso da Cruz, 29 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em: 07/04/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>116</sup>Nilza Salvador da Silva, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 03/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

aos programas estipulados no governo Fernando Henrique Cardoso – que podemos destacar o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação– as características destes programas estava ligada ao mercado de consumo neoliberal, agindo separados uns dos outros. Quanto às características evidenciadas pelo PBF, ela determina dois pontos de caráter transformador no que tange à vida dos sujeitos participantes, as “condicionalidades” e as “portas de saída”. Quanto à primeira, ela se reporta aos fatores que as famílias devem cumprir para permanecerem participando do PBF. A segunda são as consequências do primeiro fator, os resultados que as famílias alcançaram ao cumprir com as condições previstas, que vão além da renda recebida e da possibilidade de participar de outras políticas públicas. Sobre isso, Amélia Cohn afirma que:

‘Pobres são os que têm as portas fechadas’, pois o fundamento do PBF, concebido como articulação entre políticas de combate imediato à pobreza com políticas de superação da pobreza, significa que estariam se abrindo portas para que os pobres ingressassem na sociedade com um novo *status*, o de cidadãos, com acesso ao mercado e à dignidade social, sendo, assim, capazes de assumir sua individualidade como portadores de direitos.<sup>117</sup>

O PBF foi construído como projeto inicial de transferência de renda que visa dar maior seguridade às famílias em condição de pobreza e miséria, junto a outros projetos que se transformaram mais tarde em um plano de combate a exclusão social, ou seja, o desenvolvimento do Plano Brasil Sem Miséria, que, aliado ao PBF, fortalece as famílias e suas condições de sobrevivência.

As famílias dos dois distritos a partir da seguridade proporcionada pelo PBF puderam investir em construir melhores oportunidades. Esse processo, que embora ocorra de forma lenta, realiza-se de maneira constante. As mudanças na vida dos sujeitos são percebidas quando comparam suas oportunidades ainda jovens e as oportunidades que seus filhos tiveram nesta mesma fase da vida.

A senhora Marilene mora com os três filhos mais novos e a renda de sua família vem do pequeno restaurante que está tentando montar em Martinésia. Baseada nas experiências das filhas mais velhas que sempre trabalharam de carteira assinada, ela compreende que nos dias atuais existem mais oportunidades para quem está começando. A senhora Marilene afirma que:

---

<sup>117</sup>COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Orgs.). **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios.** (Orgs). Vol. 2. Brasília: Ipea, 2010. p. 227.

**Marilene:** Eu acho que hoje a adolescência já está mais estruturada. Não está que nem era antes. Antes não tinha isso. Agora já está com a cabeça mais em ordem, já vai para o primeiro emprego. Então eu acho que eles não vão, tomara que não queira precisar disso. Porque eu já tinha muito filho, e mãe solteira, e é um ano só.<sup>118</sup>

A senhora Marilene começou a trabalhar aos 14 anos, três anos depois ganhou a primeira filha e sempre teve que trabalhar para sustentar os filhos. Este é um exemplo que nos mostram as implicações sofridas por famílias que precisam abandonar os estudos, dedicar seu tempo ao trabalho e que acabam ficando às margens do processo meritocrático da sociedade capitalista, porque não conseguem maiores capacitações para concorrerem aos que lhes interessam e poder mudar suas vidas.

O PBF com a transferência de renda ajudou a família da senhora Marilene a ponto de suas filhas não precisarem abdicar dos estudos ainda na adolescência. O trabalho de carteira assinada é para essa família um avanço social conquistado pela geração amparada pelo PBF. As filhas que já trabalham não precisaram aceitar qualquer forma de trabalho e puderam escolher aqueles que são mais seguros para elas. Embora ainda não tenham terminado o ensino médio, as duas filhas mais velhas, já maiores de idade, somam muitos anos letivos a mais que a mãe, que possui o quarto ano. E os filhos mais novos possuem frequência assídua na escola.

A taxa de analfabetismo no Brasil é sempre preocupante, estar afastado ou desistir dos estudos rompe com o direito do cidadão quanto à educação, e adiante, limita acessos a qualidade de vida, no que consiste estar melhor empregado – materialmente falando – e na condição de sujeito social capaz de fazer uma leitura livre e independente do mundo.

Mas de que forma podemos compreender a contribuição do PBF diante da mazela da evasão escolar?

Embora o PBF tenha atingido uma geração por completo na atualidade, a taxa de escolaridade brasileira cresce desde o final do século XX. Contudo, um aspecto que chama a atenção é a ampliação do acesso escolar das crianças entre 4 e 6 anos nas escolas já no ano de 2005.<sup>119</sup> O programa que completava ainda dois anos, mas já exigia das famílias uma alta frequência escolar dos discentes de cada grupo escolar, valorizou a instituição escolar e o seu significado social.

---

<sup>118</sup>Marilene Batista Machado, 37 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 15/04/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

<sup>119</sup>IPEA. Pnad 2006, primeiras análises: demografia, educação, trabalho, previdências, desigualdade de renda e pobreza. 2006.

A senhora Marinalva mora com oito dos dez filhos. Embora dois sejam maiores de idade, ela continua os incentivando a terminar o ensino médio e não permite que eles parem antes. Como ela e seu esposo possuem pouca escolaridade enxergam na escolarização dos filhos uma maneira de possuírem uma vida mais confortável e alcançarem oportunidades que os pais não tiveram. A senhora Marinalva afirma que:

**Marinalva:** É. Eles estudam. Então, eu falo que o estudo é mais importante né. Primeiro, a gente tem que estudar pra poder alcançar o que quer, porque sem estudo não vai a lugar nenhum. E aí eu falo pra eles que analfabeto mesmo basta só os pais né, e eles não, eu quero que eles estude.<sup>120</sup>

O PBF disseminou a perspectiva que a educação é de extrema importância para o combate à pobreza, “alcançar o que quer” é a forma de expressão que a senhora Marinalva encontra para dizer que os filhos precisam estudar para ampliar as oportunidades no futuro. A perspectiva citada não foi criada pelo programa, mas foi oportunizada e colocada em prática por ele.

A escolaridade dos sujeitos reverbera em nossa sociedade a condição de lutarem por direitos que são a princípio pertencentes a todos, mas que na prática são elementos de disputas e de conquistas daqueles que melhor puderem se preparar, isto é, daqueles que encontraram condições de frequentarem a escola. Quanto a essa meritocracia estabelecida entre a escolaridade dos sujeitos e a sociedade, Dalila Andrade de Oliveira nos explica que:

A despeito das suspeitas em relação aos sistemas meritocráticos, das variedades críticas e restrições que lhes são apontadas, ele permanece nas bases dos sistemas escolares nacionais e constantemente é legitimado como critério objetivo nas seleções das posições sociais, como forma mais justa, transparente e segura de definições dos que devem obter mobilidade social. Por meio da formação oferecida ou dos títulos concebidos, o sistema escolar atuou durante mais de um século como importante agência de seleção e distribuição de posições sociais.<sup>121</sup>

A escola funcionou ao longo da história brasileira como instrumento de seleção social que privilegiava as classes média e alta a atingirem e conservarem patamares sociais. Mesmo garantindo aos demais sujeitos fora dos grupos citados o direito à

---

<sup>120</sup> Marinalva da Silva Sousa, 41 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>121</sup> OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.p. 22.

educação, faltava proporcionar-lhes as condições necessárias para frequentarem a escola, faltava compreender que a existência da escola por si só e a oferta de vaga, por conta dela, não são capazes de garantir aos sujeitos em condição de pobreza sua presença e permanência escolar. Antes de chegar à escola existe uma trajetória além das linhas físicas que precisam ser traçadas para que os sujeitos aproveitem o que a instituição pode lhes oferecer.

O resultado do empoderamento vivido por essas famílias concretiza-se também no alcance de melhores estruturas para viver, como no acesso das moradias. Entre as quatorze famílias entrevistadas, dez moram em casas próprias – sem que nenhuma destas casas sejam conseguidas por herança, por exemplo. Certamente, essa conquista não é o resultado somente de suas participações no PBF, mas é uma conquista atrelada à inclusão de sujeitos que antes viviam sem seguridade, com alternativas restritas.

A inclusão dessas famílias em um programa de transferência de renda constituiu nesses sujeitos autonomia para que construíssem estratégias de superação da pobreza. Esses sujeitos permaneceram como parte da classe trabalhadora – e não mudaram de classe como defendem alguns economistas – e construíram mudanças que impactaram a vida de suas famílias. Conforme nos esclarece Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani:

Deste modo, a política de transferência estatal de renda no Brasil atual não é simplesmente uma política de urgência moral que garante o direito à vida, mas representa ainda o primeiro passo à substantivação da nossa democracia. Foram assim na história e em diversas situações nacionais, as urgências morais, quando reconhecidas como tais pelo Estado, que deram início a processos democráticos mais profundos. A experiência de uma melhoria de vida, por mínima que seja, grava-se fundamentalmente na alma das pessoas, abre seu mundo para o surgimento de exigências libertárias maiores.<sup>122</sup>

Desta maneira, é importante compreender que o PBF não se trata de um favor por parte do Estado para com os sujeitos em condição de pobreza ou miséria, mas sim de um direito conquistado pelos sujeitos, tanto no que diz respeito às transferências de renda, quanto ao apoio para garantirem condições justas de enfrentarem o processo meritocrático capitalista.

---

<sup>122</sup>REGO, Walquíria Leão & PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 213.

## 2.2 Mudanças e perspectivas na vida dos trabalhadores: discutindo a questão das classes.

O Brasil delineado uma década após à implementação do PBF apresenta características distintas se comparado a forma como terminou a década anterior. O país se desenvolveu economicamente, mas acima de tudo promoveu uma reforma social ao dedicar-se ao combate à exclusão, a identificar as necessidades dos sujeitos marginalizados e construir junto a eles planos capazes de mudar a estrutura em que viviam, e, como já foi dito aqui, empoderar as pessoas em condição de pobreza.

O debate que se forjou em torno desta questão inicia a perspectiva de que por meio do aumento do consumo, das oportunidades de estudo e de emprego, isto é, da capacitação dos mais pobres de estarem presentes no mercado como trabalhadores e consumidores, unindo a isso o crescimento da renda familiar, o país havia realizado uma mudança na estrutura de classes e inúmeros sujeitos pertencentes à classe baixa – como os economistas denominam – teriam se tornado membros da classe média.

Um dos principais defensores desta estimativa, Marcelo Neri, apoia-se nos números de crescimento da qualidade de vida dos brasileiros a partir de 2003 para desenvolver a tese da pirâmide invertida, o que corresponderia em dizer que a grande maioria da sociedade brasileira pertence à classe média. Neste contexto, a definição de classes seria reduzida a extratos econômicos. Segundo Marcelo Neri:

Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (classe C) entre 2003 e 2011 (59,8 milhões desde 1993). Concentrando nossa análise no período mais recente, houve crescimento acumulado de 9,12% na proporção de pessoas pertencentes a esse grupo desde 2009, equivalente a dizer que 10,5 milhões de brasileiros, que não eram, passaram a ser classe C (3,7 milhões só no último ano). A mesma, que atingia 50,45% da população brasileira em 2009, passa agora a 55,05% em 2011.<sup>123</sup>

Portanto, a definição de classes para o economista é o número de indivíduos que ultrapassa percentualmente a linha estipulada entre a classe baixa e a classe média em valores de renda recebida. Sem levar em consideração as dificuldades que os sujeitos em condição de pobreza continuam vivenciando. Quantas pessoas, caso deixassem de participar dos programas de transferência de renda – principalmente o PBF –, voltariam em termos de renda a pertencer as “classes D e E”? Como superariam a pobreza se não

<sup>123</sup>NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 27.

houvesse estipulado estratégias que corroborassem com a educação, saúde e trabalho? A realidade de comer melhor, ter maior escolaridade, mais segurança e conforto residencial, é suficiente para que possamos crer que houve uma mudança de classes?

Quando entrevistamos as famílias dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, percebemos em suas falas e nas formas como compararam os tempos já vividos com o presente que as condições de vida melhoraram. Além disso, alcançaram perspectivas que almejavam anteriormente, contudo, o trabalho é o cerne do sustento familiar destes e o PBF uma garantia de investimento principalmente quanto às necessidades dos filhos, que não teriam condições de serem supridas, tal como fazem, sem o PBF. A senhora Marinalva nos explica que por conta dos filhos mais novos ainda trabalha como diarista, mas que adiante, pretende se empregar. Assim, ela relata:

**Marinalva:** Olha eu trabalho de diarista porque, porque eu ainda tenho filho de menor, eu tenho os três meninos pequenos ainda, então eu não posso deixar largado e empregar. Por isso que eu trabalho de diarista, porque eu trabalho de meio dia pra tarde, porque é quando eu mando todo mundo pra escola. As meninas chega da escola, elas só tem o trabalho de levar, porque eu já saio já na hora delas sair levando as meninas pra escola. É eu que arrumo, eu que organizo e dou o almoço antes de ir pra escola. Então é por isso. Mas eu sempre eu falo gente eu estou só esperando as meninas ir pra eu me empregar né. Porque aqui tem facilidade. Muitas vezes a gente não dá valor no que tem né. Então aquilo que a gente não tem, quando a gente vê a facilidade a gente dá valor.<sup>124</sup>

A senhora Marinalva, que trabalha como diarista, explica que o único trabalho que as filhas têm é levar os irmãos mais novos para a escola, porque ela precisa sair antes e, quando usa o exemplo dos materiais escolares que compra para seus filhos, está se referindo ao fato de que apesar dos filhos mais velhos não trabalharem, por conta do PBF nada lhes falta. Aliado a isso, ela também expõe sua vontade em trabalhar com a carteira assinada, ou seja, o trabalho para ela e para sua família é essencial. A família dela não abandonou as formas como trabalhavam antes, o que mudou foi a autonomia que alcançaram, a perspectiva dos filhos estudarem como não puderam antes e o trabalho com carteira assinada são exemplos disso.

A forma como trabalham também é uma conquista para essas famílias, que viveram em muitos casos como diaristas, sem garantias e com poucas oportunidades. Assim, a senhora Sebastiana e o senhor Antônio davam ênfase quando nos contava que

---

<sup>124</sup> Marinalva da Silva Sousa, 41 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

os filhos trabalhavam “fichados”, mas que naquele momento um deles estava desempregado. Sobre isso,

**Sebastiana:** Bom, o Túlio [filho], o Túlio trabalhou, nãoo Túlio sempre trabalha mais assim é, serviços gerais. O Daniel [filho] no começo, o Daniel trabalhava também aqui na roça, aí quando ele fichou carteira a primeira vez foi na Vitral.

**Antônio:** Na Vitral.

**Sebastiana:** Ele trabalhava de serviços gerais na Vitral. O Túlio fichou carteira na Sadia, trabalhava na Sadia.

**Antônio:** Trabalhou na construção civil também.

**Sebastiana:** Mas foi depois da Sadia. O primeiro serviço fichado dele foi na Sadia. E o Rodolfo [filho] primeiro trabalho fichado do Rodolfo foi, você lembra uma fabriquinha de telha que tinha ali na saída, lá pra lá da Valoriza? (...) Ele trabalhou lá três meses de carteira fichada, aí depois trabalharam aqui no Seu Zezinho, o Túlio mais o Rodolfo trabalharam muito tempo aqui com o Seu Zezinho de, eles falam ferreiro né. Eles trabalharam bastante tempo aqui, agora o Rodolfo tá de serviços gerais lá na Valoriza também e o Túlio não ta fichado.<sup>125</sup>

Algumas questões que são colocadas pelo casal são, em muitos casos, a realidade de muitas famílias, como a constante mudança de emprego, citando os modos de trabalho que os filhos já vivenciaram e a conquista do emprego “fichado”, ou seja, o emprego com carteira de trabalho assinada. Embora essa última seja uma conquista antiga dos trabalhadores brasileiros, muitos trabalhadores ainda vivem sem essa segurança, seja trabalhando como autônomos ou em atividades em que os patrões não assinam as carteiras de trabalho. Mas, quando eles expõem este fator na conversa, é para evidenciar uma conquista da família, em ver os filhos obtendo uma verdadeira conquista perante seus modos de ver e conforme as vivências paternas. Há também de ser salientado que eles não possuem uma profissão própria e que ainda convivem com a inclusão/exclusão de estarem em alguns momentos empregados e em outros desempregados. Esta realidade amplia a conquista dos filhos em possuírem nos momentos empregados a carteira de trabalho assinada, pois a seguridade que ela lhes proporciona ajuda a família a conservar suas conquistas.

No que corresponde ao Brasil, durante a última década do século XX, o número de pobres sempre esteve acima de 50 milhões de pessoas, o que implica em dizer percentualmente que em nenhum momento o número de pobres representou menos de 30% da nossa sociedade. No mesmo período, a desigualdade de renda entre os

---

<sup>125</sup> Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos e Antônio de Paula, 58 anos. Participaram do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

brasileiros é alarmante, enquanto os 10% mais ricos durante toda a década apropriaram-se de quase a metade da renda nacional, os 50% mais pobres não chegaram em momento algum a dispor de 15% desta mesma renda.<sup>126</sup>

Mas como compreender tais evidências para além dos números e da economia? Socialmente falando, o que isso significa? Quais os resultados desta grande margem que separa os ricos dos pobres?

A falta de recursos financeiros não se resume exclusivamente na falta de dinheiro, mas transborda os fatores econômicos. No capitalismo, renda é essencial para a sobrevivência e quanto mais os sujeitos são excluídos dos meios de consegui-la, mais estão propícios à exploração e consequentemente à exclusão social. A exclusão e a exploração social tornam-se um problema histórico ao passo que não são combatidas, pois são vias de regras para o funcionamento do sistema.

Ao falarmos de exclusão social estamos falando de uma rede negativa, onde os sujeitos a partir do momento em que nascem ou passam ao estado de pobreza são inseridos, de modo que perdem ou nunca tiveram meios para superar as dificuldades que os rodeiam. Fazem parte dessa rede a baixa escolaridade dos pobres, obrigados em muitos casos a abandonarem a escola para ajudarem nas obrigações domésticas ou a conseguirem renda para o sustento família. Residirem em locais inapropriados em que serviços básicos não chegam ou em moradias alugadas e ou de favor impossibilitados de investirem em algo próprio.

O alto custo para sobreviverem nas cidades e a falta de recursos no campo tornam-se empecilhos para que se construam estratégias para lutarem contra as muitas privações que se constituem no mundo da pobreza. Contudo, pensar os sujeitos estreitados pelo fator econômico seria mais uma vez cair na armadilha capitalista que leva em consideração exclusivamente o capital como meio de constituir classes, definidor de direitos, qualificar o certo do errado.

Ir além do cunho monetário seria pensar como os sujeitos em condições de pobreza e miséria foram afetados pela privação que sofreram sem condições de lutarem pelos seus interesses e a partir de então indagarmos quais sentimentos vivenciaram? Do que abriram mão e quais as consequências disso? Quais sonhos abandonaram? Como agiram? Como compreendem o mundo e as relações de desigualdade?

---

<sup>126</sup>IPEA. Pobreza e mudança social. Nº 09, 2008. Ver também: BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15. Nº 42. fev/ 2000.

Ao instituir a pobreza como um mundo em que os sujeitos vivem em condições iguais, isto é, agem, sentem e compreendem a exclusão e a exploração social de forma homogênea, constitui-se em um engano. Este “mundo” é na realidade composto de antagonismos, onde se estabelecem relações de múltiplos interesses, histórias, experiências, culturas. Constitui significados distintos. Possibilita vivenciar a pobreza no campo e na cidade, como um trabalhador inserido em um modo de trabalho e outro fora de qualquer condição de labor, como um sujeito que vive em um lugar que se sente pertencente e outro que experimenta o sentimento de um lugar que não é seu. Os exemplos são inúmeros, porque as práticas e as experiências sociais são diversas e mesmo que se aproximem pela delimitação da pobreza encontraremos identidades heterogêneas que constroem relações que também são muitas.

A classe trabalhadora presente entre os 50% mais pobres, como vimos acima, tornou-se dentro do mercado de trabalho, um grupo com poucas expectativas de transformação no que diz respeito a traçar estratégias de superação das dificuldades advindas da pouca remuneração.

Desta maneira, o grande abismo econômico que durante os anos 1990 se constituiu entre aqueles que possuíam maior acesso aos recursos financeiros, como a classe alta e a classe média, e os demais desprovidos de seguridade quanto aos mesmos recursos, a classe trabalhadora, tornou-se responsável – não somente pela diferença da distribuição de renda, mas pelas consequências e restrições que a falta desta provoca – por enrijecer e alargar as margens que separavam as classes sociais brasileiras.

O enorme excedente de pessoas em condição de pobreza proporcionou que a classe média brasileira desfrutasse de serviços de baixo custo, graças à necessidade dos sujeitos desprovidos de condições melhores de sobrevivência, vender a força de trabalho por um baixo valor e desempenhar qualquer atividade laboral que lhes aparecessem. Corroborou para essa realidade os baixos investimentos públicos por parte do Estado que incentivasse a promoção social das famílias trabalhadoras.

Desta maneira, renda, consumo, qualidade de vida, espaços públicos, serviços de qualidade, ficaram restritos às condições de classe. A pobreza ficara estabilizada em milhões de sujeitos vivendo com o pouco que lhes restavam.

A partir do início do século XXI, com a implementação de propostas de erradicação da pobreza e da extrema pobreza, houve mudanças quanto a essa realidade de privação vivenciada pelos sujeitos mais pobres. Conforme estudo do Ipea, de 2013, os números referentes ao consumo de bens duráveis e serviços básicos atingiram uma

grande alta, principalmente a partir de 2003, da mesma forma que os brasileiros viram o desemprego diminuir constantemente no mesmo período, além disso, o rendimento médio do trabalho aumentou.<sup>127</sup>

Neste debate, em que afirmamos a necessidade de se pensar as classes não apenas com referência a números, retornamos às ponderações de Josep Fontana que exprimem a necessidade de não se deixar levar pela ideologia capitalista, tanto na formação dos conceitos sociais, quanto no pensamento histórico. Desta maneira, estaríamos simplificando as relações sociais, as constituições das classes e as histórias dos sujeitos, como os participantes do PBF. Fugindo da lógica simplista do pensamento capitalista, compreendemos que “Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes.”<sup>128</sup>

A renda obtida por meio do PBF não mudou as experiências e a identidade dos trabalhadores dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, que precisaram continuar trabalhando para garantir o sustento de suas famílias; o que mudou foi a perspectiva destas famílias de enfrentarem as dificuldades frente à pobreza. Sobre isso, Márcio Pochmann expõe que:

A inclusão da classe trabalhadora nos frutos do crescimento econômico não levou ao entendimento de que se tratava de uma mudança na estrutura de classes na sociedade, tão pouco a ascensão de uma nova classe média. O que houve foi a interpretação de que a força política dos trabalhadores, por meio de suas organizações de interesses (associações, sindicatos e partidos políticos) tornara possível a elevação do padrão de vida com acesso aos direitos sociais e trabalhistas.<sup>129</sup>

Falar em uma nova classe média partindo basicamente de números pode fazer com que maquiemos uma situação irreal, tanto ao analisar a situação dos sujeitos pelas médias de renda quanto identificá-los como uma “nova classe média” atenuante pela economia, deixando de lado a consciência e as estratégias dos sujeitos sociais. O que podemos averiguar na primeira década do século XXI, é a estruturação de projetos

<sup>127</sup>IPEA. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE. Nº 159, 2013; IPEA. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD. Nº 160, 2013.

<sup>128</sup>CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 130.

<sup>129</sup>POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.p. 52.

pautados na inclusão da classe trabalhadora, possibilitando-os diversos acessos sociais, mudando suas vidas por meio da autonomia.

## CAPÍTULO 3

### AS AÇÕES DAS ESCOLAS PERANTE AS COMUNIDADES DOS DISTRITOS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Cada um dos distritos possui uma escola em sua sede, desta forma, a Escola Municipal Antonino Martins da Silva está localizada em Martinésia e a Escola Municipal José Marra da Fonseca está localizada em Cruzeiro dos Peixotos. Ambas, como instituições educadoras possuem como trabalho principal a tarefa de ensinar/aprender que é atribuída as outras instituições do mesmo caráter, mas outro ponto de extrema importância que as define é como espaço de socialização das comunidades.

Durante o século XX, estas escolas sofreram a chamada nucleação, um processo de transferência de alunos de outras escolas construídas nas fazendas das regiões dos distritos para a escola de sua sede. A senhora Marlene, moradora antiga do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, conhecedora de ambos os distritos e professora desde 1978, trabalhando inclusive nas escolas das fazendas, enumera o grande número de escolas que foram fechadas para a realização da nucleação destas escolas. Sobre isso, a Senhora Marlene afirma que:

**Marlene:** Tinha... Dourados, Paranan, Da Onça, Lagoa, aqui tinha uma aqui...Felipe...como é que chamava gente. Aqui encostada no fundo da dona Alda aqui, pertinho do Cruzeiro, Felipe dos Santos que era encostado aqui... é Lagoa, Onça, Paranan e Dourado.<sup>130</sup>

Muitas destas escolas destacadas levam o nome da região em que foram construídas. É o caso das escolas dos Dourados e do Paranan, localizadas nos espaços rurais dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, ou ainda, as escolas da Onça e da Lagoa, que também se caracterizam pelas suas construções em fazendas, contudo, no distrito de Martinésia.

A senhora Marlene relata um grande número de escolas que fecharam no final da década de 1970, segundo ela estas nucleações aconteceram para que pudessem receber os alunos em uma estrutura melhor, em relação às escolas das fazendas que impunham dificuldades para trabalhar. Sobre esta questão ela explica:

---

<sup>130</sup> Marlene dos Passos, 60 anos. Professora da rede municipal de ensino, com cargo na E. M. José Marra da Fonseca e moradora do distrito de Cruzeiro dos Peixotos. Entrevista realizada em 25/10/2016, em sua residência.

**Marlene:** Então. Setenta e sete, setenta e oito eu entrei. Ai de lá dos Dourados, minha mãe adoeceu e eu vim pro Paranã, em setenta e oito ainda. Em junho de setenta e oito. Setenta e nove eu vim pra cá. O Zaire entrou em oitenta e dois. Foi mais ou menos de oitenta e um, oitenta e dois. Não tenho a data exata não, mas foi por aí que teve a nucleação. Foi quando o Zaire entrou. Aí um estudo foi feito o que, que trazendo esses alunos pra cá, aqui a qualidade aqui não é qualidade de ensino, é a estrutura física, o espaço, era melhor. Então eles iriam gastar bem menos, e com maior qualidade ainda. E outra coisa, sem deixar de...uma van, tinha a perua da prefeitura que ia nas escolas. Uma vez por semana ela ( ... ) aqui ela vinha e fazia tudo. Aí foi quando nucleou.<sup>131</sup>

Quando a senhora Marlene usa sua memória para se lembrar do momento exato das nucleações, ela se utiliza de certo momento em que viveu para chegar às mudanças ocorridas nas escolas da região, como a doença da mãe e a eleição municipal do prefeito de Uberlândia, Zaire Resende, isto é, ela reporta momentos importantes de sua vida para reportar momentos importantes para a comunidade local, certamente, porque aquelas mudanças ocorridas no final dos anos de 1970 atingiram de alguma forma o cotidiano daquelas pessoas, que, viram crescer o número de alunos nas escolas das sedes e juntamente a importância da mesma instituição, que viram mudar a estrutura escolar, ampliada ao longo do tempo, ou sobre os sujeitos que passaram a frequentar com mais frequência os distritos.

Ainda quanto aos sujeitos que viram as escolas rurais acabarem, a senhora Marlene conta que compreenderam a mudança como uma transformação positiva para eles, porque viram facilitado o acesso a escola. Essas mudanças foram aprovadas tanto pelos alunos quanto por profissionais que enfrentavam inúmeras dificuldades para trabalhar, desde muitas tarefas que eram atribuídas a eles, quanto à dificuldade de permanecerem lecionando. A senhora Marlene afirma que:

**Marlene:** Ah, assim. A estrutura física era até boa, né. Razoável, no meio do mato, no barro, você chegava lá com os pé tudo cheio de barro, de a pé e... tinha uma casinha do lado com fogão. E a gente fazia a sopa no fogão de lenha, não tinha fogão a gás, tinha que ir lá de fora buscar lenha, acender o fogo e punha a água pra esquentar. Quando chegava lá já fazia isso. Ia na sala, dividia o quadro em quatro, passava os conteúdos, explicava e os do quarto ano que era naquela época quarta série, ficava responsável por ir lá, que é grudado na escola, né, olhar o lanche, olhar a sala, me ajudar. E tinha umas meninas grande também, que às vezes elas olhavam pra mim o lanche. Eu não deixava porque eu tinha medo de queimar, tinha que ir junto. Fazia o lanche. Outra, trabalhava de secretária porque quem fazia essas percapita era o professor. E tinha que bater, se sobrasse lá no

---

<sup>131</sup> Ibidem.

saquinho, uma colher ele tinha que bater, porque matematicamente ele tinha que ta ali (...) Igual eu tava no Paranan (...) eu já tinha vindo pra cá, foi quando eles abriram uma sala de pré, e eu tava com uma carência financeira, precisava trabalhar dois turnos (...)Aí eu já tinha vindo pra cá. Eu ficava com os dois turnos. Porque até então eu ficava a tarde eu trabalhava com quarta série a tarde e o multiseriado no Paranan. Pegava o cavalo, era até o Vilmar, o Vilmar era meu aluno. Ele buscava o cavalo pra mim, que ele era o cão chupando manga. Ele buscava o cavalo pra mim, arriava esse cavalo e já me segurava a rédea, eu arrumava lá, já acabava a aula onze e quinze, eu tinha que chegar aqui quinze para o meio dia. E já tinha que entrar na sala de aula, eu não almoçava.<sup>132</sup>

As dificuldades que a senhora Marlene nos conta estão ligadas às muitas funções que o responsável pela escola acumulava. Desde a execução do trabalho administrativo da escola, passando pelo preparo de alimentos para os alunos, até o trabalho de ministrar as aulas. Este último, por sinal, requeria um grande esforço para o seu desenvolvimento, pois, como as turmas eram multisseriadas, isto é, alunos em momentos diferentes na etapa de aprendizagem da escola dividindo o mesmo espaço, a professora devia preparar aulas distintas e executá-las diante de todos os alunos. Assim, ela ainda nos explica que contava com a ajuda dos alunos, tanto na escola, quanto no curso da mesma. A senhora Marlene nos apresenta um cotidiano cansativo para os professores que trabalhavam nas escolas rurais e para os alunos, que, certamente, não se detinham apenas a estudar, mas deviam desenvolver tarefas que contribuíssem com a família, em trabalhos diários.

Para encerrarmos a contribuição da senhora Marlene sobre as escolas das fazendas que existiam nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, é importante vermos sua compreensão sobre esse processo de nucleação das escolas nas sedes, como alteração na vida dos alunos e de suas famílias. Sobre isso, algumas perguntas foram realizadas:

**Bruno:** Dona Marlene, como que as famílias da região aonde a senhora trabalhava e os fazendeiros, no caso em que recebiam a escola fisicamente, para que esses alunos tivessem a oportunidade de estudar, como que eles receberam essa ideia da nucleação?

**Marlene:** Não tinha assim...foi vista com bons olhos.

**Bruno:** Gostaram da ideia?

**Marlene:** Foi. Foi. Foi porque, até então tinha escola que já não estava mais suportando esse tipo, pelo número de alunos. Porque não tinha jeito, tinha escola que tava mantendo com três, quatro alunos. Muito pouco aluno. E no final, porque muda muito né...agora é igual isso aqui agora, se tivesse escola em fazenda essa aqui tava fechada.

---

<sup>132</sup>Ibidem.

**Bruno:** E o principal motivo pra diminuição do número de alunos, cada vez mais, a senhora acredita que é a migração?

**Marlene:** Ah é. Continua, ainda continua até hoje, né (...) E o pessoal assim, é, aí via lá o que? Uma salvação. Porque lá era bom, aqui era ruim. Então, foi mudando muita gente, e foi diminuindo muito, então foi indo muita gente embora. E outra também, por exemplo, o fazendeiro tinha uma fazenda, o fazendeiro morreu, ficou pro filho, a administração já não dava certo.<sup>133</sup>

A resposta da senhora Marlene vai de encontro com alguns aspectos que tratamos ao longo deste trabalho, como a diminuição da população rural migrando para as áreas urbanas, procurando melhores oportunidades e o desenvolvimento das sedes dos distritos como espaços não mais rurais, mas como um lugar de encontro entre o rural e o urbano, em que a comunidade rural tem acesso facilitado a ambientes característicos das áreas urbanas, como mercados, transporte, e a partir de então ao polo educativo de cada região.

Conforme ela explica os motivos das migrações, que as famílias dos trabalhadores rurais passavam “via lá [a cidade] o que? Uma salvação” compreendemos que caracterizar as sedes como lugares parecidos com as áreas urbanas é também uma maneira de manter essas famílias nos distritos. “Porque lá era bom, aqui era ruim”, ou seja, torna-se necessário trazer para os distritos características do lugar “bom”, que ideologicamente proporciona oportunidades – como a partir de então as escolas estruturalmente capacitadas para receber os filhos das famílias da região passaram a ter – para que os distritos em questão deixassem de ser o lugar “ruim”. Mas qual a importância de compreendermos esse processo de remanejamento das escolas rurais para as escolas das sedes de cada distrito?

Porque este é um fio condutor que nos leva a esclarecer a importância das escolas para ambas as comunidades, não apenas no plano da educação – que certamente é importantíssimo – mas na amplitude das relações sociais que se desenvolvem a partir do ato de estabelecer uma escola em um determinado local. A construção de uma escola é responsável até mesmo pelas mudanças de características de um lugar, como vemos aqui e, junto a essas mudanças, os sujeitos passam a interagir diferentemente.

Esse processo não implica no fim da identidade rural desses sujeitos que moravam nos distritos no período de tais transformações. Muitos nasceram e constituíram novas famílias nestes distritos e mudar-se dele é uma decisão complicada de se tomar. A própria senhora Marlene é um exemplo dessas pessoas que

---

<sup>133</sup>Ibidem.

permaneceram a vida toda nos distritos, porque essa dinâmica rural/urbana é mais complexa do que se pode parecer. O distrito pode ter significados distintos para cada sujeito. Desta maneira, segundo Araújo, Oliveira, Souza e Soares:

[...] o rural e o urbano interagem, mas os sujeitos sociais pertencentes a cada universo cultural preservam seus valores e formas de organização social, não permitindo-nos recorrer à visão ainda defendida por muitos autores de que o sentido único da urbanização é difundir-se as localidades rurais e destruir as práticas de vivências que ainda permanecem entre os rurais. Apesar da influência da cidade e do modo de vida urbano, o rural possui uma especificidade e dinâmica própria, devendo, por isso ser pensado e definido a partir da perspectiva de que esse espaço desempenha uma função social de suma importância frente à cidade.<sup>134</sup>

Conforme podemos compreender, a integração entre rural e urbano é mais complexo do que aparenta a princípio. Cria-se esta complexidade por imaginar que são espaços completamente divergentes, quando na realidade não são. Faz-se necessário compreender que os sujeitos transitam ambos os espaços e por consequência, estabelecem relações em que, influenciam e são influenciados, compartilham sua cultura e ao mesmo tempo passam a ter contato com a cultura de outros.

Neste contexto, em que compreendemos que, com as mudanças ocasionadas pela nucleação das escolas nas sedes dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos acontecem também transformações no lugar, não apenas sobre as condições físicas, mas também nas relações sociais. A escola não se limita a uma instituição de ensino, de encontros e trocas entre alunos e professores, mas é na verdade um ponto de encontro praticamente diário na vida dos sujeitos – ainda mais em uma comunidade pequena como essa. Por representar uma instituição indispensável para a vida dos sujeitos ela não pertence a uma classe determinada, mas não está livre de ser um instrumento de poder.

No ano de 2007, entre o 1º e o 9º ano do ensino fundamental<sup>135</sup>, o quadro de profissionais da Escola Municipal Antonino Martins da Silva compunha-se por vinte e nove pessoas para os turnos da manhã e da tarde, dentre elas, três profissionais trabalhavam em dois turnos. Desses vinte e nove profissionais, dezenove eram

<sup>134</sup>ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz R. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, n.5, fev., 2008.p. 127.

<sup>135</sup>Denominação utilizada atualmente.

moradores de Martinésia e ao menos sete pertencem a famílias de proprietários rurais e entre esses sete profissionais estão os três que trabalham em turnos dobrados.<sup>136</sup>

Aprofundando nessa análise, descobrimos que entre os profissionais escolares pertencentes a famílias de proprietários rurais seis possuem ensino superior, registrado no PPP da escola como 3º grau, ou seja, são sujeitos que tiveram possibilidades de se formarem discentes e que atuavam na região em que nasceram e foram criados, na comunidade em que se constituíram como sujeitos e formaram suas identidades.<sup>137</sup>

Ainda sobre os outros profissionais que moram no distrito de Martinésia, suas funções estão distribuídas em auxiliar de serviços gerais, cantineira, vigia, merendeiras, secretárias, supervisora e outras três como professoras. A grande maioria – com exceção da supervisora e das três professoras – possui escolaridades limitadas ao ensino médio e fundamental.<sup>138</sup>

O que chama a atenção é que entre os profissionais que pertencem a alguma família de proprietários rurais, apenas uma trabalhava como secretária, mas nenhuma outra exercia atividades fora da sala de aula, como faxineira ou cantineira. Esta realidade se aplica a outras instituições, como o Posto de Saúde, a Cooperativa, a igreja.

Desta maneira o ensino do distrito sofre influência se pensarmos quem ensina e quem é ensinado. Além disso, são em grande maioria profissionais com mais de dez anos de atuação na área<sup>139</sup>, alguns com mais de vinte, ou seja, diferentemente dos sujeitos de suas mesmas gerações que moravam em Martinésia, tiveram oportunidades mais amplas para escolherem suas atividades laborais. Permanecem filhos, esposos, irmãos, de proprietários rurais trabalhando em outra área, sem perderem suas identidades com o local, mas sim ampliando as formas de constituírem sua permanência e edificar suas identidades.<sup>140</sup>

As relações sociais construídas dentro da escola ou, tendo a escola como instrumento para isso, não se restringe somente a convivência entre profissionais da

---

<sup>136</sup>Escola Municipal Antonino Martins da Silva. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2007.

<sup>137</sup>Idem.

<sup>138</sup>Idem.

<sup>139</sup>Essa informação está no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Antonino Martins da Silva, o documento é de 2007.

<sup>140</sup>A crítica que a que se faz baseia-se em documentação encontrada na Escola Municipal Antonino Martins da Silva, localizada em Martinésia. A documentação em questão, o Projeto Político Pedagógico (PPP), dos distritos são diferentes, enquanto o PPP da escola em questão se estende a explicar a dinâmica da comunidade em que está inserida, suas avaliações sobre o desempenho dos alunos, suas formas e projetos de ensino, o PPP da Escola Municipal José Marra da Fonseca, foi construído de maneira distinta, contando um pouco sobre a história da escola, focado em apresentar os meios administrativos e a composição estrutural das ações dos profissionais que a integram, sem expor o nome dos profissionais que lá estão ou que trabalharam.

educação e alunos ou em um grau hierárquico de trabalho dentro da instituição escolar, elas, as relações sociais, trasbordam os muros da escola e se expandem para a comunidade em que a escola está inserida. Este é um processo em que se estabelece a hegemonia de uma classe sobre a outra, pois, em comunidades tão pequenas como as descritas aqui, estar à frente de uma escola é visto pelos demais sujeitos como a ocupação de um cargo fundamental para a comunidade, tendo em vista a importância da escola. Assim, Domenico Losurdo esclarece que a luta de classe está em todos os âmbitos da sociedade. Não se restringe a classe proprietária e ao trabalho de dependentes e sobre as relações sociais. Ele afirma que:

(...) é evidente que a vida é caracterizada por uma infinidade de conflitos que se desenvolvem entre os indivíduos pelas mais diferentes razões, mas aqui trata-se de analisar os conflitos que têm como protagonistas não indivíduos singulares, mas sujeitos sociais e que, de modo direto ou indireto, imediato ou mediato, remetem à ordem social, a esta ou aquela essencial articulação da divisão do trabalho e da ordem social.<sup>141</sup>

Estes conflitos sociais se formam nas relações em que os sujeitos são inseridos ou estabelecem de acordo com sua própria vontade, mas que, de qualquer forma, estão presente na vida dos mesmos. A escola sendo um espaço de socialização dos moradores dos distritos é, portanto, um lugar em que se estabelecem acordos, ou que se rompem laços, mas de toda forma, é um ponto de encontro em que perpassam muitas histórias, forjadas no cotidiano dos sujeitos sociais.

### **3.1 A relação das famílias participantes do PBF com a escola.**

Até este momento do capítulo vimos como as escolas podem nos dizer algo sobre a história da comunidade em que estão inseridas, porque se trata de uma instituição importante para a sociedade e, assim sendo, está carregada de historicidade. A partir de 2003, com a criação do PBF, a escola e parte da comunidade que a constitui, ganham um elemento a mais dentro desta convivência, visto que é essencial para as famílias que participam do programa, manter regular a frequência de seus filhos.

A escola ganha um novo papel diante da comunidade, pois, ela se torna também um instrumento de informatização para as famílias descobrirem ou ganharem orientação

---

<sup>141</sup>LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015. p, 63-64.

sobre o PBF. Além do mais, cabe à escola observar com atenção a frequência e quaisquer motivos que afastam os alunos das aulas. É através dessa tarefa que o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), irá monitorar as condicionalidades – no que se refere à frequência escolar – exigidas pelo PBF.

O acompanhamento da escola, no que se refere aos alunos beneficiários do PBF reforça o poder de ação do programa, que se caracteriza pelo seu desenvolvimento de ações descentralizadas. A escola não é uma instituição qualquer perante a sociedade, porque seu trabalho exige reconhecer as características sociais, culturais, econômicas, geográficas, da determinada sociedade em que está inserida. Por conta disso, enquanto sua parceria com o PBF reforça esta tarefa, estabelecendo um diálogo aproximado com a sociedade, ela também corrobora com ações do programa nos mais diversificados espaços do território nacional.

Os estudantes que são partes das famílias participantes do PBF são, em muitos casos, filhos de sujeitos que não tiveram durante sua trajetória de vida, condições de permanecer na escola. Isso implica em dizermos que estes sujeitos podem enfrentar dificuldades para acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos. A tabela abaixo exemplifica essa ideia.

**Tabela 3 - Escolaridade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família entrevistadas nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos – Uberlândia/MG**

<b>GRAU DE ESCOLARIDADE</b>	<b>PAIS</b>	<b>FILHOS</b>
Ensino Fundamental Incompleto	<b>17</b>	<b>16</b>
Ensino Fundamental Completo	<b>2</b>	<b>1</b>
Ensino Médio Incompleto	<b>0</b>	<b>15</b>
Ensino Médio Completo	<b>5</b>	<b>9</b>
Ensino Superior Incompleto	<b>0</b>	<b>2</b>

Organização: PAIM, B. A. P.<sup>142</sup>

Como podemos observar na Tabela 3, a grande maioria dos pais das famílias entrevistadas não terminaram o ensino fundamental. Os motivos geralmente estão ligados à necessidade de trabalhar para ajudar a família. A falta de apoio por conta do Estado em contribuir com a formação destes sujeitos os afastou da escola. Em contrapartida, quando observamos a escolaridade dos filhos destas famílias, encontramos um grau de avanço superior ao da geração paterna. Embora o número de

<sup>142</sup>Os dados da Tabela 3 são referentes ao grau de escolaridades das famílias beneficiárias do PBF nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos. Os números apresentados na mesma foram retirados das entrevistas realizadas em ambos os distritos.

filhos cursando o ensino fundamental seja alto, deve ser levado em consideração que muitos ainda são crianças e deverão seguir estudando.

Os números referentes aos filhos presentes no Ensino Médio e os que já concluíram o referido ensino também despertam uma boa avaliação; são superiores aos números paternos e em dois casos chegaram ao Ensino Superior. São crianças e jovens que contam ou contaram com a ajuda do PBF, de modo que, o PBF, embora não possa ser apontado como o único motivo para a permanência destas crianças e jovens, ele se apresenta como uma ferramenta que contribui para a qualidade de permanência na escola.

Mais além, podemos constatar também a melhoria do nível de grau escolar dos filhos dessas famílias participantes do PBF, no que concerne ao acompanhamento escolar quanto à frequência e as necessidades apontadas pelos estudantes. O aluno não é um mero sujeito que transita pelos espaços da escola e cumpre uma carga horária obrigatória. É um sujeito que precisa de atenção voltada as barreiras que o impede de frequentar a escola, de melhorar seu aprendizado, de participar das ações escolares, enfim, de se engajar junto às atividades que a escola propõe. Desta maneira, a frequência na escola exigida por meio do PBF, intensifica a relação entre escola e aluno, sendo que, esta primeira precisa estender sua compreensão sobre a vida e as necessidades específicas de cada aluno e suas famílias.

A inserção e permanência dos alunos na educação escolar é responsável pela quebra de um ciclo que remete às gerações familiares à permanência em condições de pobreza e extrema pobreza. Célia B. A. Craveiro e Daniel A. Ximenes reconhecem desta maneira que:

[...] as famílias que se encontram em circunstâncias de pobreza e extrema pobreza têm apresentado maiores dificuldades para que suas crianças, adolescentes e jovens tenham acesso à escola e nela permaneçam até a conclusão da educação básica. Isso ocorre, muitas vezes, em razão da inserção, de modo precoce, no mercado de trabalho formal ou informal, bem como da incompreensão da família sobre a importância da educação e da escolarização. O insucesso na trajetória escolar pode acarretar também menor acesso a direitos básicos, acabando por reproduzir o ciclo de pobreza da geração anterior. A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direitos uma educação de qualidade social com aprendizagens significativas. Para a conquista desta qualidade socialmente

referenciada, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental.<sup>143</sup>

Sistematizando a importância da parceria entre as escolas, famílias e o PBF, não se trata apenas de exigir a permanência dos alunos dentro da escola; os resultados desta ação ultrapassam a frequência escolar e influem na qualidade de educação das crianças e jovens que participam do referido programa.

No caso de Uberlândia, as escolas ficam responsáveis por emitir o Relatório de Frequência Escolar para a Secretaria Municipal de Educação (SME) com algumas informações sobre os alunos que participam do PBF e que estão matriculados nestas escolas. Este relatório é emitido a cada dois meses, a partir do mês em que se inicia o ano letivo até novembro, assim, os relatórios são emitidos da seguinte maneira: fevereiro-março, abril-maio, junho-julho, agosto-setembro e outubro-novembro, respectivos a cada ano.

Além da periodicidade apresentada, algumas informações-chave para o acompanhamento da Prefeitura Municipal compõem o relatório, que são: o nome da criança matriculada – listada em ordem alfabética –, o Número de Identificação Social (NIS) de cada estudante, a data de nascimento dos mesmos, o ano letivo que cursam naquele ano, um campo de observação em que pode ser preenchido para informar a data de transferência ou matrícula dos estudantes, data de abandono ou consulta tutelar, e, por fim, a frequência escolar em porcentagem, acompanhada pelos motivos do não alcance das exigências mínimas de frequência escolar em cada mês, que é de 85% de frequência. No final do preenchimento de cada relatório existe um campo de observação para que a escola indique alguma dificuldade encontrada para a construção daquele relatório, pertinente a alguma falta de informação sobre os alunos, ou para relatar a transferência dos mesmos para outra escola, de modo que, o monitoramento passe a ser feito onde aquela família se encontra, colaborando com o sistema de informações constituído pela escola e a SME. Por fim, o responsável por informar os dados da escola – nos casos que presenciamos nesta função é designada a pessoa responsável pela secretaria da escola – o diretor da mesma, assina a lista de frequência escolar.

---

<sup>143</sup> CRAVEIRO, Célia B. A; XIMENES, Daniel A. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas passa a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Teraza; NERI, Marcelo. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p, 110.

Os relatórios são identificados pelo nome da escola e possuem uma tabela com um código – definido por um número – que representa o motivo da frequência abaixo da exigida pelo PBF. Vejamos esta tabela:

**Tabela 4 - Tabela de motivos apresentada pelas escolas à Secretaria Municipal de educação pela baixa frequência dos alunos participantes do PBF de 2010 (corrigido e atualizado em 2013)**

<b>Nº DO CÓDIGO</b>	<b>MOTIVO</b>
1	Ausência por questão de saúde do aluno.
2	Doença/ Óbito na família.
3	Inexistência de ofertas de serviços educacionais.**
4	Fatos que impedem o deslocamento à escola.
5	Inexistência de serviço/ Atendimento a pessoas com necessidades especiais.
6	Concluiu o ensino médio.
7	Suspensão escolar.
8	EJA Semipresencial.
9	Situação coletiva que impede a escola de acolher os alunos: (1) Férias escolares com mais de 15 dias letivos. (2) Greve. (3) Calamidade pública que atingiu a escola ou exigiu o uso do espaço como abrigo. (4) Escola sem professor. (5) Reforma geral da escola. (6) Escola fechada por situação de violência.
51	Gravidez.
52	Mendicância/ Trajetória na rua.
53	Negligência dos pais ou responsáveis.
54	Trabalho infantil.
55	Violência sexual/ Exploração sexual.
56	Violência doméstica.
60	Violência/ Discriminação/ Agressividade no ambiente escolar.
62	Trabalho do jovem.
63	Exploração/ Abuso sexual/ Violência doméstica.
64	Desinteresse/ Desmotivação pelos estudos.
65	Abandono escolar/ Desistência.
66	Necessidade de cuidar de familiares.

\* Motivo inserido a partir do ano de 2012/ \*\* Motivo inserido a partir do ano de 2013.

Conforme podemos observar na Tabela 4, os motivos estão sempre ligados à proteção do estudante, seja no ambiente escolar ou em sua vida doméstica. Assim, é essencial que a escola tenha bastante atenção para com os estudantes, para que possa diagnosticar os comprometimentos pelo número de faltas. Desta maneira, não se constrói apenas dados de observação da escola repassados aos responsáveis por efetivar o pagamento do PBF, mas aproxima-se família e escola, visando meios para permanência dos alunos dentro da escola. A escola e a família fortalecem a compreensão de que a educação é um meio necessário para a erradicação da pobreza e os benefícios alcançados vão além do recebimento de uma determinada quantia de dinheiro mensalmente.

As listas de frequência escolar que tivemos acesso nas duas escolas que visitamos iniciavam a partir de 2007, na Escola Municipal José Marra da Fonseca, em Cruzeiro dos Peixotos e a partir de 2008, na Escola Municipal Antonino Martins da Silva, em Martinésia. Quanto à última, não foram encontrados os relatórios do ano de 2010.

No período em que pudemos analisar as listas de frequência, os motivos atribuídos às faltas dos alunos que ocasionam em uma frequência menor que 85% são geralmente por questão de saúde do aluno. Em casos como esse, os responsáveis devem apresentar o atestado médico à escola. A senhora Leticia, relata a forma como trata essa questão quando acontece com algum de seus filhos.

**Leticia:** Então, sempre que assim, sempre que a criança falta né, tem que ter justificativa, tem que ta levando o atestado pra, assim, não é pra abona a falta né, mas é pra provar que a criança faltou por médico, essas coisas né. Acho que nessa parte aí intervêm, e eles também, eu acho que, não sei, lá entre eles acho mandamné, pra prefeitura a frequência, anota, tudo né.<sup>145</sup>

A senhora Leticia explica como trata essa condicionalidade do PBF junto à escola. Segundo ela, desta maneira, entregando o atestado que justifica o motivo pelo qual algum de seus filhos faltou à escola, a ausência do estudante é compreendida tanto

<sup>144</sup> As informações utilizadas para a construção da Tabela 4 foram retiradas dos Relatórios de Frequência Escolar da E. M. Antonino Martins da Silva e da E. M. José Marra da Fonseca.

<sup>145</sup> Leticia Cardoso da Cruz, 29 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em: 07/04/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

pela escola quanto pelo órgão responsável por executar o pagamento do PBF, e assim, aquela falta justificada não desencadeia em perda para eles.

Retornando aos motivos pelos quais a escola justifica a falta de frequência dos alunos, dois fatores chamam a atenção nos relatórios da Escola Municipal José Marra da Fonseca. A forma como o motivo de número 64 (Desinteresse/ Desmotivação pelos estudos) é usado e o aparecimento do número 59 em vários casos, número esse, inexistente na tabela.

Quanto à primeira questão, que nos motiva a pensar o excesso de faltas dos alunos da Escola Municipal José Marra da Fonseca por desinteresse ou desmotivação dos alunos, a explicação pode estar ligada à direção da escola. Isso porque, durante o ano de 2013, limite periódico dos documentos encontrados na escola, esta justificativa é usada poucas vezes e todas a partir da metade do ano letivo, quando alguns alunos por conta do cansaço referente a dificuldades fora da escola, ou ainda, desmotivados por um possível rendimento escolar baixo, resolvem abdicar dos estudos, mesmo frequentando a escola esporadicamente. Essa possibilidade é levantada, referente ao histórico dos mesmos alunos que, recebem essa explicação no relatório durante um ou dois meses seguidos, mas que depois não voltam a atingir baixa frequência. Ainda neste caso, a mesma justificativa é apresentada para dois irmãos – sendo que um possuía cinco anos na época. Em seguida, não voltam a apresentar o mesmo problema. Esses indícios, quanto às faltas estipuladas como limite para os alunos membros de famílias participantes do PBF que logo desaparecem dos relatórios, certamente, tem ligação com a procura da escola pela família, ou até mesmo o inverso, a família buscando justificar as faltas dos alunos, para resolverem o problema da distância entre os estudantes e a escola.

Nos anos anteriores a 2013, que a escola é dirigida por outra profissional, o motivo de desinteresse aparece com muita assiduidade. Ele substitui o código 61, que em 2010 deixa a planilha. Este tinha como significado “motivos sociais familiares”. Até 2010, não há nenhum relatório que não conte com ao menos uma justificativa baseada no código 61 e, de 2010 até o fim de 2012, o desinteresse passa a ser o principal motivo que comprove o grande número de faltas destes alunos.

O código 59, também muito recorrente nos relatórios de frequência do PBF, aparece bastante, mas não apenas na Escola Municipal José Marra da Fonseca, ele é corriqueiro também na Escola Municipal Antonino Martins da Silva, ou seja, é uma

dificuldade constante presente nas duas comunidades, de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia.

Embora não apareça com tanta intensidade na Escola Municipal José Marra da Fonseca, quanto ao código 64, descrito anteriormente, o código 59 ganha abordagem significativa em meados de junho de 2011 nesta escola. No que refere à Escola Municipal Antonino Martins da Silva, o seu uso é o mais constante quanto às justificativas de faltas dos alunos.

Por volta de junho de 2011, a Escola Municipal José Marra da Fonseca recebeu do Departamento Administrativo Municipal uma ficha de descrição resumida para auxiliá-los no preenchimento dos relatórios que a partir de então encaminhariam – certamente a outras escolas municipais que receberam as mesmas orientações. Nesta ficha constam todos os códigos e motivos apresentados na Tabela 4, acrescentado em negrito ao código 59, que deve ser direcionado aos alunos que “por um motivo/causa/situação que não está relacionado nesta tabela indicar o código 59 (Motivo Inexistente na Tabela)”.<sup>146</sup> Ao indicar este código a escola deveria indicar no final do relatório o motivo de seu uso, esclarecendo a situação dos alunos em questão. Entretanto, nos registros encontrados na escola, não há justificativa para o uso do código 59, usado com frequência, mas sem explicações. Entretanto, podemos notar que, a partir de então, o código 57, inexistente na tabela, deixa de ser utilizado, certamente; ele era designado para informar que a justificativa para o grande número de faltas de um determinado aluno não existia na tabela.

O que todos esses códigos nos indicam é a necessidade de existir uma intensa comunicação entre os responsáveis dos alunos que participavam do PBF com a escola; esta última, com a incumbência de repassar à SME da Prefeitura de Uberlândia a situação dos alunos. Este diálogo aperfeiçoa o alcance dos projetos de combate à pobreza nos distritos e contribui para combater a evasão escolar.

A escola passa também a ter conhecimento da movimentação das famílias que migram para os distritos ou para fora deles, pois precisa indicar à SME a transferência ou matrícula dos alunos para que não haja cortes do recebimento do PBF. Nos relatórios emitidos por essas duas escolas não constam de onde o aluno migrou, quando ele é “admitido” na escola, isto é, matriculado. Em contrapartida, existe em muitos relatórios

---

<sup>146</sup>Prefeitura Municipal de Uberlândia. Ficha de descrição resumida para os motivos de baixa frequência. 2011.

a escola ou a região de destino das famílias que pediram transferência de seus filhos ou daqueles alunos dos quais se responsabilizam.

Em boa parte dos casos, essas famílias deixam a região rural próxima a um distrito e se mudam para outra. São casos em que os pais procuram emprego em outras fazendas e os filhos precisam ser remanejados. Assim, há casos, que uma escola aponta a outra como o lugar em que o aluno está matriculado. Existem descrições também para outras regiões rurais de Uberlândia, mas que não compõe os distritos, como é o caso da região de Sobradinho e da região de Dom Bosco. Em poucos casos, essas famílias migram para as cidades, geralmente para Uberlândia, mas encontramos registros que apontam para cidades mineiras como: Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Araguari, Indianópolis e Prata, ou ainda para outros estados, como: São Paulo e Bahia.

Este diálogo estabelecido entre famílias, escola e prefeitura agiliza o repasse de informações para o controle do pagamento do PBF. Como existe uma periodicidade para a renovação do CadÚnico (Cadastro Único), nem sempre é repassado com exatidão as mudanças ocorridas na vida das famílias ao CRAS e, desta maneira, as famílias são protegidas quanto à transferência de renda que recebem.

### **3.2 A escola e o Programa Bolsa Família: informações e condicionalidades.**

O PBF foi a pedra de toque para a criação de uma verdadeira rede de proteção às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil. A transferência de renda não se notabilizou apenas por distribuir uma renda mensal entre os sujeitos socialmente desfavorecidos, mas estreitou laços entre instituições, governos e sujeitos, incentivando e possibilitando às famílias a constituírem estratégias que garantissem às crianças e jovens, melhores condições de partida, para o enfrentamento da sociedade meritocrática em que vivemos. O investimento do PBF não é restringido ao presente destes sujeitos, mas acima de tudo, as oportunidades que os mesmos poderão conquistar no futuro.

A partir do PBF foram criados inúmeros outros programas que auxiliaram famílias a superarem a pobreza. Para que isso fosse possível, surgiu a necessidade de se criar um cadastro para resolver a situação dos sujeitos que se permitissem avaliar as maneiras que eles poderiam ser ajudados. Tal cadastro intitula-se CadÚnico. Para a execução de tamanha tarefa, os centros de referência (CRAS e CREAS) tornaram o ponto catalizador dessas informações e passaram a atuar junto a prefeituras, estados e o governo federal. Ainda sobre os centros de referência, estes se caracterizam pelo duplo

movimento que exercem, tanto solicitando as famílias que mantenham o CadÚnico em dia, oferecendo oportunidades de cursos e atividades esportivas, culturais e de saúde, quanto indo atrás de sujeitos que enfrentem alguma dificuldade de se locomoverem até os espaços em que os centros de referência estão instalados.<sup>147</sup>

Este é um ponto importante para compreendermos em um primeiro plano como funciona essa dinâmica em Uberlândia, e consequentemente, como as famílias dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos chegaram e mantêm sua participação ao PBF.

Destaca-se em Uberlândia o número de unidades do CRAS<sup>148</sup>, que são responsáveis por realizar o CadÚnico e oferecer à população em condição de pobreza e extrema pobreza, políticas de assistência social. Nestas unidades, realizam-se o cadastramento para o PBF, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros, além de realizarem o cadastro para participarem dos projetos e atividades da Rede Crescer Estação e Cidadania, que oferecem atendimento a pessoas de qualquer faixa etária.<sup>149</sup>

Sobre o processo de implementação do CRAS, no que diz respeito as suas demandas e dos sentidos de sua construção, Maria Carmelita Yazbek esclarecem que:

Promover a assistência social em uma área estatal estrategicamente instalada no ambiente de moradia, de luta cotidiana e vivência das populações em situações de vulnerabilidade social, significa ir além da construção de uma referência territorial, embora esta seja uma questão de fundamental importância. Trata-se de marcar uma mudança paradigmática da política de assistência social, considerando que o Cras, para além de uma sigla emblemática, carrega sentidos e revela intencionalidades do novo desenho institucional da assistência social.<sup>150</sup>

O CRAS reconhece o direito socioassistencial dos sujeitos em condição de pobreza e oferece a eles um espaço fundado com o intuito de levar autonomia aos mesmos. A construção desses centros em lugares estratégicos facilita o acesso dos

<sup>147</sup>Plano Brasil Sem Miséria. Cadastro Único: uma tecnologia social que está mudando o Brasil. 2014.

<sup>148</sup>Atualmente, existem dez unidades do Cras em Uberlândia, localizados nos bairros: Custodio Pereira, Marta Helena, Jardim Brasília, Jardim Célia, Shopping Park, Morumbi, Tibery, Mansour, São Jorge e no distrito de Tapuirama.

<sup>149</sup>Ver: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/-/1/822/secretaria.html>. Acesso em: 14 nov. 2016.

<sup>150</sup>YAZBEK, Maria Carmelita. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel, SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs). **O Sistema Único de Assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 178.

sujeitos e, deve ser pensado pelos responsáveis municipais como uma ferramenta capaz de chegar às pessoas destituídas dos serviços públicos.

As famílias que participam do PBF precisam manter o CadÚnico atualizado, cedendo informações quanto à composição familiar, a renda mensal adquirida pelos membros familiares, o desenvolvimento das crianças e adolescentes na escola, seus gastos principais. A partir de então, torna-se possível estudar a situação enfrentada pelas famílias, tomar dimensão sobre possíveis estratégias de combate à pobreza e oferecer meio para que os sujeitos superem as dificuldades que enfrentam. A senhora Marinalva explica a manutenção do cadastro que realiza:

**Marinalva:** Tem. Tem que ir quando chega a data, porque as vezes eu...aí avisa. E hoje os de maior que não vai mais não, agora é só os pequenos mesmo. Mas ainda há a Aline que é de menor, a Aline que é casada ainda vai se pesar ainda. E eu levo lá no postinho também, e na escola também as vezes eu tenho que ir. Então tem acompanhamento de qualquer forma tem acompanhamento. Aí é por isso, a gente não pode vacilar, a gente não pode. Tem que fazer as coisas certo.<sup>151</sup>

A senhora Marinalva procura manter em dia todas as exigências do PBF para continuar participando do programa. Assim, conforme é pedido, ela está presente na escola e realizando o acompanhamento, quanto à saúde dos filhos. Que são condicionalidades-chave para receber o PBF. Conforme ela explica, até mesmo a filha que já é casada vai ao posto de saúde realizar a pesagem.

Como a senhora Marinalva explica, “não pode vacilar” e, não é por acaso que ela usa essa expressão. A família é grande e o PBF passou a fazer parte de sua vida apenas quando se mudaram para o distrito de Cruzeiro do Peixotos, antes, quando moravam no Maranhão, embora tenham se cadastrado, não tinham conseguido o benefício. Sobre isso, Marinalva afirma que:

**Marinalva:** Eu já tenho uns... 3 anos que eu recebo. Já tem três anos já, que eu vim fazer depois que eu cheguei aqui também. Eu nunca tinha conseguido fazer não (...) Já na minha cidade [Imperatriz do Maranhão] eu já tentei demais, e nunca consegui. Eu vim consegui aqui.<sup>152</sup>

Segundo a senhora Marinalva, a expectativa de conseguir era pequena, por conta das vezes em que não teve êxito. Mas, foi convidada a ir ao posto de saúde do distrito

---

<sup>151</sup> Marinalva da Silva Sousa, 41 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

<sup>152</sup> Ibidem.

de Cruzeiro dos Peixotos para se cadastrar, em uma ação do CRAS de levar informação às comunidades do município uberlandense e facilitar o cadastro. Assim, ela relata:

**Marinalva:** Olha, o pessoal que veio de Uberlândia, eles vieram fazer aqui no postinho. Eu fui e fiz aqui mesmo, eu fiz assim praticamente... sabe quando você vai fazer alguma coisa e tanto faz tanto fez. Se deu certo bem, se não deu. Porque quando a gente quebra a cara(sic) uma vez aí não importa mais de quebrar outra vez. Então eu fiz tudo bem. Não demorou três meses praticamente chegou, normal.<sup>153</sup>

O caso da família da senhora Marinalva é um exemplo da ação do CRAS, de facilitar o acesso de famílias que não sabem como realizar o cadastro, ou mais propriamente, por não terem conseguido antes, abrem mão de tentar. Contudo, a situação das famílias em condição de pobreza merece constante atenção, pois, conforme se altera a situação em que se encontram, novas questões passam a merecer atenção. Somente desta forma é possível desenvolver um estudo para compreender se uma determinada família está superando a condição de pobreza ou não, e, caso não esteja, torna-se possível pensar uma forma de ajudar aquela família em questão.

Os cadastros nos dois distritos, embora encontremos uma ou outra diferença, são geralmente feitos nas escolas, para as famílias participarem do PBF, e, a partir de então, conforme indica a senhora Sebastiana, “todo ano, a cada dois anos eu vou lá e recadastro. Aí fica, como diz, tana ativa ainda.”<sup>154</sup> A partir do cadastro realizado, as renovações feitas a cada dois anos são de responsabilidade das famílias, que contatadas, vão até o CRAS. A renovação do cadastro é de extrema importância, pois, alguns serviços sociais são oferecidos conforme as circunstâncias que as famílias se encontram. A senhora Sebastiana relata que, já não participa mais da transferência de renda realizada pelo PBF, entretanto, pela realização do CadÚnico, e pela constante renovação que faz, sua família consegue ser beneficiária de outros programas. Ela afirma que:

**Sebastiana:** O Bolsa Família descobriu foi através da escola mesmo né. A gente fez a inscrição na escola e aí através da escola eu comecei a receber o Bolsa Família aqui em Martinésia mesmo. Aí eu comecei a receber os meninos eram pequenos, tinha os quatro, aí eu recebia de três deles, os mais novos, recebi até o Rodolfo completar dezesseis anos. Eu recebi, como diz, eu ainda tenho meu cadastro do Bolsa Família, que é um cadastro de benefício social né, aí através desse cadastro eu fui na prefeitura e dei entrada, o Antônio recebe o LOAS, aí eu tenho que estar recadastrando isso aí direto. Pego o Pro-Pão e o Antônio recebe o LOAS e os meninos qualquer cursinho que eles vão

<sup>153</sup>Ibidem.

<sup>154</sup>Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

fazer, assim, eles sempre usam meu cadastro porque sempre dá um desconto, dá uma ajuda pra eles, aí sempre eu estou usando esse número desse NIS até hoje.<sup>155</sup>

Com a fala bem articulada, de maneira a explicar sua trajetória e, concomitantemente, a de sua família, a senhora Sebastiana, explica que recebeu a transferência de renda do PBF, enquanto os filhos eram crianças e adolescentes. Com o fim desta etapa, continuou renovando o CadÚnico, de forma que a família alcançou outros benefícios. Através do NIS, as famílias conseguem descontos em algumas ações, como inscrições de concurso e vestibular. Consciente disso, a família mantém esse número ativo, para caso necessitem utilizá-lo. Certamente, ao realizarem estudos sobre a condição desta família, compreenderam a possibilidade de participarem do Pró-Pão, uma cesta básica vendida às famílias a um preço mais acessível e ao LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), que, transfere a renda de ¼ de salário mínimo ao seu marido, o senhor Antônio. O LOAS, age como parâmetro que se concede o BPC, para pessoas cadastradas pelo CadÚnico.<sup>156</sup>

Conforme já mencionado, as famílias que se interessam em participar do PBF, se dirigiam até as escolas para realizarem o cadastro e esperarem a resposta sobre a aprovação para receberem o benefício. Compreendendo que ambas as escolas, oferecem o ensino fundamental completo e possuem cerca de 125 alunos<sup>157</sup>, o número de crianças participantes do PBF é relativamente alto. Conforme podemos ver na tabela a seguir:

**Tabela 5 - Número de alunos beneficiários do PBF matriculados na Escola Municipal Antonino Martins da Silva e Escola Municipal José Marra da Fonseca 2007 – 2013.**

ANO	Nº de alunos beneficiários do PBF matriculados na E. M. Antonino Martins da Silva (Martinésia)	Nº de alunos beneficiários do PBF matriculados na E. M. José Marra da Fonseca (Cruzeiro dos Peixotos)
2007	--	35
2008	51	61
2009	44	53
2010	--	60
2011	51	58

<sup>155</sup> Ibidem.

<sup>156</sup> Ver: FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. (Orgs). **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

<sup>157</sup> A Escola Municipal José Marra da Fonseca, por meio do PPP, indica esse número de alunos. Calcula-se que a Escola Municipal Antonino Martins da Silva, possua em torno do mesmo número de alunos, por conta do tamanho da comunidade que pertence.

2012	36	52
2013	23	48

Organização: PAIM, Bruno A. P.<sup>158</sup>

Os números de alunos beneficiários matriculados em ambas as escolas apresentaram um grau irregular. Em alguns momentos decrescendo, em outros aumentando. Entretanto, em ambos os casos, a partir de 2010 os números referentes à Escola Municipal José Marra da Fonseca (Cruzeiro dos Peixotos) entram em uma constante queda da mesma forma que podemos observar na Escola Municipal Antonino Martins da Silva (Martinésia), a partir de 2011. Essa dinâmica é atribuída a dois fatores, as migrações para os distritos e a oferta de trabalho na região. Esta última anela-se à facilitação de transporte entre o distrito e a cidade, cooperando para que os trabalhadores morem nos distritos e trabalhem em Uberlândia.

Geralmente, no momento em que as famílias de trabalhadores pobres chegam aos distritos, sua situação precisa de maiores cuidados. Ao passo que estabelecem relações na comunidade em que se destinaram e passam a conseguir trabalho, junto às famílias que já residem nos distritos e que não estão livres de turbulências, vão conseguindo se organizar, e alcançam oportunidades melhores.

A escola torna-se uma instituição que de alguma forma acolhe essas famílias em situação de pobreza, no sentido que, as informam sobre a possibilidade de se cadastrar no CadÚnico, se inscreverem para participar do PBF, ou cederem o espaço para que representantes do CRAS executem essas tarefas.

Um exemplo da atuação da escola junto ao PBF é o senhor Lázaro. Segundo ele explica, o primeiro passo para participar do programa foi cadastrar a família na escola e em seguida deu entrada em outros tramites. Conforme ele relata:

**Lázaro:** Não, é isso mesmo. Eu fiz um cadastramento aqui na escola, aí depois esse cadastramento foi na prefeitura aí lá levou os papel tudo certinho, e aí saiu pro Marcos [filho]. Aí quando foi no ano seguinte era pra incluir a Mariana[filha]...aí já não deu certo porque, aí é eu trabalhava no frigorífico, a renda passou a ser uma renda maior, né. E você tinha que correr atrás de muita coisa pra você ficar comprovando aquilo, comprovar a coisa, então já que...era um negócio assim que você poderia passar sem aquilo então nós deixou de mão, de correr atrás. Aí não cadastrou mais.<sup>159</sup>

<sup>158</sup> Essas informações foram retiradas dos Relatórios de Frequência do PBF, produzidos pelas escola e encaminhados a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Uberlândia.

<sup>159</sup> Lázaro Ferreira de Queiroz, 50 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 30/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

O senhor Lázaro nos conta que no momento de atualizar os dados familiares, e, mesmo com a inclusão da filha, que entrava na escola, a família perdeu o benefício referente ao PBF. Segundo o que ele acredita, o motivo foi o aumento da renda *per capita* da família. A partir do momento em que o benefício foi encerrado, deixaram de renovar o CadÚnico, porque a família se encontrava em boas condições financeiras e porque para ele, a manutenção dos dados familiares requer muita burocracia.

O trabalho realizado pelas escolas, em difundir a importância do PBF para a comunidade é realizado desde o início do programa. Embora outros meios de informar sobre a oportunidade de se cadastrar sempre existiram, o diálogo próximo com os responsáveis das crianças, reverbera um potencial muito grande em avisar as famílias de onde e como se cadastrarem. Conforme a senhora Valéria nos explica, no início do PBF ela via pela televisão seus anúncios e com a divulgação feita pela escola, ela se cadastrou.

**Valéria:** Através da TV, da escola né? Que elas estudavam né? E na época eu ganhava muito pouco, também tava separada, então tinha que cuidar das duas, aí eu fui lá e fiz esse cadastro e aí eu passei, foi aprovado meu cadastro e eu recebi muitos anos. Durante, eu só não lembro o valor inicial, tem tempo demais então, mais é, eu recebi bastante tempo, me ajudou muito.<sup>160</sup>

Segundo a senhora Valéria, seu cadastro resultou rapidamente no recebimento da transferência de renda do PBF. A escola chegou até sua situação pelas duas filhas que eram alunas e naquela época, com a separação de seu primeiro marido, elas vivenciavam dificuldades em casa.

O caso da senhora Valéria aconteceu no início da implementação do PBF; doze anos depois, a escola permanece tendo uma importante atuação junto às famílias em condição de pobreza. Como é o caso da família da senhora Ana Paula, que já participou do programa anteriormente, mas que com o aumento da renda da família, alcançada por ela e pelo marido, que conseguiram a seguridade da carteira assinada, não se enquadraram mais nos limites previstos pelo PBF para a participação no mesmo. Após um tempo em que os dois estiveram empregados, ela perdeu o emprego e a situação em casa ficou mais difícil, ainda mais porque a família é formada por três filhos, duas crianças e um adolescente, além dos dois adultos. Nesta ocasião, a escola a chamou para se recadastrar, ela conta que:

---

<sup>160</sup> Valéria Cristina Santos Barbosa Cintra, 43 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 17/09/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

**Ana Paula:** Aí a escola me pediu também pra eu ir lá, pra ver se eu conseguia o Bolsa Família. Aí eu fui lá, fiz a inscrição do Bolsa Família, fiz tudo de novo, levei os papel, aí depois agora depois de um ano, eu fui lá já mais de um ano, aí pego chegou a cartinha falou que eu tinha sido beneficiada pra receber o Bolsa Família, sabe?<sup>161</sup>

Além da situação apresentada pela senhora Ana Paula, quanto à atenção constante da escola a respeito dos estudantes e suas famílias, outro fator chama a atenção. A possibilidade das famílias deixarem de ser beneficiárias e em um determinado momento, retornarem à necessidade de participar do PBF. Isso traz à tona, que a ação do PBF, que possui por intenção mudar a vida dos sujeitos em condição de pobreza e de extrema pobreza, é um processo lento, ou que pelo menos, hoje está em velocidade diferente entre as famílias. Quando retornamos aos fatores meritocráticos da sociedade, que reforça constantemente que os sujeitos possuem as mesmas condições de atingir êxito em suas vidas relembramos que os mesmos sujeitos, não partem do mesmo lugar de saída, não contam com as mesmas estruturas, convivem com dificuldades diferentes.

Analisar a proposta do PBF e os resultados que os sujeitos alcançaram ao se tornarem beneficiários do mesmo é procurar compreender como a sociedade estabelece relações entre si e entre instituições, o que nos reverbera pensar, que a história é um processo em constante movimento e transformação, em que os sujeitos mudam e com eles, os espaços se alteram.

No caso dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, o PBF é responsável por corroborar com as famílias participantes possibilitando-as construir estratégias, o que consequentemente, oportuniza a conquistas de autonomia a sujeitos em condição de pobreza, anteriormente, com pouquíssimas garantias sobre o futuro. Porque o programa não implicou somente em transferir renda, mas de providenciar meios estratégicos de enfrentamento social. Estreitando os laços entre os sujeitos e as instituições de educação e saúde, permitindo que investissem na construção da casa própria, enfim, o PBF é uma das bases responsáveis por mudar a história e a geografia dos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos.

---

<sup>161</sup> Ana Paula Fernandes Costa, 33 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 04/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as vivências destes trabalhadores perpassam por uma série de experiências, que transitaram pelos seus modos de trabalho, lugares em que migraram, até a conquista de direitos que vieram a ser garantidos por meio do PBF. A luta diária desses sujeitos, que enfrentam adversidades constantes, convivendo com incertezas, com rupturas, em meio a hegemonias verticais, procurando meios para superar a realidade da pobreza que os cercam, mas que ao mesmo tempo, constroem estratégias capazes de os colocarem como sujeitos sociais, dentro de seus enfrentamentos diários. Para estes sujeitos, participar do PBF, não é uma mera condição de se colocarem como famílias ajudadas pelo governo, mas sim, como sujeitos que alcançam autonomia e desenvolvem recursos para superarem a pobreza. A relação constituída entre estes e o programa em questão vai além da transferência de renda, porque os proporcionam a pensar no futuro com mais tranquilidade e de forma gradativa; alcançam direitos sociais que antes, era para eles uma realidade distante. Não é possível explicar apenas no plano econômico o sentimento dos pais ao verem seus filhos chegando a escolaridades que eles não puderam atingir por conta de intercessões que viveram, ou ainda, ver seus filhos dormindo em camas, com conforto, e não mais no chão.

A realidade vivida por estes sujeitos nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos são também construídas por eles. Porque ambos os distritos são resultados do encontro de muitas culturas distintas, que são absorvidas ou repelidas pelo outro, mas que constituem as relações sociais destes lugares. É a partir desta compreensão, que podemos observar o quanto os distritos se transformaram na última década. Assim, afirmar que ambos são lugares rurais, como é instituído pela prefeitura, por órgãos de pesquisas públicas e por pesquisadores acadêmicos, é uma posição que merece uma reflexão crítica, pois, por conta de muitas práticas e pelo estabelecimento de muitas instituições nestes lugares, a vida destes sujeitos, que não são mais trabalhadores rurais, diaristas rurais, abdicaram a modos de trabalho diferentes, conquistaram o direito de serem operários, em muitos casos. Além disso, caminham pelos espaços urbanos e convivem com a cultura urbana cotidianamente e ao retornarem para os distritos, levam consigo estas experiências. Por isso, existe uma cultura que não se limita a morar nos espaços rurais, esses sujeitos dimensionaram suas experiências com a transformação do

tempo e do espaço, visto que, quando um se transforma o outro acompanha tais mudanças.

Pesquisar as situações vivenciadas pelos sujeitos que participam ou participaram do PBF, implicou em mergulhar nas abordagens da história social, que caminha na direção de compreendermos o que os sujeitos têm a dizer sobre suas próprias trajetórias. Em tempos que observamos golpes constitucionais, medidas que buscam restringir conquistas sociais contemporâneas ao PBF, as falas desses trabalhadores que superaram em muitos casos, as limitações da pobreza, nos esclarece a repercussão do programa, os seus focos de combate, e demonstra, a complexidade das lutas de classe em que os mesmos sujeitos continuam a enfrentar. Por participarem do PBF e por uma série de fatores conseguiram uma estabilidade financeira maior do que antes. No entanto, não deixaram de ser trabalhadores, de necessitarem de cuidados sociais. Embora os sujeitos pertencentes à classe trabalhadora constituíssem uma força maior, um novo protagonismo, não deixaram de lado sua cultura, suas experiências, suas identidades.

O PBF desenvolveu uma rede de diálogo anteriormente inexistente na história brasileira. A dimensão que atingiu buscando erradicar a pobreza e garantir direitos aos sujeitos que convivem com essa realidade, fez com que se desenvolvessem parcerias entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, além da criação de centros de atendimento (CRAS e CREAS) em lugares estratégicos. Junto a esse aparato de combate à miséria, a participação das escolas tornaram-se pontos-chave para o sucesso do PBF, que se desenvolveu e tornou-se um plano de assistência social (Plano Brasil sem Miséria), que atende às necessidades dos sujeitos, conforme o lugar em que vivem e a cultura que representam. Aproximar o diálogo entre a instituição escolar e a comunidade em que estão inseridos, como é o caso da Escola Municipal Antonino Martins da Silva (Martinésia) e a Escola Municipal José Marra da Fonseca (Cruzeiro dos Peixotos), amplia o alcance do PBF, mas também, combate o abandono escolar e qualifica o diálogo entre os profissionais da educação e os pais ou responsáveis dos estudantes.

Desta maneira, as falas desses sujeitos que residem nos distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, indicam suas ações enquanto sujeitos sociais que possuem trajetórias, experiências e histórias complexas, porque são sujeitos ativos, que lutam constantemente pelos seus interesses e, ao fazer isso, rompem com a delimitação instituída ao lugar, como um espaço que não precisa de mais nada, como um lugar bucólico, composto por pessoas ingênuas. A ação do PBF, nestes distritos, repercute

como uma maneira de combate às desigualdades sociais, vivenciadas por sujeitos, mas que muitas vezes é escondida por sujeitos que se dedicam a manter – e zelar – pela hegemonia capitalista, em que uma classe sobrevive à custa da exploração de outra, como a tentativa que presenciamos no Brasil de hoje, pós-golpe.

## FONTES

BRASIL. Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Escola Municipal Antonino Martins da Silva. Projeto Político Pedagógico (PPP), 2007.

Escola Municipal José Marra da Fonseca. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2013, 2014 e 2015. Documento Único.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE/PNAD, 2011.

IPEA. Pnad 2006, primeiras análises: demografia, educação, trabalho, previdências, desigualdade de renda e pobreza. 2006.

IPEA. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE. Nº 159, 2013.

IPEA. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD. Nº 160, 2013.

Plano Brasil Sem Miséria. Cadastro Único: uma tecnologia social que está mudando o Brasil. 2014.

Plano Brasil Sem Miséria. Superação da pobreza rural. Dez/2014.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/>>.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Ficha de descrição resumida para os motivos de baixa frequência. 2011.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. Antonino Martins da Silva. fev- mar; abr- mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2008.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. Antonino Martins da Silva. fev- mar; abr- mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2009.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. Antonino Martins da Silva. fev- mar; abr- mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2011.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. Antonino Martins da Silva. fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2012.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. Antonino Martins da Silva. fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2013.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2007.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2008.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2009.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2010.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2011.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2012.

Relatórios de Frequência Escolar da E. M. José Marra da Fonseca..fev- mar; abr-mai; jun-jul; ago- set; out- nov. 2013.

## ENTREVISTAS

Adriana Ferreira Machado, 42 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 14/10/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Ana Paula Fernandes Costa, 33 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 04/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Antônio de Paula, 58 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Cláudia de Oliveira Pedro, 32 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Doralice Soares, 50 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 02/06/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Ivone Fernandes Arantes da Silva, 48 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 15/04/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Lazaro Ferreira de Queiroz, 50 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 30/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Letícia Cardoso da Cruz, 29 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em: 07/04/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Luzia de Fátima Oliveira, 51 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 14/04/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Maria Abadia Cruz Monteiro, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 11/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Marilene Batista Machado, 37 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 15/04/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Marinalva da Silva Sousa, 41 anos. Participa do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 25/05/2016, em sua residência, no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Marlene dos Passos, 60 anos. Professora da rede municipal de ensino, com cargo na E. M. José Marra da Fonseca e moradora do distrito de Cruzeiro dos Peixotos. Entrevista realizada em 25/10/2016, em sua residência.

Nilza Salvador da Silva, 47 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 03/02/2016, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Sebastiana Darc Rocha de Paula, 54 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 21/08/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

Valéria Cristina Santos Barbosa Cintra, 43 anos. Participou do Programa Bolsa Família. Entrevista realizada em 17/09/2015, em sua residência, no distrito de Martinésia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz R. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, n.5, fev., 2008.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa R; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre história: imprensa e memória. In: KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15. Nº 42. fev/ 2000.

BRITO, Saulo Jackson de Araújo. **Trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico: experiências, memórias e modos de vida em São Francisco – MG (1980 - 2011)**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Uberlândia, 2012.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: cultura, memória e territórios da cidade. **História e Perspectivas**. Uberlândia, n.42, jan./ jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Uberlândia, espaços, memórias e vivências. In: Maria Clara Tomaz Machado; Rosângela Patriota (Orgs.). **História e historiografias: perspectivas contemporâneas de investigação**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?: sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Orgs.). **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. (Orgs). Vol. 2. Brasília: Ipea, 2010.

CRAVEIRO, Célia B. A; XIMENES, Daniel A. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas passa a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CRUZ, Nelson Ney Dantas. **A geografia das experiências sociais e o lugar visto de “baixo”**: o protagonismo cultural dos sujeitos da reforma agrária em Ituiutaba – MG – 1998-2015. 2015. 491 f. Tese(Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. (Orgs). **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

FENELON, Déa. Apresentação. In: KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; (Orgs.). **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

GRASSIOLLI, Isabel. **Programa Bolsa Família: concepção e limites da proposta de erradicação da pobreza no governo Lula (2003 - 2010)**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Poder e Práticas Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

KHOURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; (Org.). **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

\_\_\_\_\_, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Olho d'Água, 2004.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

PERROT, Michelle. A força da memória e a pesquisa histórica. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p.351-360, nov. 1998. Entrevista concedida a Denise Bernuzzi de Sant'Anna.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON: Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

\_\_\_\_\_, Alessandro. Entrevistando Alessandro Portelli: globalização, memórias e resistências. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 46, p. 13-27, jan./jun. 2012. Entrevista concedida a Paulo Roberto de Almeida; Sérgio Paulo Morais.

RASTRELO, Renata. “Eu vivi fazendo aquilo que gosto”- proprietários rurais do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG) vivenciando as transformações do campo. **História e Perspectivas**; Uberlândia, n. 41, jul./dez. 2009.

REGO, Walquiria Leão & PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RIBEIRO, L. C. Q.. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. 1ªed.Rio de Janeiro: RevanLtda, 2000, v. 0, p. 63-98.

RODRIGUES, H. Lutas e experiências dos moradores do bairro Morumbi: Um Lugar para morar e a luta que se inicia. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, n.2, 2008.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 - 1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta histórias? In: FENELON, Déa R; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do rosário da Cunha, KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 4ed. São Paulo: Ática, 2006.

WEISSHEIMER, Marco A. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel, SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs). **O Sistema Único de Assistência social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.